

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
CENTRO DE ESTUDOS GERAIS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

JULIANA DO CARMO CARDOSO ALVES

**Memória Dividida: narrativas acerca do movimento reivindicatório dos praças da
Polícia Militar de Minas Gerais no ano de 1997**

**Niterói - RJ
2013**

JULIANA DO CARMO CARDOSO ALVES

**MEMÓRIA DIVIDIDA: NARRATIVAS ACERCA DO MOVIMENTO
REIVINDICATÓRIO DOS PRAÇAS DA POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS
NO ANO DE 1997**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense – UFF, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de mestre em História Social.

Orientador: Prof. Dr. MARCOS ALVITO PEREIRA DE SOUZA

Niterói - RJ
2013

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá

A474 Alves, Juliana do Carmo Cardoso.
Memória dividida: narrativas acerca do movimento reivindicatório dos praças da Polícia Militar de Minas Gerais no ano de 1997 / Juliana do Carmo Cardoso Alves. – 2013.

143 f. ; il.

Orientador: Marcos Alvito Pereira de Souza.

Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2013.

Bibliografia: f. 140-144.

1. Polícia Militar do Estado de Minas Gerais. 2. Narrativa.
3. História oral. 4. Memória. I. Souza, Marcos Alvito Pereira de.
II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. III. Título.

CDD 363.2

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Marcos Alvito Pereira de Souza (UFF)
Orientador

Prof^ª. Dr^ª. Samantha Viz Quadrat (UFF)
Arguidora

Prof. Dr. Robson Laverdi (UEPG)
Arguidor

Suplente:

Prof. Dr^ª. Laura Maciel (UFF)

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ter me concedido força e perseverança para não desistir desse projeto diante das dificuldades por que passei.

Aos meus pais, Sebastiana e Paulo César, e à minha irmã Graziela pelas constantes orações, pelo amor e dedicação. Ao meu tio Luiz Cláudio pelo incentivo. A tia Marfisa pelo carinho e ao Eddie que além de me ajudar na transcrição das entrevistas, me buscava nas madrugadas na rodoviária de Tombos quando retornava de Niterói durante o período em que cursava disciplinas.

Ao professor Rubens Felipe Chemp, meu orientador na monografia do curso de especialização, que desde aquele período acreditou em meu projeto e foi um grande incentivador e mesmo após o término do curso, continuou orientando a elaboração do projeto que seria apresentado à UFF.

Ao meu orientador, Marcos Alvito, pelas sugestões, leituras e conversas. Por ter tido paciência diante de minha insegurança e de minhas dúvidas. Agradeço também pelas inesquecíveis e saudosas aulas de Leitura de História Oral.

Aos professores Paulo Knauss, Hebe Mattos e Laura Maciel pelas leituras, debates e sugestões durante o período das disciplinas cursadas e aos professores Marcelo Badaró e Samantha Quadrat pelas observações na qualificação.

Aos meus amigos, o casal Christiane Pinheiro e Gustavo Calil, por me acompanharem aos batalhões e me auxiliarem nessa pesquisa, bem como pelo apoio, carinho e pela hospedagem em Belo Horizonte durante o período em que realizei as entrevistas. A Yasmim por me emprestar seu quarto.

À amizade, carinho e incentivo dos amigos Antônio Carlos Gualande, Fabiano Lacerda, Gláucia Knauer, Celi Souza e Maria Rita Pereira.

Agradeço a colaboração e carinho que sempre recebi dos meus amigos-irmãos Eduardo Pimentel, José Galvane, Alex Lobato e Andrea Cristiane com quem dividi todas as minhas angústias acadêmicas durante esses dois anos.

Ao grande professor e fiel amigo Sirlon Martins da Silva que além do apoio moral, dedicou parte de seu tempo de descanso para opinar e ler meus textos. Também dividimos angústias.

Aos amigos que ganhei nessa experiência e que me deram muito apoio em Niterói: Alexandre Reis, Livia Monteiro, Vânia Vasconcelos e em especial Amanda Palomo Alves que mais do que amiga, foi benção em minha vida. Uma das pessoas mais incríveis que já conheci.

Aos colegas professores da Escola Estadual Doutor Pedro Paulo Neto que muitas vezes voluntariamente me substituíram diante de minhas necessidades de faltar ao trabalho por conta dos estudos e das viagens. Em especial minhas amigas Soraia Vieira da Silva e Fabiana Maria Brum Leal. À diretora Renata de Souza Reis Costa por toda ajuda, confiança e incentivo que em mim sempre depositou, principalmente durante esses dois anos do mestrado, quando mais precisei. Ao vice-diretor, professor e grande amigo Maximiliano Bessiate de Oliveira, por todo apoio, carinho e amizade. Aos meus alunos pela torcida e carinho que deles tenho recebido.

Aos diretores do Instituto de Educação Eliane Duarte da Silva Breijão, Wagner Luiz Ferreira Lima e Fabrício Arantes pelo incentivo e apoio. Agradecimento estendido a todos os meus amigos funcionários dessa escola que torceram por mim, em especial ao casal Miranda e Gislene.

Aos policiais entrevistados que atenciosamente me concederam as fontes para a concretização dessa pesquisa, especialmente os amigos cabo Cláudio Cassimiro Dias e Bibiano Alex Rocha.

Agradecimento especial ao Rodrigo Folly Fernandes, pelo amor, companheirismo, estímulo, paciência e pela sempre presença, mesmo diante das minhas necessárias ausências.

Vocês são partes concretas dessa minha história.

Resumo

ALVES, Juliana do Carmo Cardoso. *Memória Dividida*: narrativas acerca do movimento reivindicatório dos praças da Polícia Militar de Minas Gerais no ano de 1997. Orientador: Marcos Alvito Pereira de Souza. Niterói: UFF/ICHF/PPGH, 2013. Dissertação. (Mestrado em História).

A dissertação trata do movimento reivindicatório dos praças da Polícia Militar de Minas Gerais no ano de 1997. A realização de entrevistas foi a principal fonte de pesquisa desse trabalho. Utilizando-se da História Oral buscou-se através das análises das memórias narradas, compreender que tipo de representações foram construídas por aqueles que vivenciaram os acontecimentos. As narrativas evidenciaram a existência de uma “memória dividida”. Esse conceito foi trabalhado por Alessandro Portelli para explicar a possibilidade da existência de múltiplas e fragmentadas memórias acerca de um acontecimento. Os praças enfatizaram principalmente a ideia de que realizaram um movimento reivindicatório, o governador do Estado uma rebelião, os oficiais motim e a imprensa não chegou a um consenso. Dessa forma, praças, oficiais, governo e imprensa, cada um deles, percebeu, sentiu e justificou os fatos de diferentes formas.

Palavras-chave: Polícia Militar; narrativas; história oral; “memória dividida”.

Abstract

ALVES, Juliana do Carmo Cardoso Alves. *Memória Dividida*: narrativas acerca do movimento reivindicatório dos praças da Polícia Militar de Minas Gerais no ano de 1997. Orientador: Marcos Alvito Pereira de Souza. Niterói: UFF/ICHF/PPGH, 2013. Dissertação. (Mestrado em História).

The dissertation is about the empowerment initiative of soldiers and non-commissioned officers of Minas Gerais Military Police in 1997. The interviews were the main source for this research. Making use of Oral History, it was sought, by thinking of narrated memories, understand what kind of representations were constructed by those who experienced the events. The narratives revealed the existence of a "memory divided". This concept was used by Alessandro Portelli to explain the possibility of multiple and fragmented memories of an event. Soldiers and noncommissioned officers mainly emphasized the idea that held a claiming movement; for the governor of the State, it was a rebellion; for officers, a mutiny and the press has not reached a consensus. Thus, soldiers and noncommissioned officer, officers, government and the press, each of them realized, and felt justified facts in different ways.

Keywords: Military Police; narrative; oral history; dividedmemory.

Dedico essa dissertação, ao meu pai, Paulo César Ferreira Alves, Subtenente da Polícia Militar de Minas Gerais, inspiração desse trabalho e grande exemplo para minha vida.

SUMÁRIO

Introdução	11
Capítulo 1	
Memória dividida: Praças em manifestações	19
1.1. Cronologia do movimento reivindicatório	21
1.2. Polícia Militar de Minas Gerais: uma nova configuração	36
1.3. O conceito de “memória dividida”	38
Capítulo 2	
O Movimento dos praças nas narrativas da imprensa, governo e oficiais	42
2.1. A imprensa e o movimento	44
2.2. Narrativas dos jornais	49
2.3. Narrativas do governador	78
2.4. Narrativas de oficiais	82
Capítulo 3	
Narrativas dos praças	97
3.1. A negação da greve: De repressores a reprimidos	100
3.2. RDPM: hierarquia e disciplina como questão	106
3.3. O mito fundador: Identificação e representatividade	114
3.4. Memória traumática: luto, dor, frustração e esperança	119
3.5. Cabo Júlio e sargento Rodrigues: Da liderança dos praças às cadeiras legislativas	126
Considerações Finais	137
Referências Bibliográficas	140

INTRODUÇÃO

97 foi um divisor de águas (Coronel Olegário).

Mas, eu não sabia que eu ia deparar com a situação igual à revolução de 97 (Subtenente Mauro).

Esta página nunca será apagada. Queremos que esta crise termine agora, para pensar rapidamente e mudar rapidamente. Mas com certeza a PM não será mais a mesma (Coronel Antônio Carlos – Entrevista ao Estado de Minas, 29 de jun., 1997, p. 42).

Junho de 1997, sexta feira 13, o final do outono recebia um novo tom em Belo Horizonte: as principais ruas da cidade “foram tingidas pela cor caqui das fardas”¹. Tratava-se de uma passeata realizada por praças da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG) em protestos e reivindicações, marcando o início das manifestações públicas daquilo que os praças consideraram um movimento reivindicatório por melhores condições de vida e de trabalho, flexibilização dos regulamentos e tratamento mais respeitoso por parte dos oficiais. Os policiais contrariaram os regulamentos militares, tomando as ruas e manifestando-se de uma forma que somente civis haviam manifestado até aquele momento.

O movimento que perdurou por quase todo o mês de junho, tendo grande parte das reivindicações aceitas, destacou-se por sua relevância no cenário nacional, seu ineditismo, sua repercussão e pelas mudanças ocorridas na instituição, a Polícia Militar de Minas Gerais. Inicialmente, interessa-me aqui, chamar à atenção para as expressões que aparecem na epígrafe dessa introdução: “divisor de águas”, “revolução de 97” e “a PM não será mais a mesma”. Essas expressões refletem a identificação de dois momentos distintos na história da corporação, ou seja, de um rompimento, um momento antes de 1997 e outro depois, mostrando assim a importância daquele movimento que além de resultar em significativas mudanças na corporação, deixou profundas marcas na vida de praças e oficiais, tanto no âmbito profissional quanto no pessoal.

¹ ALMEIDA, Juniele Rabelo. *Um novo repertório da ação coletiva: movimento reivindicatório dos praças da Polícia Militar em Belo Horizonte no ano de 1997*. Dissertação. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Belo Horizonte. Belo Horizonte, 2004. p. 75.

O interesse em estudar o tema iniciou-se durante meu curso de pós-graduação Latussensu em História do Brasil. Mas, desde 1997, quando eclodiu o movimento, o assunto já me chamava a atenção, pois sendo filha de um policial militar pude sentir “indiretamente” os efeitos daqueles acontecimentos. O curso teve como resultado uma monografia intitulada *Hierarquia, autoridade, disciplina: Quando os praças se tornam povo na Praça da Liberdade (A greve de 1997 na Polícia Militar de Minas Gerais)*. O objetivo era investigar as mudanças mais importantes que ocorreram dentro da Corporação, porém não para aqueles que participaram ativamente, mas para aqueles que vivenciaram do interior do Estado o movimento dos praças.

A pesquisa que resultou nessa dissertação serviu-se da História do Tempo Presente, que “é o lugar autorizado para se construir uma narrativa científica acerca do que vivemos, de como vivemos, do que estamos consagrando como memória e, por contraste, do que estamos esquecendo”², recorrendo principalmente ao recurso metodológico da História Oral que acredito ser o mais apropriado para este tipo de trabalho, devido à existência de testemunhos vivos, possibilitando assim a realização de entrevistas com os envolvidos naquele movimento reivindicatório, buscando em suas memórias e através de suas narrativas as representações acerca daqueles fatos que até hoje repercutem na organização Polícia Militar.

A história do tempo presente, perspectiva temporal por excelência da história oral, é legitimada como objeto da pesquisa e da reflexão históricas; na história oral, o objeto de estudo do historiador é recuperado e recriado por intermédio da memória dos informantes, e a instância da memória passa, necessariamente, a nortear as reflexões históricas, acarretando desdobramentos teóricos e metodológicos importantes; a narrativa, a forma de construção e organização do discurso são valorizadas pelo historiador, pois, como lembrou Alessandro Portelli, fontes orais são fontes narrativas.³

As fontes da história oral que com sua vitalidade é uma importante metodologia que valoriza a experiência individual para a compreensão dos acontecimentos sociais contemporâneos é um importante instrumento na construção de referenciais para uma escrita da história. Tais fontes focalizam a memória pessoal daqueles que muitas vezes ficam à margem da História Oficial e como bem defende Portelli, existe uma importante relação entre História Oral e democracia, já que todos os meios de comunicação são excludentes, visto que, existem pessoas que não sabem ler nem escrever, mas possuem oralidade e de alguma

² MOTTA, Márcia Maria Menendes. História, memória e tempo presente. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Novos domínios da história*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. p. 34.

³ FERREIRA, Marieta de Moraes. História Oral: velhas questões, novos desafios. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Novos domínios da história*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. p. 172.

maneira têm o controle sobre ela. Além disso, como também nos ensina o professor Portelli, o trabalho da História Oral é um trabalho político, visto que, não damos vozes aos excluídos porque eles já a possuem, mas, recolhemos e levamos essas vozes ao espaço público.⁴ Portanto, nesse trabalho realizei entrevistas com personagens diversos que contribuíram para a concretização do movimento reivindicatório e não me focando apenas naqueles que foram considerados lideranças e passaram a fazer parte do meio político-partidário que se formou após o movimento dos praças, possuindo estes, narrativas denominadas por Pollak como *depoimentos pré construídos*⁵. Muitos de meus entrevistados ficaram surpresos quando eu os procurei e lhes pedi para que me concedessem entrevistas. Alguns me perguntaram como eu os havia encontrado e por que eu os havia escolhido, outros foram logo perguntando se eu já havia procurado o sargento Rodrigues e o cabo Júlio considerados líderes do movimento e que mais tarde se tornaram deputados, talvez julgando que uma entrevista com eles seria mais importante, o que demonstra que a representação desses policiais foi significativa. Entretanto, nesse trabalho de história oral de vida temática “a voz de todos esses indivíduos isolados e obscuros – e, sem exceção, muito especiais -, é igualmente importante e necessária”.⁶

Através dessa pesquisa com fontes orais, ou seja, com entrevistas que “tem um valor de documento, e sua interpretação tem a função de descobrir o que documentam”⁷, procuro não só informações, mas também o significado dos acontecimentos de 1997 na PMMG por aqueles que passaram por aquela experiência, sendo que são nesses significados que encontramos a subjetividade da memória, que deve ser valorizada, porque como colocado por Portelli, o relato por si já é uma expressão de subjetividade da narrativa que constitui característica do sujeito, sendo tarefa do pesquisador distinguir regras e procedimentos que possibilitem compreender e utilizar as narrativas, pois “a subjetividade, o trabalho através do qual as pessoas constroem e atribuem o significado à própria experiência e à própria identidade, constitui por si só mesmo o argumento, o fim mesmo do discurso”.⁸

⁴ PORTELLI, Alessandro. *História Oral e Poder*. In: Mnemosine. Revista do Departamento de Psicologia Social e Institucional/ UERJ. Vol. 6, nº 2, p. 2-13 (2010). (Trad. e revisão de Luiz Henrique dos Santos Blume e Heliana de Barros Conde Rodrigues). Disponível on-line em: <<http://www.mnemosine.cjb.net/mnemo/index.php/mnemo/index>>. Acessado em 27/07/2012. p.3.

⁵ POLLAK, Michael. *Memória e Identidade Social*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992. p. 200-212.

⁶ PORTELLI, Alessandro. *Tentando aprender um pouquinho: Algumas reflexões sobre a ética na História Oral*. In: Projeto História, nº 15, São Paulo, PUC, 1997. p. 13-50. p. 18.

⁷ ALBERTI, Verena. O lugar da história oral: o fascínio do vivido e as possibilidades de pesquisa. In: Alberti, Verena. *Ouvir contar: textos em história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2004. p. 19.

⁸ PORTELLI, Alessandro. *A filosofia e os fatos: Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais*. Revista Tempo. Rio de Janeiro. V.1, nº 2, 1996. p. 60.

Busquei, nesse trabalho, a história nas memórias pessoais de praças pertencentes ao mesmo espaço social e demais envolvidos no movimento reivindicatório através de narrativas dialógicas, entendendo que a história oral é construída através de uma relação entre o historiador e os narradores orais que entrevistamos, e que

podemos ser professores e catedráticos entrevistando uma analfabeta; porém, na entrevista, quem tem o saber de que se necessita é a analfabeta. Nós estamos ali porque não sabemos coisas que os entrevistados sabem. Trata-se de uma experiência de aprendizagem para nós, para o historiador, e é uma experiência em que a relação entre quem ensina e quem aprende se inverte, se troca.⁹

Terminado o curso de especialização, elaborei um projeto que foi aprovado pela Universidade Federal Fluminense - UFF intitulado: *A cidadania como reivindicação da força pública mineira na greve de 1997*. A ideia do projeto era entender as dimensões da cidadania aplicada à força pública no decorrer de sua história, como essa a entende e em que medida ela foi reivindicada no movimento da Polícia Militar de Minas Gerais em 1997, ou seja, avaliar as concepções de cidadania apresentadas no movimento. Esta problematização surgiu a partir da leitura de trabalhos como os da historiadora Juniele Almeida Rabelo que afirma que a polícia mineira passava por uma crise de identidade provocada pela dualidade militar-cidadão¹⁰ e Cotta que acredita que “Em busca da construção dessa cidadania, ocorreram mobilizações no interior da instituição policial, agora dentro das regras democráticas”.¹¹ A questão da cidadania que seria investigada por esse projeto foi abandonada. Ao perguntar aos praças sobre a cidadania reivindicada, eles falavam vagamente, sempre se reportando ao Regulamento Disciplinar da Polícia Militar (RDPM).

Muitas vezes aquilo que estamos querendo escutar, não é o que os narradores querem dizer, ou o que julgam importante dizer, mas, se a arte do historiador oral é a escuta¹², devemos estar atento ao que os entrevistados têm a nos dizer. A problematização dessa pesquisa modificou-se completamente em relação ao projeto inicial a partir do momento que comecei meu trabalho de campo, pois, percebi que existiam outros aspectos que foram mais significativos para os praças do que os que eu gostaria que eles abordassem, ocorrendo aquilo que Portelli nos alerta: “E, se ouvirmos e mantivermos flexível nossa pauta de trabalho, a fim

⁹ PORTELLI, 2010, op. cit., p. 5.

¹⁰ ALMEIDA, op. cit.

¹¹ COTTA, Francis Albert. *Breve História da Polícia Militar de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Ed. Crisálida, 2006. p. 141.

¹² PORTELLI, 1997, op. cit.

de incluir não só aquilo que acreditamos querer ouvir, mas também o que a outra pessoa considera importante dizer, nossas descobertas sempre vão superar nossas expectativas”¹³.

Dessa forma foquei-me no que meus entrevistados queriam falar, pois, como afirmou Rousso, “a história pertence sobretudo àqueles que a viveram e que ela é um patrimônio comum que cabe ao historiador exumar e tornar inteligível a seus contemporâneos”¹⁴, cabendo a mim enquanto pesquisadora respeitar essa memória, que é segundo o mesmo autor, a presença do passado¹⁵ e como colocada por Paul Ricoeur matéria prima da história, uma forma privilegiada para a aquisição do conhecimento histórico, restando ao historiador a análise crítica da memória que é a guardiã do passado, devendo a história esclarecer e reanimar a memória em um diálogo entre ambas, ou seja, história e memória, que não são segundo Ricoeur nem sinônimas nem opostas, mas dialógicas.¹⁶

Além de entrevistas com as testemunhas e protagonistas dos acontecimentos, busquei, dentro do contexto de análise das narrativas, a forma como a imprensa apresentava aqueles fatos. Os principais impressos que estão sendo analisados são os mineiros, *Estado de Minas*, *O Tempo* e *Hoje em Dia*. Utilizo esses jornais tanto para entender como a mídia classificou o movimento, quanto como fonte adicional para demais informações. É importante destacar que para perceber o mundo contemporâneo, a mídia contribui de forma significativa, porém, os acontecimentos são apresentados pelos meios de comunicações de forma descontextualizadas com o passado, sendo assim, o pesquisador tem a oportunidade de realizar análises mais qualificadas dos fatos, dialogando criticamente com as fontes jornalísticas, levando em consideração as parcialidades existentes nesses tipos de fontes e a relação entre imprensa e poder, realizando as devidas contextualizações temporais, econômicas, sociais, políticas, geográficas ou culturais, como colocado por Cruz e Peixoto:

Os diversos materiais da Imprensa, jornais, revistas, almanaques, panfletos, não existem para que os historiadores e cientistas sociais façam pesquisa. Transformar um jornal ou revista em fonte histórica é uma operação de escolha e seleção feita pelo historiador e que supõe seu tratamento teórico e metodológico. Trata-se de entender a imprensa como linguagem constitutiva do social, que detém uma historicidade e peculiaridades próprias, e requer ser trabalhada e compreendida

¹³ Ibid., p. 22.

¹⁴ ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina. *Usos e Abusos da História Oral*. 8ª edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 98.

¹⁵ Ibid., p. 94.

¹⁶ RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora Unicamp, 2007.

como tal, desvendando, a cada momento, as relações imprensa/sociedade, e os movimentos de constituição e instituição do social que esta relação propõe¹⁷.

A pesquisa apontou para a existência de *memórias divididas* sobre os acontecimentos de 1997, na corporação Polícia Militar. Procurei nesse trabalho entender o movimento reivindicatório dos praças da PMMG através das memórias narradas pelos agentes envolvidos nos fatos: os praças, os oficiais, a imprensa e o governador de Minas Gerais à época. O que aquelas manifestações representaram para os praças e para os oficiais? Que tipo de narrativas os jornais produziram? Como o governo entendeu as manifestações dos praças em junho de 1997?

Visto que sempre residi no interior do estado de Minas Gerais, distante da capital onde ocorreram os fatos, tive, no início da pesquisa certa dificuldade para encontrar quem pudesse me conceder as entrevistas. O problema foi logo sanado por um amigo policial que conheci durante a produção de minha monografia para o curso de especialização. Ele havia sido policial e escreveu um livro acerca de sua participação no movimento reivindicatório. Então, ele colocou-me em contato com dois participantes das manifestações em Belo Horizonte que me concederam entrevista. Um deles me indicou outro policial. Esses policiais haviam participado e não foram excluídos. Eu possuía o nome dos cento e oitenta e seis excluídos. Então, os procurei pelas páginas do Facebook, encontrando o nome de apenas onze deles. Desses onze policiais militares (PMs), cinco me responderam marcando a entrevista. Entre esses cinco consegui a indicação de mais três praças. Além dessas onze entrevistas que realizei, utilizei o testemunho publicado do cabo Bibiano Alex Rocha¹⁸ e do cabo Júlio.¹⁹ A historiadora Juniele Rabelo Almeida disponibilizou em sua tese *Tropas em Protesto: o ciclo de movimentos reivindicatórios dos policiais militares brasileiros no ano de 1997*, sete entrevistas que foram também utilizadas. Com a sugestão de dois praças consegui entrar em contato com três oficiais que me concederam entrevistas. Além dessas três entrevistas com oficiais utilizo o livro do coronel Sain't Clair Luiz do Nascimento *1997, um ano para ser lembrado: o tiro que abalou Minas e aterrorizou o Brasil* e o jornal *Encarte* do clube de oficiais. Utilizo também entrevistas que realizei com policiais do interior durante meu

¹⁷ CRUZ, Heloísa de Freitas; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. *Na oficina do Historiador: conversas sobre história e imprensa*. Projeto História (PUCSP), v.1, 2008. p. 22-38.

¹⁸ ROCHA, Bibiano Alex. *Nos bastidores da PM: o efeito de um ideal*. São Paulo: Scortecci, 2006.

¹⁹ GOMES, Julio César. *O dia em que a polícia parou: a verdadeira história da greve da polícia mineira que parou que parou o Brasil*. Belo Horizonte, 2006.

trabalho de especialização. Na identificação das entrevistas que realizei, optei por utilizar pseudônimos, o que deixou os policiais mais à vontade para narrar suas experiências.

O trabalho está organizado em três capítulos.

No primeiro, apresento os fatos em si: o que foi o movimento, como ele surgiu, em que resultou e em que ambiente e contexto institucional ocorreram. Apresento também o conceito que norteia todo trabalho, ou seja, “memória dividida”, desenvolvido por Alessandro Portelli. Mostro que tal conceito enquadra-se no estudo das narrativas dos envolvidos no movimento reivindicatório dos praças da PMMG em 1997, principalmente em relação a classificação do movimento.

No segundo capítulo apresento o tipo de narrativas que os jornais, *Estado de Minas*, *O Tempo* e *Hoje em Dia* produziram em relação aos fatos, focando a ideia de que a imprensa estava internamente dividida em relação ao que estava acontecendo. Além das narrativas da imprensa, trabalho também as narrativas do governador e dos oficiais, a quem se dirigiam as insatisfações dos policiais militares. Mostro que o governador culpa o Comando da Polícia Militar (PM) pelos fatos e considera as manifestações como “rebelião” e que os oficiais enfatizam em suas narrativas a ideia de desobediência aos regulamentos, alegando quebra de hierarquia e disciplina. Classificam o movimento usando requisitos legais enquadrando as manifestações dos praças como rebelião, greve e principalmente motim.

O terceiro e último capítulo traz a narrativa dos protagonistas do movimento: os praças. Aqui será verificado que os praças negam que realizaram uma greve e que os valores e princípios ensinados no quartel são reafirmados em suas narrativas bem como o afastamento com a sociedade civil. Nesse capítulo apresento o conceito de “mito fundador” de Alessandro Portelli e o conceito de “honra” que se justifica pela forte presença da questão moral nas narrativas dos praças.

Os resultados mostraram que mesmo com certo distanciamento temporal, o movimento de 1997 é um assunto que causa constrangimento e às vezes temor e emoção, tendo sido para muitos policiais uma experiência traumática. Daniel James afirma que “As fontes orais também podem levar-nos além dos limites dos dados empíricos existentes”²⁰. E ao comparar esse tipo de fonte com as fontes escritas continua ele: “é muito mais difícil

²⁰ JAMES, Daniel. *Doña Maria: História de vida, memória e identidade política*. Buenos Aires: Manantial, 2004. p. 126.

deduzir deste tipo de material o sentimento”.²¹ Essa é uma das características inerentes à história oral – os sentimentos que estão envolvidos nesse tipo de trabalho como dor, comoção, orgulho, revolta e mágoa percebidos em muitas das entrevistas que realizei. Mas, isso é um dos fatores que tornam a história oral ainda mais fascinante. Tocar no assunto dos acontecimentos de 1997, mesmo 16 anos depois, ainda é doloroso para os envolvidos, pois foi um movimento que deixou consequências que se fazem sentir até os dias de hoje.

²¹ Ibid.

CAPÍTULO 1

MEMÓRIA DIVIDIDA: PRAÇAS EM MANIFESTAÇÕES

Art. 142 - [...] IV – ao militar são proibidas a sindicalização e a greve (E.C. nº 18/98).

Quando falamos numa memória dividida, não se deve pensar apenas num conflito entre a memória comunitária pura e espontânea e aquela “oficial” e “ideológica”, de forma que, uma vez desmontada essa última, se possa implicitamente assumir a autenticidade não mediada da primeira. Na verdade, estamos lidando com uma multiplicidade de memórias fragmentadas e divididas, todas, de uma forma ou de outra, ideológica e culturalmente mediadas (Alessandro Portelli).²²

A Polícia Militar é uma instituição regida por princípios militares, definida pela Constituição Federal Brasileira como força auxiliar do exército. A força pública possui características militares, embora desempenhem função civil, sendo as organizações militares segundo Goffman²³ de grande complexidade e se enquadram nas chamadas instituições totais, ou seja, aquelas que constroem identidades mais fortes envolvendo todas as esferas da vida de seus membros. Entretanto, está sob o controle dos governadores dos Estados. Tem como função promover a segurança pública por meio da polícia ostensiva, ou seja, uniformizada, identificada e fardada com intuito de coibir o crime pela simples presença, ou reprimi-lo tão logo ele aconteça na atividade de policiamento. Essa dualidade “policial” e “militar” segundo acreditam alguns estudiosos gerou uma “crise de identidade”, que está fortemente relacionada à greve da Polícia Militar de Minas Gerais no ano de 1997.

A Polícia Militar de Minas Gerais possui como valores, além da hierarquia e disciplina militares, a ética, a lealdade, o respeito, a representatividade e a justiça. É comandada preferencialmente por um oficial da ativa ocupante do último posto. “Graduação” é o grau hierárquico dos praças e “posto” é o grau hierárquico dos oficiais. Os praças especiais são os

²² PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina. *Usos e Abusos da História Oral*. 8ª edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 106.

²³ GOFFMAN, Erving. *Manicômios, Prisões e Conventos*. São Paulo: Perspectiva, 1992. Apud CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

futuros oficiais, sendo que o cadete é aluno da Academia Militar e o aspirante a oficial é o cadete formado que está em período probatório. Os soldados de 2ª classe são aqueles que estão em curso de formação e os soldados de 1ª classe são aqueles já graduados. Durante as manifestações de protestos dos policiais mineiros em Belo Horizonte no ano de 1997 estavam entre as principais queixas dos praças o abuso e os privilégios dos oficiais legitimados pelo regulamento disciplinar copiado das Forças Armadas. A estrutura hierárquica da Polícia Militar pode ser verificada no quadro abaixo:

OFICIAIS
Superiores
Coronel Tenente-coronel Major
Intermediário
Capitão
Subalternos
1º Tenente 2º Tenente
PRAÇAS ESPECIAIS
Aspirante Cadete
PRAÇAS
Subtenente 1º Sargento 2º Sargento 3º Sargento Cabo Soldado de 1ª classe Soldado de 2ª classe

Os praças passaram a ser cidadãos políticos somente a partir da Constituição de 1988 quando sargentos puderam ser eleitos e cabos e soldados puderam votar. O policial militar não possui o direito de greve nem pode permanecer filiado enquanto exerce suas atividades, mas é elegível para cargos políticos, não sendo exigida dos policiais militares prévia filiação partidária. Em consequência dessa proibição, os policiais militares somente são considerados filiados após a homologação, pela Justiça Eleitoral, de sua candidatura.

Foi dentro desse contexto organizacional que os praças da Polícia Militar de Minas Gerais desafiaram os regulamentos, a disciplina e a hierarquia e manifestaram publicamente suas insatisfações. Em 1997 embora os praças da PMMG estivessem proibidos de

sindicalizar-se, já havia a possibilidade de se organizarem em clubes e associações representativas. Inicialmente os clubes tinham apenas função recreativa, atualmente clubes e associações prestam também assistência jurídica.

É irônico o fato de que as manifestações reivindicatórias dos praças, na história das polícias militares no Brasil, tenham se iniciado em Minas Gerais, já que a polícia militar desse estado é considerada a mais antiga²⁴ e disciplinada do país, como lembrou o sargento Rodrigues: “Foi a primeira passeata que ocorreu na história da Polícia Militar de Minas Gerais. A tal polícia mais antiga e conservadora. Foi um susto muito grande”.²⁵ É igualmente paradoxal que a primeira manifestação interna registrada pela imprensa – a greve branca – tenha ocorrido dentro do Batalhão de Choque, responsável por reprimir movimentos de contestações por parte de civis. Nesse batalhão, no dia 12 de junho, um dia antes da primeira manifestação nas ruas, os praças cruzaram os braços e não saíram para fazer o policiamento.

1.1. Cronologia do movimento reivindicatório

Embora o governador Eduardo Azeredo (PSDB) afirmasse que o movimento fosse para ele totalmente inesperado, o mesmo não poderia se dizer do Comando da Polícia, pois meses antes do movimento, o Clube dos Cabos e Soldados da PMMG (CCSPM), já havia declarado à imprensa através do jornal *Estado de Minas* a carência e a miséria em que vivia a Polícia Militar. Faixas questionando os baixos salários e as condições de vida da tropa foram expostas no centro da capital. O presidente do clube, cabo Newton de Moraes, negou a colocação das faixas, mas afirmou que o protesto tinha razão de ser. A entrevista concedida à imprensa pelo presidente do CCSPM custou-lhe na época a abertura de um Inquérito Policial Militar (IPM).²⁶

A manifestação de revolta não partiu apenas da capital. Quase dois meses antes da eclosão da greve, o cabo Bibiano Alex Rocha, que servia no 11º Batalhão de Polícia Militar,

²⁴ A Polícia Militar de Minas Gerais considera o dia 09 de junho de 1775 a data de sua criação, pois, foi nesse dia que o governador D. Antônio Noronha, autorizado por D. José I, criou o Regimento Regular de Cavalaria de Minas, sendo a primeira tropa paga pela capitania de Minas e integrada por mineiros (DE MARCO FILHO, Luiz. *História Militar da PMMG*. Belo Horizonte: Academia de Polícia Militar de Minas Gerais, 2005).

²⁵ ALMEIDA, Juniele Rabelo. *Tropas em Protesto: O ciclo de movimentos reivindicatórios dos policiais militares brasileiros no ano de 1997*. Tese. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010. p. 232.

²⁶ LIMA, Ilson. *Cabo Moraes, presidente do CPCS é indiciado em I.P.M. por denunciar problemas na Corporação. Comando retalia denúncias de cabos da PM*. Estado de Minas. Belo Horizonte, 21 de abril de 1997, p. 26.

em Manhuaçu, se deslocou do interior para a capital com a finalidade de declarar publicamente sua insatisfação com o salário pago à Corporação e o abandono pelo qual passavam os responsáveis pela segurança pública. Apesar de ter dado suas declarações ao jornal *Estado de Minas* no dia 05 de maio de 1997, a matéria só foi publicada no dia 12 de junho de 1997 quando as manifestações já haviam se iniciado na capital. Sua denúncia também culminou em punições e transferências.²⁷

Às vésperas de 1997, já existia um contexto de insatisfações internas na Corporação Polícia Militar de Minas Gerais: baixos salários, péssimas condições de trabalho, grande número de policiais cometendo suicídios, abusos e privilégios dos oficiais e um regulamento considerado pelos praças como arbitrário, rígido e ultrapassado que controlava a vida do policial, tanto no espaço público quanto no privado. Contrariar os princípios do Regulamento Disciplinar da Polícia Militar (RDPM) acarretava em punições. “As viaturas quebradas nas oficinas dos batalhões são mostradas pela TV Bandeirantes, ambulâncias, rotams, motos, patrulhas de trânsito se amontoam nas oficinas e não há verba para reposição de peças ou dos carros” (Cabo Júlio).²⁸

Com certeza o pessoal sabia que a gente ganhava muito pouco, sabiam que nós éramos muito humilhados, principalmente quem é familiar de Polícia Militar da época, né? Sabe o que nós passávamos no quartel, arbitrariedade do oficialato, né? e os baixos salários, que a gente era obrigado a fazer bicos, né? de todas as formas possíveis pra sustentar nossas famílias (Cabo Bezerra).

Eu questionava naquela época, porque existia, por exemplo, você já ouviu falar no RDPM, né?! Por exemplo, um policial quando ele passava perto de um superior, se ele não fizesse a continência, era uma transgressão disciplinar grave (Sargento Ferreira).

Os militares, os policiais não estavam com seu salário, que era baixo, né? Soldo. Não estavam dando conta de cuidar da própria família, ou seja, é... antes de acontecer a greve, os militares estavam se endividando, né? É..., o número de suicídios também, apesar da não divulgação, é... aliás existe até estudos de... do... do... do núcleo de psicologia da polícia, mas, não são divulgados (Cabo Silas).

Alguns artigos do regulamento chamam a atenção pelo que tem de arcaico. Exemplos: os praças têm que pedir permissão para casar enquanto que ao oficial basta apenas comunicar. É proibido recorrer à justiça sobre qualquer direito individual... A falta de um botão na farda ou um bigode maior que o permitido pode levar à prisão do policial (Cabo Júlio).²⁹

²⁷ PRATES, Maria Clara. *Cabo se vê obrigado a denunciar crise*. Estado de Minas. Belo Horizonte, 12 de junho de 1997. p. 28.

²⁸ GOMES, op. cit., p. 12.

²⁹ Ibid., p. 50.

Conforme Assis ³⁰, o Alto-Comando não assumia e não anunciava junto ao governador a crise pela qual passava a Polícia Militar de Minas Gerais, pelo fato de que era preciso garantir a impressão de que tudo estava bem para que não colocasse em risco o cargo de Comandante Geral. Além disso, havia a insuficiência dos canais e instrumentos de informação organizacional.

Apesar da existência há algum tempo dessas insatisfações, o motivo que levou os praças a realizarem manifestações de protestos dentro dos quartéis e posteriormente nas ruas de Belo Horizonte foi um aumento de 11% concedido, no dia 06 de junho, somente para os oficiais, pelo então governador do Estado Eduardo Azeredo, em um acordo com o Comandante Geral da PM, Coronel Antônio Carlos dos Santos. Os delegados de Polícia Civil ganharam na justiça a equiparação salarial com os procuradores de Estado, recebendo um reajuste de aproximadamente 11%, diante disto, os oficiais da Polícia Militar pressionaram o governo a conceder a paridade salarial com os delegados. Segundo foi afirmado por praças, em entrevistas que serão analisadas nos próximos capítulos, o comandante garantiu ao governo que não teria problema o aumento exclusivo para os oficiais, pois ele tinha controle sobre a tropa. Essa suposta garantia dada pelo comandante de que poderia “segurar a tropa” está revestida na memória dos praças e será analisada no capítulo 3.

Em 7 de junho, um assaltante que tentava roubar uma casa lotérica, no bairro Floresta em Belo Horizonte, atirou no cabo de 31 anos, Glendyson Hércules de Moura Costa, que veio a falecer três dias depois. O cabo Glendyson era a sétima vítima do ano morta em confronto com bandidos na capital. Durante seu sepultamento no dia 11 de junho foi demonstrado descontentamento da tropa. Praças do Batalhão de Choque incendiaram um dos alojamentos.

Em 12 de junho teve início a “greve branca”. Os policiais do Batalhão de Choque não saíram para as ruas e não fizeram o patrulhamento. Alguns ficaram nos batalhões e outros não foram trabalhar. O Comando negou a existência dos movimentos e proibiu os comandantes dos batalhões a darem entrevistas. A imprensa começou a chegar após telefonemas de praças denunciando o movimento. A fotografia a seguir mostra policiais do Batalhão de Choque fardados e armados, porém, de braços cruzados ou parados em protesto ao reajuste feito somente para os oficiais.

³⁰ ASSIS, Celton Godinho de. *A conduta disciplinadora dos oficiais da PMMG na atualidade, analisada como efeito dos praças de 1997*. Monografia. Academia de Polícia Militar, Belo Horizonte, 2000. p. 17.



Foto 1: Policiais militares do Batalhão de Choque, braços cruzados, parados em protesto no saguão do quartel, no bairro Caiçara, em Belo Horizonte. **Fonte:** Acervo do jornal O Tempo, 13 de junho de 1997.

No dia seguinte, cerca de dois mil policiais, mesmo com o risco das punições que poderiam sofrer, pela primeira vez saíram às ruas de Belo Horizonte numa passeata de 8 quilômetros em protestos e reivindicações. Na imagem a seguir pode-se ver um homem aplaudindo o protesto, alguns policiais mostrando seus contracheques e dando gritos de guerra, lembrando muito as passeatas de trabalhadores civis. Nessa passeata, os policiais estavam fardados e armados, mas retiraram a identificação de seus nomes na farda. O comandante do Batalhão de Choque, Carlos Roberto Lopes Cançado, deu voz de prisão a todos os PMs, no que foi ignorado. Curioso, nessa passeata, foi a camaradagem entre os iguais e a diferença entre os outros, características das instituições militares, pois apesar de convocarem a Polícia Civil a engrossar as filas das manifestações, foi impedida a participação de sindicalistas no movimento. Um integrante da Central Única de Trabalhadores (CUT) tentou participar do movimento e foi retirado, e, ao insistir, teve a bandeira da CUT quebrada.

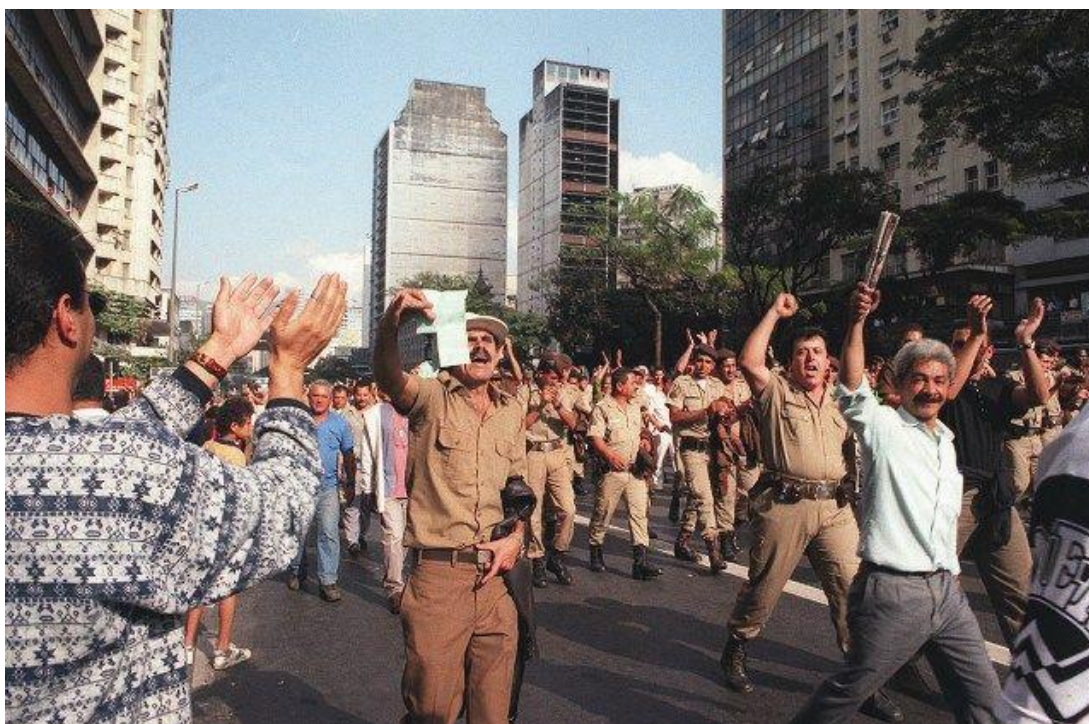


Foto 2:Primeira Passeata. **Fonte:** Acervo do jornal O Tempo, 14 de junho de 1997.

Os praças foram apoiados pela população que aplaudiu os manifestantes, quando estes queimaram seus contracheques, em frente ao Palácio da Liberdade³¹. Contaram ainda com o apoio do baixo escalão da Polícia Civil (carcereiros, escrivães e detetives) e do Corpo de Bombeiros Militares. Naquele mesmo local, entoaram o Hino Nacional e vaiaram o Alto-comando. O secretário de governo, Agostinho Patrus, recebeu os policiais na Praça da Liberdade, mas não ocorreram negociações. O governador Eduardo Azeredo diante dos fatos adiou uma viagem que faria à Europa. É interessante observar a inversão da ordem estabelecida até então, já que a manifestação aconteceu tendo como atores aqueles que muitas vezes reprimem tais manifestações. Muitas imagens são divulgadas pela imprensa quase que diariamente mostrando essas repressões.

Quando observamos as imagens do movimento, só sabemos que se trata de policiais, porque estes estão fardados e armados, pois, como colocou Almeida,³² emergiu através do movimento, um diálogo entre uma cultura militar e uma cultura política. Esse diálogo é facilmente visível nas imagens que mostram homens que não possuem direito à greve, nem a qualquer tipo de manifestação negativa em relação à instituição Polícia Militar, fazendo

³¹ Sede do governo de Minas Gerais à época do governador Eduardo Azeredo. Faz parte do conjunto arquitetônico e paisagístico da Praça da Liberdade, sendo que, atualmente a sede do governo localiza-se na Cidade Administrativa de Minas Gerais.

³² ALMEIDA, 2004, op. cit.

protesto público, utilizando elementos presentes na formação de um policial militar, como farda, arma, hino e ordens, e, ao mesmo tempo elementos geralmente utilizados nas ações grevistas de civis, na capital mineira³³, como minuto de silêncio, protesto em frente ao Palácio da Liberdade e oração, queima de contracheques, músicas e palavra de ordens (“Ah! Eu tô é duro”, “PM, unida, jamais será vencida”, “Por que parou? Parou por quê? Porque o salário não está dando pra comer”, “É, é, é, o prefeito é pangaré”, “Você aí parado também é explorado”...) e o famoso abraço ao Pirulito da Praça Sete, situação típica dos movimentos contestatórios de civis na cidade de Belo Horizonte.



Foto 3: Aquele Abraço. 2500 policiais abraçam o Pirulito da Praça Sete. **Fonte:** Acervo do jornal O Tempo, 14 de junho de 1997.

³³ Ibid.

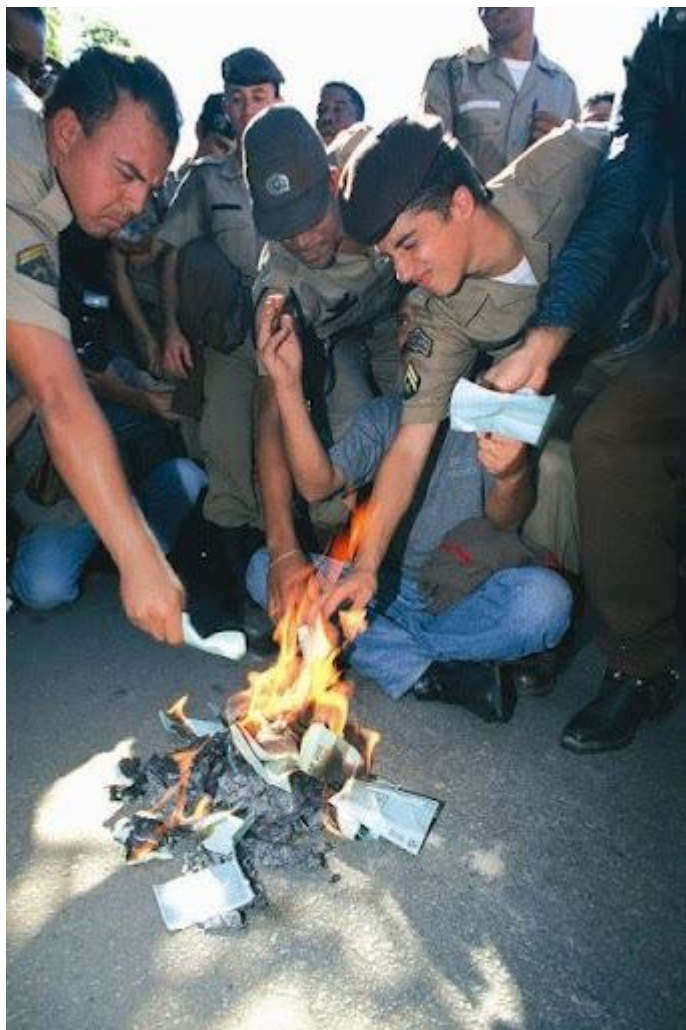


Foto 4: Policiais queimam seus contracheques. **Fonte:** Acervo do jornal O Tempo, 14 de junho de 1997.

Em 14 de junho, em uma assembleia com aproximadamente 500 praças, foi negociado um prazo de 10 dias para o governador acolher as reivindicações. O governador repassou o problema para a Assembleia Legislativa e viajou no dia 15 de junho. O secretário da Casa Civil, Agostinho Patrus, negou o piso de R\$ 800,00, sugerido pela comissão de praças. Nesse mesmo dia ocorreram passeatas em Governador Valadares, também com queima de contracheques. Militares de Montes Claros manifestaram o desejo de também aderir ao movimento a qualquer momento.

No dia 15 de junho, cerca de 800 praças de Uberlândia aderiram ao movimento, com a realização de operação tartaruga. Em Juiz de Fora, um sargento protestou na rua e foi internado, após a única manifestação pública naquela cidade. Em Ipatinga, o vereador e ex-cabo Tannus Jorge, manifestou-se a respeito da crise. Ainda naquele dia, a imprensa divulgou

o “Dossiê da Miséria”, expondo a situação de 221 praças do Comando de Policiamento da Capital (CPC) que estariam vivendo de maneira desajustada e com problemas sociais.³⁴

Após reunião com lideranças da tropa, no dia 16 de junho, o Alto-Comando divulgou nota prometendo não praticar atos de retaliação e acenou para mudanças no Código Disciplinar da Corporação.

O Chefe do Comando de Policiamento da Capital, Coronel José Guilherme de Couto, em entrevista ao Estado de Minas, em 17 de junho, negou indícios de queda no Comando da PMMG.

No dia 19 de junho, agentes penitenciários, policiais civis e militares marcaram uma nova passeata para o dia 24 de junho. Policiais denunciaram tentativas de esvaziamento do movimento pelo Alto-Comando da PM. Ao final do dia, o Governador, já na Alemanha, deu entrevista na Rádio Itatiaia, afirmando ter havido “erro de avaliação” por parte do Comando da Polícia Militar, que não considerou as consequências do reajuste dado somente aos Oficiais. A imprensa também noticiou a mobilização dos praças no interior, para o dia 24 de junho.

A Assembleia Legislativa autorizou, para dia 20 de junho, um aumento para todos os servidores públicos.

Em 21 de junho, o governador do Estado de Minas Gerais retornou da Europa, anunciando um abono de R\$ 102,00 para os praças e anunciou também a substituição do chefe do Estado-Maior, Coronel Herbert Magalhães, pelo Coronel Osvaldo Miranda Silva. O Coronel José Guilherme de Couto, chefe de Policiamento da Capital (CPC), foi substituído pelo Coronel Edgar Eleutério Cardoso que estava à frente da Academia de Polícia Militar. No Comando-Geral permaneceu o Coronel Antônio Carlos dos Santos.

Já em 22 de junho, o novo Comando do CPC destituiu o Comandante e Subcomandante do Batalhão de Choque, onde teve início a crise. A Associação de Sargentos e Subtenentes da PMMG acusou o Alto Comando de preparar uma operação de guerra para conter insubordinação, trazendo militares do interior a fim de pôr fim a manifestação dos praças na Capital.

³⁴ ASSIS, op. cit. p. 21.

No dia 23 de junho, os praças decidiram realizar uma reunião, no Centro Social de Cabos e Soldados, para tomarem decisões sobre a assembleia prevista para dia 24. Os praças que buscaram reunir colegas para esta assembleia foram presos. O Alto Comando da PMMG tentou pela última vez desarticular a manifestação. Militares do interior chegaram a Belo Horizonte para garantir a repressão a uma possível manifestação. As unidades do Comando de Policiamento da Capital tiveram sua comunicação cortada e dois panfletos apócrifos atacando o movimento foram distribuídos entre os militares, um deles desconvoando a assembleia.

O governador decidiu encerrar as negociações, o que agravou a crise. A reunião foi mantida. Tentativas de evitar uma manifestação de rua foram repelidas e os praças saíram em passeata, recebendo no caminho a adesão dos policiais civis e agentes penitenciários. Os praças seguiram do Centro Social dos Cabos e Soldados, localizado no bairro Gameleira, até a Praça da Liberdade. Foi montado pelo então Comando de Policiamento da Capital, um cordão de isolamento, formado por militares, inclusive por cadetes da Academia, a chamada Força da Legalidade (ForLeg), para a proteção de prédios públicos. A ForLeg foi munida de capacetes, coletes a prova de balas, escudos, armas de grosso calibre, alguns com granadas, bombas de efeito moral e gás lacrimogênio e posicionada em lugares estratégicos dentro e fora do Palácio da Liberdade, ao lado do quartel, que foi pela ForLeg isolado com uma corda, onde policiais posicionaram-se à espera dos manifestantes.



Foto 5: “ForLeg”: cordão de isolamento na Praça da Liberdade. **Fonte:** Acervo do jornal O Tempo, 25 de junho de 1997.

Recrutas e policiais do interior não conseguiram barrar a mobilização e muitos desistiram e passaram a atuar ao lado dos colegas manifestantes. A situação agravou e tiros foram disparados. Durante a tentativa de invasão do Alto Comando, o cabo Valério dos Santos de Oliveira foi atingido por um tiro na cabeça e levado ao Hospital Pronto Socorro João XXIII, com poucas chances de sobreviver. O episódio do tiro que acertou o cabo Valério será discutido mais à frente. Na imagem abaixo [foto 6], os policiais aparecem deitados no chão, numa tática de defesa, no momento em que tiros eram disparados. Chama a atenção nas duas imagens, o possível [foto 5] e o real [foto 6] confronto entre a mesma força militar. No caso da ForLeg tem-se polícia protegendo espaços contra uma possível invasão realizada por polícia e no caso dos policiais deitados no chão, tem-se um conflito armado de polícia contra polícia.



Foto 6: Policiais deitados no saguão do prédio do Comando Geral da Polícia Militar. **Fonte:** Acervo do jornal O Tempo, 25 de junho de 1997.

A situação levou o governador Eduardo Azeredo a recorrer ao vice-presidente da República Marco Maciel, já que o presidente Fernando Henrique Cardoso estava em viagem, o auxílio das forças armadas federais, ou seja, ao exército que se concentrou nas imediações para garantir a segurança da capital e das instâncias governamentais como o Palácio da Liberdade, dos Despachos e a residência do governador. As negociações prosseguiram por toda a tarde e início da noite, enquanto centenas de policiais continuaram cercando o Comando da Polícia Militar, próximo à sede do governo mineiro.



Foto 7: Soldados do exército entrando no Palácio dos Despachos, em direção ao Palácio da Liberdade. **Fonte:** Acervo do jornal O Tempo, 25 de junho de 1997.

Após 48 horas de alerta, sem mais conflitos, o exército foi retirado a pedido do governador Eduardo Azeredo. Cerca de duzentos homens, três carros de combates, sete batedores da polícia rodoviária federal, um caminhão aberto levando cerca de trinta homens do pelotão de choque do exército e três caminhões cobertos.



Foto 8: Tanques deixando o Palácio da Liberdade. **Fonte:** Acervo do jornal O Tempo, 28 de junho de 1997.

No dia 25 de junho, tropas de vários Batalhões se recusaram novamente a sair às ruas para fazer policiamento. No dia 26 de junho bateu-se o martelo final. Eduardo Azeredo anunciou piso de R\$ 615,00 para detetives e soldados em início de carreira e às outras patentes, aumentos escalonados de acordo com o grau hierárquico do policial. Um aumento significativo:

[...] 48% de aumento real sobre os salários anteriores: ou seja, quatro vezes a inflação do último ano, a maior vitória que qualquer categoria de trabalhador, funcionário público ou não, paisano ou não, já obteve desde o lançamento do Plano Real, três anos antes do movimento.³⁵



Foto 9: Governador Eduardo Azeredo, o vice Mares Guia e o comandante geral da PM coronel Antônio Carlos dos Santos após o pronunciamento do reajuste salarial final. **Fonte:** Acervo do jornal O Tempo, 27 de junho de 1997.

Na imagem acima os três personagens estão se levantando e empurrando as respectivas cadeiras para à mesa, encerrando não somente a reunião como também a crise, pelo menos, no que se referia às decisões do governador, pois a questão da disciplina e hierarquia que foram abaladas, ficou a cargo da própria polícia. Esse assunto será abordado em outro momento nesse trabalho.

³⁵ CARVALHO, Joaquim de; GUSMÃO, Marcos. *Lições de uma greve selvagem: governador de Minas Gerais se rendeu e a PM já fala em parar nos outros Estados. Veja*, 02 de jul., 1997. p. 26.



Foto 10: Comissão de praças, Azeredo, equipe do governo e dom Serafim Fernandes rezando na última reunião de negociação. **Fonte:** Acervo do jornal O Tempo, 27 de junho de 1997.

Em 27 de junho, o policiamento da capital aconteceu normalmente, tendo iniciado o movimento em outros estados onde policiais se mobilizaram motivados pela repercussão do movimento mineiro: Alagoas, Bahia, Ceará, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Sul, São Paulo e Rio de Janeiro. Muitos participantes foram punidos e 186 foram expulsos da PMMG. No dia 28 de junho, morreu o cabo Valério. O comando retomou o controle após o aumento, e foram abertas sindicâncias e inquéritos para apurar quem foi o autor do disparo do tiro que matou o cabo Valério. O Comando acusou o soldado Wedson Campos Gomes e os praças acusaram o Comandante de Policiamento da Capital, Eleotério Cardoso. O soldado Wedson foi expulso da PM e condenado em 1998 a 8 anos de prisão. Alguns anos depois de cumprir a pena, foi assassinado. O movimento teve também como consequência a emergência política de dois participantes, considerados líderes: o cabo Júlio César Gomes dos Santos e o sargento Washington Fernando Rodrigues que conseguiram, em 1998, vencer as eleições para

deputado federal e deputado estadual, respectivamente. Cabo Júlio foi o deputado mais bem votado por Minas Gerais. Ambos conseguiram se reeleger nas eleições de 2002. O cabo Newton de Moraes que à época era presidente do Clube de Cabos e Soldados e foi integrante da comissão de negociação do movimento reivindicatório também foi eleito deputado estadual.

Acerca dos critérios de exclusões, a explicação divulgada pelos oficiais foi a de que as investigações basearam-se em fotos e vídeos divulgados pela imprensa. Aqueles que apareceram nas fotos e deram entrevistas foram os primeiros a sofrerem os inquéritos. Entretanto, os praças alegaram nas entrevistas que as exclusões foram atos de perseguição e vingança dos oficiais.

Após as exclusões, iniciou-se um movimento pela anistia: “Anistia já para os PMs”, liderado pelos familiares dos policiais que haviam sido excluídos. Na campanha eleitoral, em 1998, foi proposto ao governador Eduardo Azeredo, que tentava a reeleição, a concessão da anistia, porém, Azeredo preferiu deixar essa questão a cargo da Polícia Militar. A promessa de anistia foi dada então, pelo candidato ao governo do Estado Itamar Franco, que com apoio dos policiais candidatos ao legislativo conseguiu vencer as eleições. Os praças foram anistiados no governo de Itamar Franco (1998-2002), porém reintegrados no Corpo de Bombeiros e não na PM. A reintegração foi definida através da Emenda à Constituição do Estado de Minas Gerais, nº 39 em seu artigo 12.

Os episódios de junho de 1997 na PMMG não serviram de bandeira apenas para a campanha eleitoral de Itamar Franco, mas também para os policiais militares candidatos a cargos parlamentares que estiveram à frente do movimento: cabo Júlio (deputado federal) e sargento Rodrigues (deputado estadual). Conquistando votação expressiva nas eleições de 1998, os policiais estão, até hoje, ocupando cargos políticos. Quando findaram as negociações com o governo estadual, a comissão chegou à porta do Palácio dos Despachos comemorando e acenando com um sinal de “V” da vitória, com cabo Júlio, cabo Moraes e sargento Rodrigues à frente. Essa imagem foi apropriada para a campanha eleitoral dos praças no ano seguinte ao movimento. O “V” na imagem da propaganda eleitoral passou a ter duplo sentido, “V” de vitória nas negociações e de voto. A propaganda veiculava a imagem dos praças considerados líderes pela mídia com a frase “Agora a luta é com seu voto”.



Foto 11: Comissão de comemorando vitória nas negociações. Sargento Rodrigues e cabo Júlio. **Fonte:** *O Tempo*, 27 de junho de 1997.



Foto 12: Comissão de comemorando vitória nas negociações. Sargento Rodrigues, Cabo Júlio e Cabo Moraes. **Fonte:** *O Tempo*, 29 de junho de 1997.

1.2. Polícia Militar de Minas Gerais: uma nova configuração

Nas discussões acerca da segurança pública, a questão da militarização como um modelo inadequado nas polícias está sempre em pauta. Entretanto a PMMG, apesar da modelagem militar, possui hoje uma estrutura operacional e uma formação voltada para lidar com a sociedade. Embora essa nova estrutura já começasse a se configurar antes do movimento reivindicatório de 1997, ela ganhou força após aqueles acontecimentos. É inegável que a Polícia Militar de Minas Gerais (a que tenho conhecimento) vem sofrendo mudanças internas, com o intuito de melhorar seu relacionamento e atendimento à sociedade em geral. Não sei se essas mudanças têm sido adequadas e eficientes, mas a PMMG passa por um período de transição. Essas mudanças vêm ocorrendo lentamente desde a Constituição de 1988, e foi acelerada após o ano considerado por muitos praças como o “divisor de águas na PMMG”, digo, 1997. Cotta³⁶ afirma que ocorreram movimentos pedagógicos dentro da Instituição Polícia Militar de Minas Gerais a partir da década de 1990. Os próprios cursos de formação de praças e oficiais passaram por reformas. Ao pesquisar bibliografias para minha pesquisa deparei-me com várias monografias escritas por policiais como critério parcial à formação para Oficial. Hoje, o cidadão que deseja ingressar na PMMG deve fazer um curso de Técnico em Segurança Pública. O salário da Polícia Militar de Minas Gerais atrai um número maior de candidatos e exige o Ensino Médio completo. No último concurso aberto em 2013, já se anunciava que no próximo edital já se exigiria o Ensino Superior. Para a prova realizada exigiu-se conhecimentos de Português, Matemática, História, Geografia, Informática, Redação e Direitos Humanos, além dos exames físicos, psicológicos e de saúde. Isso mostra que o perfil do policial militar modificou-se. No período em que os praças entrevistados entraram para a Polícia Militar não era exigido o Ensino Médio. Um aspecto interessante é que os praças reconhecem nos novos policiais pessoas de conhecimento, mais educadas e cultas, enfim preparadas para o diálogo com civis.

Foi implantado o programa da Polícia Comunitária com intuito de lidar com qualquer problema que perturbe a maioria da comunidade e as preocupações dos cidadãos. Os resultados são medidos pela qualidade de vida e de satisfação dos cidadãos. Hoje, policiais atuam dentro das escolas desenvolvendo com crianças do 1º ao 6º ano de escolaridade o Programa Educacional de Prevenção ao Uso de Drogas e à Violência (PROERD), usando para isso uma pedagogia diferenciada para envolver as crianças, sendo realizado em conjunto com

³⁶ COTTA, op. cit.

a escola e com as famílias, formando uma turma por semestre. O Programa possui músicas e símbolos. Além do manual do instrutor, existe também o livro do estudante e dos pais. Com atuação também nas escolas, é desenvolvido por policiais, o Programa Jovens Construindo a Cidadania (JCC), que tem como objetivo a criação de um ambiente escolar saudável, livre das drogas e da violência, através de ações e mudanças comportamentais desenvolvidas por um grupo de alunos que agirá dentro da escola, com a supervisão dos professores e a orientação de um policial militar. Em uma entrevista que realizei, um praça acerca da repercussão do movimento disse o seguinte “Hoje a Polícia Militar nossa, é muito moderna, voltada pra tratar com as minorias, né? Nós temos aí manuais até mesmo pra tratar gays, é... lésbicas, é... índios, idosos, crianças...” (Sargento Couto). Em relação às mudanças Cotta afirma:

No limiar do século XXI, a Instituição busca uma nova identidade. Assim como toda a sociedade brasileira, ela procura caminhar por caminhos da democracia: de soldado a técnico de segurança do cidadão. Certamente, é um processo que ainda está em construção e que necessita da participação efetiva de policiais e demais cidadãos³⁷.

Essa nova identidade pode ser vista também como desdobramento da greve de 1997 que marcou a instituição e a vida dos agentes envolvidos. Oficiais sentiram-se desacatados e desautorizados, policiais considerados líderes elegeram-se deputados, comandantes perderam seus cargos, o Regulamento Disciplinar da Polícia Militar, o RDPM, foi extinto e substituído por outro com uma denominação mais expressiva: “Código de Ética”, um cabo perdeu a vida, manifestantes pais de famílias foram punidos com a pena máxima de exclusão ficando desempregados e mais tarde, quando receberam a anistia, não puderam retornar para a sua “casa”, ficando com a opção de reintegrar-se no Corpo de Bombeiros. Esse, por sua vez, foi separado da Polícia Militar após o movimento. Essas marcas ficaram evidentes em muitos momentos durante o processo de entrevistas: a procura pelos depoentes, contatos iniciais, a entrevista em si e os contatos finais.

O movimento colocou em lados opostos praças e oficiais, governo e praças e causou também, como será mostrado, um grande “mal estar” entre oficiais e governo. Cada um desses grupos de pessoas percebeu, sentiu e justificou os fatos de diferentes formas, gerando uma “memória dividida”.

³⁷ Ibid., p. 150.

1. 3. O conceito de Memória Dividida

Uma interpretação que se cristalizou como memória oficial sobre os acontecimentos de 1997 foi que os praças da Polícia Militar de Minas Gerais realizaram uma greve, expressão usada corriqueiramente sem análise ao referir-se àquelas manifestações de 1997. Porém, ao interrogar aos praças sobre a questão, percebi a insistência em negar que eles tivessem realizado um movimento grevista, enquanto que os oficiais enquadraram os fatos dentro de greve e motim, entre algumas outras designações. O governador do Estado à época, Eduardo Azeredo (PSDB), falou em rebelião e os praças que se tornaram deputados desenvolveram narrativas voltadas para questões relacionadas à cidadania.

Alessandro Portelli utilizou e desenvolveu o termo “memória dividida” de Giovanni Contini para falar das memórias de um massacre ocorrido na cidade italiana de Civitella Val di Chiana em junho de 1944, durante a Segunda Guerra Mundial, onde 115 civis italianos foram mortos em um dia, em retaliação à morte de três soldados alemães pela Resistência italiana – movimento armado contra a ocupação nazista na Itália e o fascismo. As narrativas sobre o massacre, identificadas por Contini, apresentaram uma memória oficial e uma memória comunitária que muitas vezes entraram em choque:

Contini identifica, por um lado, uma memória “oficial”, que comemora o massacre como um episódio da Resistência e compara as vítimas a mártires da liberdade; e, por outro lado, uma memória criada e preservada pelos sobreviventes, viúvas e filhos, focada quase que exclusivamente no seu luto, nas perdas pessoais e coletivas. Essa memória não só nega qualquer ligação com a Resistência, como também culpa seus membros de causarem, com um ataque irresponsável, a retaliação alemã.³⁸

Portelli analisou o massacre a partir de entrevistas realizadas com testemunhas e moradores daquele povoado, e, constatou através das memórias dos narradores, que eles culpavam a Resistência pela morte dos italianos, visto que, a ação de represália por parte dos nazistas era vista como previsível. Observou também uma memória institucionalizada ligada à Resistência, como foi colocado por Contini. Contudo, Portelli defende que o conceito de “memória dividida” não deve ser simplificado nessa dicotomia, onde de um lado temos uma “memória oficial” e do outro uma “memória do povoado”, pois os resultados de seu trabalho com história oral sobre o tema, apontaram para várias versões sobre o que aconteceu no massacre. Na verdade, trata-se, segundo ele, de “uma multiplicidade de memórias

³⁸ PORTELLI, 2006, p. 105.

fragmentadas e internamente divididas, todas, de uma forma ou de outra, ideológica e culturalmente mediadas”.³⁹

O conceito de “memória dividida”, trabalhado por Portelli, pode ser utilizado para a análise das narrativas sobre as manifestações de insatisfações dos praças da Polícia Militar de Minas Gerais. As entrevistas realizadas com os envolvidos nos acontecimentos de 1997, os testemunhos escritos e publicados por policiais, e os arquivos de jornais mostram, em relação aos fatos, a existência de elementos narrativos compartilhados, como mostrarei no capítulo 3. Todavia, é extremamente forte e expressivo o fato de que aqueles acontecimentos foram percebidos e interpretados de diferentes formas, tanto pela imprensa belo-horizontina, quanto para os agentes relacionados aos fatos, e é principalmente, no narrar dessas representações que me deparei com a destacada presença de uma “memória dividida”, entendendo aqui, representações como a forma em que a realidade é percebida e interpretada por um determinado grupo.

Na análise das narrativas dos envolvidos nos fatos, considere as representações, tanto quanto os fatos, pois as fontes orais são fontes narrativas, revestidas de subjetividade que “faz tanto parte da história quanto os ‘fatos’ mais visíveis”.⁴⁰ Portanto, nas fontes orais, busquei não só informações, mas também e principalmente, a subjetividade dos narradores, ou seja, que tipo de representações aqueles acontecimentos de 1997 tiveram para aqueles que os vivenciaram. Como lembra Portelli “a motivação para narrar consiste precisamente em expressar o significado da experiência através do fato: recordar e contar já é interpretar”.⁴¹ Portanto, na narrativa encontra-se o fato e a interpretação, apresentando conhecimentos objetivos e subjetivos sobre o que se relata.

Portelli, ao refletir sobre o assunto, cita o pesquisador Pietro Clemente que fez a distinção entre “fatos do historiador e representações do antropólogo”.⁴² Apesar de concordar com este pesquisador, ele afirma que

Representações e “fatos” não existem em esferas isoladas. As representações se utilizam dos fatos e alegam que são fatos; os fatos são reconhecidos e organizados de acordo com as representações; tanto fatos quanto representações convergem na subjetividade dos seres humanos e são envoltos em sua linguagem.⁴³

³⁹ Ibid., 106.

⁴⁰ PORTELLI, 1997, op. cit. p. 31.

⁴¹ Idem, 1996, p. 60.

⁴² Idem, 2006, p. 111.

⁴³ Ibid.

O importante aqui não é entender o movimento dos praças factualmente, mas refletir sobre os fatos, tecidos por essas representações, sempre juntos e sem um posicionamento dando autenticidade a apenas uma memória, como colocado por Portelli. É importante entender o porquê de determinado significado na construção narrativa que resultou em uma memória dividida sobre os acontecimentos na PMMG em 1997. São nesses significados da experiência dos que participaram do movimento que encontrei a marca individual da memória que precisa ser valorizada, pois é através desses significados que os narradores dão sentido às suas vidas e às suas experiências.

Mas o realmente importante é não ser a memória apenas um depositário passivo de fatos, mas também um processo ativo de criação de significações. Assim, a utilidade específica das fontes orais para o historiador repousa não tanto em suas habilidades de preservar o passado quanto nas muitas mudanças forjadas pela memória. Essas modificações revelam o esforço dos narradores em buscar sentido no passado e dar forma às suas vidas, e colocar a entrevista e a narração em seu contexto histórico.⁴⁴

As narrativas dos praças, como já dito, evidenciaram que eles não consideraram o que ocorreu uma greve: “... porque na verdade não foi uma greve, porque, é..., não houve uma paralisação com o serviço, né?! Eu, por exemplo, eu trabalhei, né?!” (Sargento Ferreira). Os oficiais classificavam os fatos principalmente como motim: “Eu acredito que sim, que configura crime de “motim” sim, porque eles estavam armados”(Coronel Maciel). O governador do Estado, Eduardo Azeredo, como rebelião: “Existia insatisfação, eu sabia. Mas que pudesse virar rebelião de rua foi surpresa”.⁴⁵ Mas a memória do movimento não estava dividida apenas entre quatro grupos distintos, a saber: praças, oficiais, políticos e imprensa, mas, internamente também, como é o caso das narrativas da imprensa que se mostraram bastante fragmentadas.

Em relação aos acontecimentos de junho de 1997, a mídia os apresentava de diversas formas e com designações diversas. Eram comuns nos impressos que noticiavam os fatos, títulos como “Movimento tem apoio nas ruas”⁴⁶, “A verdadeira história da greve da Polícia Militar”⁴⁷, “Protesto de PM deixa comércio apreensivo”⁴⁸, “Rebelião histórica chama atenção do país”⁴⁹ e “Revolta dos policiais”⁵⁰. As narrativas dos jornais não chegaram a um consenso,

⁴⁴ Idem, 1997, p. 33.

⁴⁵ *Estado de Minas*, 07 mai., 2000. p. 04.

⁴⁶ *Estado de Minas*, 25 jun., 1997. p. 31.

⁴⁷ *Estado de Minas*, 07 mai., 2000. p. 01.

⁴⁸ *Hoje em Dia*, 25 jun., 1997. p. 08.

⁴⁹ *O Tempo*, 25 jun. 1997. p. 17.

⁵⁰ *O Tempo*, 25 de jun., 1997. p. 09.

eram múltiplas e estavam internamente divididas. Dessa forma, reporto-me à Portelli novamente, no tocante ao que ele afirma que

Não podemos continuar procurando oposições somente entre campos de memória, e sim também dentro deles. A brilhante definição, “memória dividida”, precisa ser ampliada e radicalizada para definir não só a dicotomia (e hierarquia implícita) entre a memória institucional da Resistência e a memória coletiva da comunidade, mas também a pluralidade fragmentada de diferentes memórias.⁵¹

Os praças, que não consideram o que ocorreu em 1997 uma greve, preferem o termo “movimento reivindicatório”. “O movimento em 97, eu falo que é um movimento reivindicatório, né? Não se fala greve, eu acredito que não houve greve, né?” (sargento Fernandes). Como o tema desde trabalho refere-se aos fatos de 1997 que tiveram os praças como protagonistas, uso aqui o termo “movimento reivindicatório” para designar os acontecimentos de 1997, visto que, é este o termo que os praças julgam mais apropriado.

Não se pretende neste texto definir um conceito que melhor caracterize ou explique o que ocorreu na PMMG em 1997, mas sim, através das memórias pessoais dos envolvidos, analisar as versões narrativas apresentadas e compreender o que os fatos representaram para eles, recebendo o aprendizado que apenas a história oral é capaz de transmitir, ou seja, as tensões, os sentimentos, os valores e a complexidade da vida social.

⁵¹ Idem, 2006, pp. 127-128.

CAPÍTULO 2

O MOVIMENTO DOS PRAÇAS NAS NARRATIVAS DA IMPRENSA, GOVERNO E OFICIAIS

Existia insatisfação, eu sabia. Mas que pudesse virar rebelião de rua foi surpresa (Governador Eduardo Azeredo – Entrevista ao Estado de Minas, 07 de mai., 2000, p. 04).

Ocorreu tudo aquilo que o Código Penal Militar insere no juízo de reprovação, como aliciação, amotinamento, conspiração, revolta, desacato, desobediência, insubordinação, motim e homicídio (Coronel Saint'Clair do Nascimento).

Eduardo Brandão de Azeredo (PSDB) foi governador do Estado de Minas Gerais de 1995 a 1998. Tentou a reeleição, mas perdeu para o candidato Itamar Franco (PMDB) que fez campanha prometendo anistia aos praças que foram excluídos da PMMG por terem participado do movimento reivindicatório em 1997, no governo de seu opositor.

Em maio de 2000, quase três anos após a deflagração do movimento reivindicatório dos praças da Polícia Militar, o ex-governador do Estado desabafou em uma edição especial do jornal *Estado de Minas* em relação ao movimento: “Foi o pior momento de meu governo. Num momento desses a gente envelhece dez anos”.⁵² O movimento causou um efeito negativo na opinião pública em relação ao governador, pois a população apoiou o movimento. Além disso, o governador foi muito criticado por ter cedido e não ter controlado o movimento, pois dessa forma incentivou manifestações de praças em outros Estados:

A greve de Minas mostrou como é fácil dobrar governadores que não têm uma política de segurança pública e acham confortável mandar quem está em cima chicotear o lombo de quem está embaixo. Se o governador de seu Estado está nessa categoria, prepare-se: pode estar vindo confusão por aí.⁵³

A citação à cima é da revista *Veja*. Refere-se a uma matéria intitulada *Lições de uma greve selvagem: governador de Minas Gerais se rendeu e a PM já fala em parar nos outros estados*. Nessa matéria o ex-governador foi ridicularizado por seu comportamento frente aos

⁵²*Estado de Minas*, 07 mai., 2000, p. 04.

⁵³*Veja*, 02 jul., 1997, p. 26

acontecimentos daquele ano na PMMG. Ao lado de sua fotografia na revista, a legenda dizia: “Azeredo: o esperto fez papel de bobo”. A matéria mostra que a exemplo de Minas onde o governador encerrou as negociações concedendo um significativo aumento, outros Estados passaram a também reivindicarem reajustes. Foi o chamado pela imprensa “efeito dominó”. A imagem pública do governador foi muito prejudicada pelo movimento dos praças.

O movimento não colocou em lados opostos apenas praças e governo, mas também subordinados e superiores, o que não é inédito na história do Brasil, pois, já tivemos situações parecidas como a Revolta da Chibata (1910), dos Sargentos (1961 e 1963) e dos Marinheiros (1963-1964), que colocaram em pauta questões disciplinares. O abalo, mesmo que momentâneo, da autoridade de alguns comandantes deixou os oficiais preocupados: “Realmente houve quebra de hierarquia e, por isso, reafirmamos que precisamos antes de qualquer medida fazer um estudo” afirmou Antônio Carlos dos Santos, Comandante Geral da PMMG à época do movimento ao *Estado de Minas*.⁵⁴ Entretanto, como será mostrado no capítulo 3, os praças afirmaram em entrevistas, que a hierarquia e disciplina não estavam em pauta no movimento, embora existam estudos que afirmem o contrário. O próprio cabo Júlio afirmou: “Nós somos totalmente a favor da hierarquia e da disciplina. Nós não somos a favor da fome que esses praças estão passando”.⁵⁵

Sendo objetivo desse trabalho entender o movimento reivindicatório dos praças da Polícia Militar de Minas Gerais através das memórias narradas pelos agentes envolvidos, cabe também entender o que aquelas manifestações representaram para os oficiais da Polícia Militar e como o governo entendeu o movimento dos praças. As narrativas de oficiais foram obtidas através de entrevistas concedidas a jornais, alguns textos produzidos por eles no *Encarte*, jornal do clube de oficiais, um livro publicado pelo coronel Saint’Clair Luiz do Nascimento e entrevistas realizadas por mim na cidade de Belo Horizonte com oficiais da época. As narrativas do governo foram noticiadas em jornais e alguns trechos disponíveis nos trabalhos da historiadora Juniele Rabelo Almeida.

⁵⁴*Estado de Minas*, 29 jun., 1997, p. 42.

⁵⁵*Hoje em Dia*, 25 jun., 1997, p. 09.

2.1. A imprensa e o movimento

O movimento reivindicatório dos praças da Polícia Militar de Minas Gerais, foi amplamente explorado pela mídia não só local como também nacional, sendo um importante instrumento na construção da narrativa sobre tal movimento. Em minhas pesquisas em jornais belo-horizontinos, os impressos, *Estado de Minas*, *O Tempo* e *Hoje em Dia*, pude verificar que durante todo o mês de junho e parte de julho os jornais publicavam páginas com notícias do movimento, sendo que tais notícias muitas vezes foram destaques nas capas destes jornais.

A mídia acompanhou com detalhes o desenrolar dos acontecimentos. Ela estava presente em todo o processo: as manifestações nos quartéis, às passeatas, as reuniões e as negociações. Em um período em que a internet ainda era muito incipiente, a mídia impressa e televisiva foram os principais meios de comunicação responsáveis por dar visibilidade àquele movimento.

Ao que parece, a tendência de grande parte da mídia mineira estava voltada para o apoio ao movimento dos praças. Apoio reconhecido tanto pelos praças, quanto por pesquisadores do assunto. O jornal *Estado de Minas*, tantas vezes apontado pelos servidores públicos como tendencioso e aliado ao governo foi exemplificado por Almeida⁵⁶ como um jornal que deu “total apoio” ao movimento dos praças. Entretanto, em seu testemunho publicado, o cabo Bibiano Alex Rocha queixou-se do fato de ter procurado o jornal *Estado de Minas* quase dois meses antes da eclosão do movimento com a finalidade de declarar publicamente sua insatisfação com o salário pago à Corporação e o abandono pelo qual passavam os responsáveis pela segurança pública, e sua matéria só ter sido publicada no dia 12 de junho de 1997⁵⁷ quando as manifestações já haviam se iniciado na capital.⁵⁸ Mas, foi nesse período que o movimento ganhou notoriedade na imprensa, sendo então, conveniente a publicação da matéria do cabo.

Em sua dissertação “*A narrativa telejornalística da revolta dos praças da Polícia Militar em 1997: um estudo sobre a cobertura da TV regional em Minas e a espetacularização do movimento*”, João Lucas Salgado Machado, analisou a cobertura do que ele chama de “revolta dos praças”, realizadas pelas emissoras televisivas “Band Minas”, “Record Minas” e

⁵⁶ ALMEIDA, 2010, op. cit., p. 30.

⁵⁷ *Estado de Minas*, 12 jun., 1997, p. 28.

⁵⁸ ROCHA, 2006, op. cit.

“Rede Globo Minas”, durante quase vinte dias do movimento. Ele afirmou que a revolta dos praças da Polícia Militar (PM) mineira surpreendeu a opinião pública e parte da imprensa, e que embora a crise na PM tenha sido sinalizada por alguns impressos que mostraram os riscos da revolta nos quartéis, quando o movimento ganhou as ruas foi transformado em espetáculo midiático. Este apoio da imprensa é justificado por Machado devido à espetacularização.

...o espetáculo, como fenômeno imprevisível, permitiu, em 1997, a desestabilização de possíveis alinhamentos entre mídia e poder constituído, registrando e potencializando a revolta. É bom lembrar que em 2004 os praças da Polícia Militar mineira, já insatisfeitos com as conquistas obtidas em 1997, ensaiaram novos protestos e manifestações, mas que, segundo depoimentos, foram ignorados pelos veículos. De acordo com o então presidente do Sindicato dos Jornalistas de Minas Gerais, Aloísio Lopes, houve um ajuste entre mídia e governo para que as manifestações não tivessem visibilidade.⁵⁹

Machado afirma ainda, que a cobertura desses tipos de eventos ligados a lutas sindicais representando uma determinada categoria não é prática comum na imprensa que “tende a favorecer os pontos de vistas das grandes empresas e das burocracias do Estado”.⁶⁰ Contudo, devido à espetacularização a cobertura do movimento fez-se importante para a imprensa, já que despertou o interesse do receptor pelo assunto.

Machado cita um texto enviado via internet, pelo repórter Tom Paixão, da TV Record Minas à época, em que ele afirma: “Uma ou duas coisas que sei sobre a greve da PM: a greve dos policiais militares de Minas Gerais, a primeira no Brasil pós-ditadura, foi feita em grande parte, pela mídia”.⁶¹ Neste texto de Tom Paixão citado por Machado, ele confirmou o apoio da imprensa ao movimento dos praças quando qualificou o trabalho jornalístico como perfeito, exceto para o governo e para os comandantes. Para Machado⁶², o movimento, ao mesmo tempo em que alimentava a imprensa, era também por ela influenciado. Os praças alimentavam a mídia com fatos e imagens que reproduziam os acontecimentos, embutindo ali novos valores e formas de percepção, gerando a ressignificação da realidade.

⁵⁹ MACHADO, João Lucas Salgado. *A Narrativa Telejornalística da Revolta dos Praças da Polícia Militar em 1997: um estudo sobre a cobertura da TV regional em Minas e da espetacularização do movimento*. Dissertação. Faculdade de Comunicação e Artes da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2011. pp. 105-106.

⁶⁰ MOTTA, Luiz Gonzaga. Análise pragmática da narrativa jornalística. IN: LAGO, Cláudia (org). *Metodologia de Pesquisa em Jornalismo*. 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 340. Apud MACHADO, *ibid.*, p. 14.

⁶¹ Machado, *op. cit.*, p. 88.

⁶² *Ibid.*, p. 72 – 73.

Almeida⁶³ conta que quando na ocasião da sua pesquisa alguns policiais se apresentaram para entrevista, vieram munidos de recortes de jornais sobre a greve, legitimando assim seus depoimentos. O Sargento Washington Fernando Rodrigues, considerado pela mídia um dos líderes do movimento, em entrevista a Almeida afirmou:

A televisão estava acompanhando o movimento. Eram matérias do SBT, na Manchete e na Globo. A imprensa prestou um papel histórico, inquestionável, porque ela registrou a revolta dos praças, a busca da cidadania. A imprensa mineira buscou compreender o movimento, ela não fez o jogo do governo. Mostrou o choro, os gritos, as palavras de ordem, a revolta. Claro que tinham, de vez em quando, aqueles colonistas ligados ao Palácio do governo, fazendo crítica. Eu concedi inúmeras entrevistas e fotos.⁶⁴

Os policiais do movimento procuravam a mídia para divulgar seus objetivos a todos os outros policiais, inclusive aqueles do interior do Estado. O cabo Júlio César Gomes, outro policial levantado pela mídia como líder, enfatizou a importância da imprensa para o êxito do movimento:

Cada entrevista que eu dava, e que saia na imprensa, o coronel me ligava. *Eu já lhe disse que não quero que você fale nada.* A cada notícia que eu dava, eu ficava entre a cruz e a espada. Eu tinha de usar a mídia para poder convocar o pessoal para as assembleias. Quanto mais gente aparecesse, quando maior fosse a movimentação, maior seria o instrumento de pressão para o governo nos atender. Mas eu não podia fazer isso: era crime militar.⁶⁵

Cabo Júlio, na narrativa acima, deixou clara sua intenção em usar a imprensa para atingir seus objetivos de informar, convocar mais praças e fazer pressão. A mídia atendeu às intenções do cabo, pois, como colocou o cabo Marcondes, “a imprensa divulgou aquilo. Quando vimos à repercussão do que a imprensa tinha feito... todo mundo abraçou a causa... O movimento se alastrou depois que a imprensa chegou”.⁶⁶

Essa consciência dos praças de que usar a mídia seria de grande importância para o sucesso do movimento, manifestou-se logo nas suas primeiras demonstrações de insatisfações. Visto que, com o objetivo de divulgar suas ações, trataram logo de comunicar, eles mesmos, à imprensa, sobre os acontecimentos, solicitando seu comparecimento no Batalhão de Choque, onde começaram as manifestações de protesto com a queima de colchões no interior do alojamento em 11 de junho. No dia seguinte cruzaram os braços e não

⁶³ ALMEIDA, op. cit. p. 30.

⁶⁴ ALMEIDA, Ibid., p. 232.

⁶⁵ Ibid., p. 241.

⁶⁶ Ibid., p. 259.

saíram para fazer policiamento nas ruas: “A imprensa começa a chegar, por causa dos telefonemas dos praças sobre o movimento”.⁶⁷ Inicialmente, as declarações foram realizadas de forma a tentarem não se comprometer, como foi divulgado pelos jornais: “Através de bilhetes distribuídos ontem à tarde no quartel, eles assumiram a responsabilidade do incêndio que destruiu quarta-feira três colchões no alojamento do Batalhão”.⁶⁸ “Com medo de se pronunciar na frente dos superiores, alguns militares expressavam seu descontentamento através de cartas, que passavam às escondidas aos jornalistas”.⁶⁹ “Por medo de punições, os militares também evitavam falar de frente para a imprensa, mas às escondidas e entre cochichos passavam algumas informações”.⁷⁰ Mesmo correndo riscos de punições, eles arriscaram-se de forma anônima por meio de bilhetes, telefonemas e cartas, onde denunciaram suas insatisfações.

Embora nosso objeto de análise não seja as imagens do movimento, não há como ignorá-las quando falamos em narrativas dos jornais, já que, o número de fotografias usadas pelos jornais foi muito expressivo e com um grande apelo visual. Além disso, o discurso jornalístico também é construído através de imagens. Algumas páginas, inclusive, foram preenchidas apenas com imagens e legendas, sem texto algum, mas muitas dessas imagens já falavam por si. Os jornais belo-horizontino estampavam quase que diariamente imagens do movimento dos praças, sendo possível através desses jornais reconstruir os fatos imagetivamente, principalmente o dia 24 de junho que concedeu à imprensa imagens do tiroteio que matou Valério dos Santos Oliveira, o cabo Valério.

As imagens capturadas pelos jornalistas que cobriram as manifestações de protestos dos praças em 1997 propiciaram também espaços de disputa. No texto de Tom Paixão citado por Machado⁷¹, ele relatou o caso de uma fotógrafa de um semanário de Juiz de Fora, que teve sua fotografia censurada na edição porque o jornal era comprometido com o governo. Assim ele descreve a fotografia: “Cabo Valério, carregado com a cabeça pendendo, como o Cristo de Mel Gibson sendo transportado pelos apóstolos”.⁷² A repórter fotográfica do jornal *O Tempo*

⁶⁷ GOMES, 2006, op. cit., p. 24.

⁶⁸ *O Tempo*, 13 jun., 1997, p. 03.

⁶⁹ *Estado de Minas*, 13 jun., 1997, p. 01.

⁷⁰ *Hoje em Dia*, 13 jun., 1997.

⁷¹ MACHADO, op. cit., p. 88.

⁷² Refere-se a uma cena do filme “A Paixão de Cristo”, dirigido pelo ator Mel Gibson.

de Belo Horizonte, Isa Nigri, em 1997 foi agraciada com o Prêmio Esso de Fotografia⁷³, com a foto do cabo Valério baleado, intitulada “Os momentos que se seguiram ao tiro que atingiu o cabo PM Valério dos Santos, durante a rebelião da Polícia Militar Mineira”. O espaço então ficou para Isa Nigri que deu o click premiado. Como ela descreveu: “Como uma repórter, a única coisa a fazer era registrar, disparar minha câmera como uma arma”.⁷⁴ Tom Paixão, então acrescentou: “Por muitos anos, a fotógrafa censurada mostrou a foto com um misto de melancolia e resignação”.⁷⁵ Além disso, com o fim das manifestações foram abertas sindicâncias e inquéritos, e as imagens dos jornais serviram também como prova na apuração dos envolvidos no movimento, como lembrou cabo Júlio em entrevista a Almeida:

O IPM, que é o inquérito policial, começou a requisitar fotos de todos os jornais e televisões. O jornal *O Tempo* não quis fornecer as fotografias, daí um major entrou com a força policial. Tal invasão foi capa de todos os jornais (mas ele pegou todas as fotos).⁷⁶

Como se pode perceber os jornais foram um importante veículo na difusão dos ideais dos praças, e, cumprindo com suas intenções, como qualquer outro documento, os jornais que cobriram as manifestações dos policiais mineiros, mobilizaram. É importante analisar agora que tipo de narrativas os jornais produziram. Para tanto as análises referem-se a três jornais de grande circulação em Belo Horizonte, que são os impressos, *O Tempo*, *Hoje em Dia* e o *Estado de Minas*. Esses jornais fizeram uma grande cobertura do movimento. A pesquisa refere-se às edições publicadas entre os dias 12 de junho de 1997 e 28 de junho de 1997. Essas datas representam os momentos mais significativos do movimento, começando pela chamada “Greve Branca”, nome dado pela mídia referindo-se ao fato dos praças do Batalhão de Choque cruzarem os braços e não irem para as ruas e à invasão do Comando de Policiamento Metropolitano (COPOM) que resultou no tiroteio que acabou tirando a vida do cabo Valério. Porém, as insatisfações que geraram as manifestações, fizeram-se notícias antes do período aqui pesquisado, da mesma forma que as repercussões e consequências do movimento foram sentidas após as datas recortadas nessa análise, sendo também muito divulgadas pela imprensa. Portanto, não há como estudar o movimento dos praças sem passar pela imprensa. O foco privilegiado aqui é a análise das narrativas produzidas por ela.

⁷³ Uma das 13 categorias que compõe o Prêmio Esso de Jornalismo que é concedido aos profissionais de imprensa do Brasil, que tiveram seus trabalhos considerados como o melhores do ano, segundo um grupo de jornalistas e profissionais de Comunicação que formam a comissão julgadora.

⁷⁴ RANGEL, Paula. *O dia em que a polícia parou*. Brasília: No prelo, 1999. p. 128. Apud MACHADO, op. cit. p. 51.

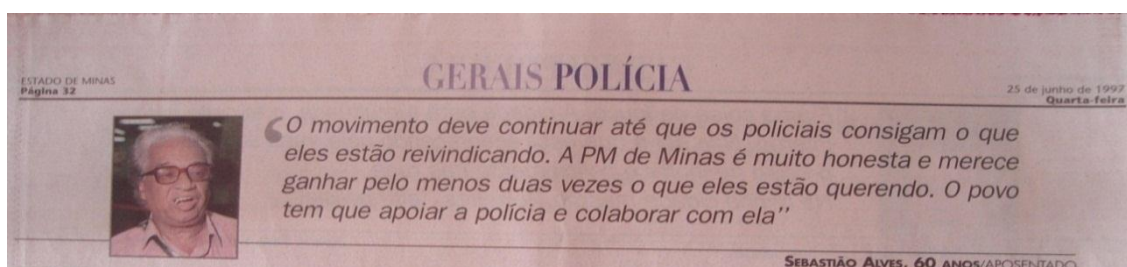
⁷⁵ MACHADO, op. cit. p. 88.

⁷⁶ ALMEIDA, op. cit. p. 243.

2.2. Narrativas dos jornais

Estado de Minas

As narrativas do jornal *Estado de Minas* na cobertura do movimento caracterizaram-se pela insistente afirmação dos valores da corporação Polícia Militar de Minas Gerais como sendo superiores aos das demais Polícias Militares de outros estados. Para mostrar algumas denúncias que o jornal recebeu, ele expressou-se da seguinte maneira: “Sob o véu do anonimato, não faltam análises sombrias sobre a atual crise da corporação considerada modelo em todo país”.⁷⁷ O jornal não apenas afirmou que a PMMG estava em crise, mas ressaltou que essa polícia que passa por problemas é inclusive exemplo para o país. Dessa forma valoriza a ideia de que algo errado ocorre no estado de Minas Gerais, pois até quem é modelo está em crise. Ao noticiar o fato da crise ter atingido os oficiais, publicou: “... o movimento conseguiu quebrar a espinha dorsal que historicamente fez da PM mineira uma das melhores do país: a manutenção da hierarquia e da disciplina”.⁷⁸ A hierarquia e a disciplina são os mecanismos de controle da PM, os princípios norteadores da instituição. Minas Gerais destaca-se entre outros estados por possuir uma das polícias mais disciplinadas. Quando o jornal afirma que o movimento conseguiu quebrar esses princípios, enfatiza a gravidade e o descontrole a que chegou a situação, já que, é a hierarquia e a disciplina que tornam a PMMG uma das melhores do país. Representativo é também o destaque gráfico dado à fala de um aposentado de 60 anos, onde esse senhor manifestou seu apoio afirmando que “O movimento deve continuar até que os policiais consigam o que eles estão reivindicando. A PM de Minas é muito honesta e merece ganhar pelo menos duas vezes o que eles estão querendo. O povo tem que apoiar a polícia e colaborar com ela”.⁷⁹ Essa frase vinha no alto da página em letras grandes e espaçadas e com uma fotografia do aposentado.



Depoimento do aposentado Sebastião Alves. **Fonte:** *Estado de Minas*, 25 de junho de 1997.

⁷⁷*Estado de Minas*, 14 jun., 1997, p. 31.

⁷⁸*Estado de Minas*, 17 jun., 1997, p. 27.

⁷⁹*Estado de Minas*, 25 jun., 1997, p. 32.

Utilizar narrativas de pessoas pertencentes a seguimentos diversos da sociedade foi uma marca do jornal na cobertura do movimento, principalmente, aquelas narrativas que destacam que a sociedade em geral estava dando apoio ao movimento e se mostravam contra o “descaso do governo” em relação à situação da PMMG, que é como afirmou o aposentado, “muito honesta”, portanto digna de colaboração e apoio do povo. O impresso teve toda a preocupação em destacar os valores éticos e morais conquistados pela polícia mineira ao longo de sua história. Ao focar esses valores em suas narrativas e mostrar através de depoimentos da sociedade em geral que esta apoiava o movimento, o jornal induz o leitor a posicionar-se também a favor do movimento e conseqüentemente contra aqueles a quem os praças manifestavam suas indignações – governador e oficiais.

O jornal enfoca, da mesma forma, em vários momentos, o ineditismo do movimento caracterizando-o como histórico, de conseqüências imprevisíveis, como mostra a legenda da imagem, onde os praças estão ajoelhados em frente ao Palácio da Liberdade: “Greve rompe tradição de 222 anos”.⁸⁰



Foto 13: Soldados de joelho em frente ao Palácio da Liberdade. **Fonte:** *Estado de Minas*, 14 de junho de 1997.

⁸⁰*Estado de Minas*, 14 jun., 1997, p. 01.

Essa imagem é extremamente significativa e carrega um apelo ao religioso, mostrando homens fardados, de cabeça baixa em frente à sede do governo de Minas Gerais fazendo oração. A expressividade desta imagem pode ser constatada na narrativa de um coronel que mesmo não estando presente na Praça da Liberdade, naquele momento, construiu uma interpretação a partir do jornal:

Ninguém acreditava que a gente precisasse... [choro] ir pra rua fardado, queimar contracheque, ajoelhar nos pés do governador lá no Palácio, na praça nobre do Poder, no coração do poder político do Estado, pra ter salário digno de quem dava a sua vida pra defender patrimônio dos outros e vidas alheias (Coronel Olegário).

A legenda da imagem reforça a ideia do ineditismo do movimento ao usar o termo “rompe tradição”. Na expressão “ninguém acreditava” o coronel compartilha a ideia valorizada pelo jornal que vê nas manifestações dos praças um fato histórico difícil de acreditar que ocorreria naquela instituição hierarquizada e disciplinada, treinada para reprimir movimentos contestatórios. O fato do coronel, durante a entrevista ter se emocionado, reforça ainda mais a surpresa, a incredulidade diante do inédito, do inesperado, do histórico. Aqueles acontecimentos não poderiam ter ocorrido com “quem dava a vida para defender patrimônio dos outros e vidas alheias”. Considerando que o entrevistado não presenciou o ato dos praças ajoelhados em frente ao Palácio da Liberdade ele foi capaz de construir uma visão daqueles acontecimentos a partir da imagem veiculada no jornal.

A capa desta edição do jornal trouxe em toda a sua página a imagem destacada de um praça queimando o seu contracheque. A manchete continha a enorme frase “Dia Histórico”. A expressão “passeata inédita”, “movimento inédito” e “movimento histórico” também foram comuns nas edições pesquisadas. Dessa forma o jornal mostra a surpresa e a importância daqueles acontecimentos que pela primeira vez rompiam com uma tradição de extrema obediência às autoridades policiais militares superiores.



Foto 14: Soldado queimando seu contracheque. **Fonte:** Acervo do jornal *Estado de Minas*, 14 de junho de 1997.

Foram várias as narrativas romantizadas utilizadas pelos jornalistas, provavelmente para agradar aos leitores que eram favoráveis ao movimento ou talvez para atrair o leitor à causa dos praças e conseqüentemente, colocarem-se contra o governo. Também pode ser simplesmente por motivos comerciais tentando atraí-los com uma leitura mais comovente. Ao narrar acerca da passeata do dia 13 de junho, assim expressava-se o jornal:

Houve de tudo um pouco. Emoção, protesto, palavras de ordem e muitas adesões pelo caminho, além de momentos mágicos, como nunca foi visto em Belo Horizonte... Com os punhos erguidos, gritavam com toda força de seus pulmões... Momento apoteótico foi vivido na porta do Palácio da Liberdade.⁸¹

⁸¹*Estado de Minas*, 14 jun., 1997, p. 25.

Na narrativa acima, percebe-se a utilização de expressões com o objetivo de enobrecer os atos realizados pelos praças como se aqueles atos fossem algo sobrenatural: “momentos mágicos”. Em seguida é como se os praças tivessem em unicidade, através de gritos, se libertando de algo que os reprimia: “Com os punhos erguidos, gritavam com toda força de seus pulmões...” e por fim, o endeusamento do movimento: “momento apoteótico”. Nesses trechos do *Estado de Minas* percebe-se claramente o posição do jornal em relação às manifestações dos praças.

Na pesquisa que realizei no impresso *Estado de Minas* em todas as edições do período já mencionado, ou seja, quase todo mês de junho de 1997, percebi que o jornal apontou três causas que justificavam aqueles acontecimentos, sendo elas os baixos salários, o abuso dos oficiais nos quartéis e o aumento salarial dado pelo governador do Estado, Eduardo Azeredo, exclusivamente aos oficiais, excluindo os praças. Dando ênfase às duas primeiras causas, o periódico mostrou várias denúncias anônimas em relação aos excessos cometidos pelos oficiais contra os praças e a situação de miséria em que viviam muitos policiais. Um exemplo é a matéria intitulada “Favelas da Grande BH exibem miséria dos praças da Polícia Militar” que ocupou um grande espaço no jornal, mostrando o caso do soldado reformado, João Batista Marques, que vivia com a mulher e um filho num barraco na favela do Taquaril. Com o desconto de empréstimos e remédios, o soldado, ficava com um salário líquido de R\$ 95,00 e ainda não havia banheiro em seu barraco. O soldado afirmou que mendigava para conseguir sobreviver e que dentro da favela, para sua proteção, escondia das pessoas que ele era militar. Quando o jornal perguntou de quem era a culpa da situação ter chegado ao ponto que chegou, ele afirmou ser do governador do estado.⁸² Dessa forma, utilizando da fala do policial, o jornal reforça a ideia de culpabilidade do governo em relação aos acontecimentos.

Em praticamente todas as edições é possível perceber a insistência em mostrar que funcionários públicos e a população belo-horizontina em geral, não somente apoiaram o movimento, mas também, na maioria dos casos culparam o governador pelas manifestações reivindicatórias. Foi o caso da avaliação feita pelo professor de Sociologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Antônio Augusto Prates, e publicada pelo jornal. “No caso de Minas, admite Prates, houve incompetência do comando da PM e do governador do Estado para conter a crise e evitar que

⁸² *Estado de Minas*, 23 jun., 1997, pp. 30-31.

a insatisfação extrapolasse os limites da corporação”.⁸³ A presidente da Associação de Professores Públicos de Minas Gerais, à época, Magda Campbell também se manifestou fazendo menção às questões disciplinares e hierárquicas, marcadamente características da Polícia Militar, afirmando ao jornal: “Podemos imaginar o quadro de penúria pelo qual passam os homens da PM, ao ignorar, neste gesto de desespero, mais de 220 anos de reconhecida disciplina e respeito à hierarquia”.⁸⁴ O *Estado de Minas* em quase todas as suas edições colheu vários depoimentos de funcionários públicos estaduais demonstrando apoio aos militares. Este apoio está ligado ao sentimento de luta por melhores salários, que atingia grande parte da população, principalmente os servidores públicos e aposentados. É bom lembrar que naquele período, um aumento salarial para determinada categoria do funcionalismo público era extensivo às demais categorias. Por essa razão, após o aumento dado aos policiais, os representantes sindicais de outras categorias passaram a exigir também aumentos.

A edição do dia 25 de junho trouxe uma cobertura do movimento sobre os últimos acontecimentos, mais especificamente, os do dia 24, quando ocorreu a invasão do COPOM que culminou em tiroteio que resultou na morte do cabo Valério. As páginas que cobriram aqueles episódios – 25 a 32 – trouxeram um total de 32 imagens de todos os tamanhos, algumas muito impactantes, como a do cabo Valério todo ensanguentado sendo carregado por colegas. Abaixo da foto do cabo lia-se “Tiro cruel em um pacifista” referindo-se ao fato de que quando levou o tiro, estava pedindo calma aos colegas.

⁸³ *Estado de Minas*, 27 jun., 1997, p. 02.

⁸⁴ *Estado de Minas*, 29 jun., 1997, p. 02.



Foto 15: Policiais socorrendo cabo Valério. **Fonte:** Acervo do jornal *Estado de Minas*, 25 de junho de 1997.

Na matéria referente à imagem, o jornal de certa forma defende as ações dos praças. Mesmo se tratando de um episódio violento e que traz a foto com uma cena trágica, a matéria que acompanha a imagem contraditoriamente ressalta um caráter pacífico, afirmando: “A manifestação pacífica que tem por objetivo lutar por melhores salários já dura 12 dias”.⁸⁵ O jornal focou bastante nas acusações de praças e oficiais, já que, praças acusaram o coronel Edgar Eleutério pelo disparo do tiro e os oficiais acusaram o soldado Wedson Santos. As especulações sobre o autor do disparo foram bastante exploradas.

Com exceção da capa, todas as páginas traziam no alto uma frase expressando a opinião de algumas pessoas sobre os acontecimentos na PMMG com uma fotografia da respectiva pessoa acompanhando a frase. Essas pessoas não tinham nenhuma ligação com o movimento, mas apoiavam e algumas delas culpavam o governo pelos fatos. O jornal não hesitou em publicar essas frases, como é o caso da opinião do senhor Oscar Nunes, um motorista de 42 anos:

Na realidade, a categoria já está mobilizada internamente há uns cinco anos. A coisa piorou por causa deste governo, que é péssimo na administração do pessoal. Agora

⁸⁵ *Estado de Minas*, 25 jun., 1997, p. 32.

as pessoas vão ter mais medo de sair, mas a culpa é do governo de Estado que permitiu esta situação”.⁸⁶

Outro que expôs sua opinião, sendo publicada pelo jornal foi o presidente da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-MG), Carlos Victor Muzzi que criticou o aumento exclusivo dado aos oficiais:

O aumento diferenciado para os oficiais criou uma situação de exceção. Quem policia a rua é o praça, não o coronel. Se quem deve manter a ordem sai às ruas, então estamos à beira do caos. A responsabilidade por tudo isso é do governo, que é mal orientado, para lidar com o pessoal”.⁸⁷

A questão política não poderia deixar de estar presente em um período faltando pouco mais de um ano para às eleições ao governo do Estado. Este assunto também foi muito abordado neste jornal. Por várias vezes foi discutido o fato de que o movimento poderia prejudicar as pretensões políticas do governador à reeleição. O prefeito de Belo Horizonte à época, Célio de Castro (PSB) que afirmou nunca ter presenciado manifestações como aquelas, expôs sua opinião: “Reconheço o problema disciplinar, mas se o movimento eclodiu, há razões que devem ser consideradas”.⁸⁸ O presidente do PMDB, Arnaldo Costa, avaliou que “Faltou sensibilidade ao governo para compreender a dimensão da crise militar que se aproximava”.⁸⁹ A Comissão da Câmara de Direitos Humanos responsabilizou o governo e em nota oficial divulgada no jornal, seu presidente, o deputado Pedro Wilson (PT-GO) dizia que os anúncios de punição não responderiam “à revolta desses agentes públicos, humilhados por uma remuneração indigna e por frequentes perseguições e arbitrariedade por parte do comando, o que, aliás, vem sendo há muito denunciado por entidades de direitos humanos”.⁹⁰ O jornal afirmou que os vereadores de Belo Horizonte deram apoio ao movimento contra o aumento diferenciado e foram unânimes em repudiar as punições contra os praças. O vereador Betinho Duarte (PT) comentou que “A Polícia Militar de Minas é a melhor do país. É inadmissível esse salário de fome”.⁹¹ O Partido dos Trabalhadores (PT), em várias oportunidades manifestou-se nesse jornal. A nota oficial de apoio aos praças, dada pelo partido, foi ressaltada no jornal, e, os ataques à postura do governador continuaram:

⁸⁶ *Estado de Minas*, 25 jun., 1997, p. 29.

⁸⁷ *Estado de Minas*, 25 jun., 1997, p. 22.

⁸⁸ *Estado de Minas*, 14 jun., 1997, p. 30.

⁸⁹ *Estado de Minas*, 27 jun., 1997, p. 02.

⁹⁰ *Estado de Minas*, 26 jun., 1997, p. 28.

⁹¹ *Estado de Minas*, 14 jun., 1997, p. 30.

As condições salariais a que estão submetidos os militares, que trabalham diretamente com a segurança do cidadão, fartamente divulgada pela imprensa, não foram suficientes para sensibilizar o governador Eduardo Azeredo, quanto à situação de penúria dos policiais militares.⁹²

O porta-voz do governador Eduardo Azeredo foi o secretário da Casa Civil e de Comunicação Social, Agostinho Patrús, que também foi alvo do jornal. Em matéria publicada no dia 14 de junho, página 29, o título já expressava a insegurança em relação à situação: “Governo tem ataque de nervos”. Além de afirmar a falta de controle de Patrús durante entrevista coletiva, o jornal publicou na íntegra trechos do discurso rasurado que ele fez durante a entrevista e esqueceu sobre a mesa ao sair, tentando assim mostrar o despreparo do governo para lidar com a situação.

Os comandantes também, em menor grau que o governo, foram alvos das críticas do jornal. Uma das questões muito abordada foi a possível destituição dos três comandantes, ocupantes dos cargos mais importantes da PM, ou seja, Chefe de Estado maior, coronel Herbert Magalhães, Comandante do Policiamento da Capital, José Guilherme do Couto e o Comandante Geral, Antônio Carlos dos Santos. O jornal muito antes da efetiva destituição dos dois primeiros cargos acima citados já anunciava essa possibilidade. O Comandante Geral não chegou a ser destituído, mas o cargo de Chefe de Estado Maior passou a ser ocupado pelo coronel Osvaldo Miranda da Silva e o cargo de Comandante do Policiamento da Capital pelo coronel Edgar Eleotério Cardoso.⁹³ Em várias edições narrou-se o silêncio dos oficiais diante dos fatos e quando esses, por algumas vezes, resolviam pronunciar, o jornal usava expressões como “saiu do silêncio absoluto” ou “quebrou o silêncio”, sempre focando a tensão e o nervosismo deles diante dos fatos: “Vários oficiais estavam nervosos e transmitiam isso em suas falas. Treinados para manter o controle emocional, muitos deixaram transparecer em seus rostos o descontrole e a intolerância com o movimento”.⁹⁴ Além disso, denunciavam ali a tentativa de intimidação por parte dos oficiais em relação à passeata do dia 13 de junho.

Durante toda a caminhada, os militares foram acompanhados por oficiais, que circulavam a pé, fardados ou à paisana, na tentativa de intimidar seus subordinados. Além disso, uma patrulha ocupada por quatro oficiais – e um grande número de armas – seguia atrás dos policiais que participavam do protesto.⁹⁵

⁹² *Estado de Minas*, 14 jun., 1997, p. 29.

⁹³ O coronel Edgar Eleotério Cardoso foi nomeado Comandante do Policiamento da Capital antes dos fatos que culminaram na morte do cabo Valério e da acusação dele ser o autor do disparo.

⁹⁴ *Estado de Minas*, 14 jun., 1997, p. 24.

⁹⁵ *Estado de Minas*, 14 jun., 1997, p. 25.

“Parada Militar”⁹⁶ foi a manchete que abriu as diversas matérias que o *Estado de Minas* publicou sobre o movimento, dos momentos mais agitados aos mais tranquilos: a queima de colchões, as passeatas, o tiro, morte e enterro do cabo Valério, a presença do exército, as negociações, enfim, nada fugiu aos olhos dos jornalistas daquele impresso. Eles só não conseguiram definir o que era aquilo que estava acontecendo na instituição Polícia Militar de Minas Gerais, e talvez, isso para eles nem fosse tão importante. A preocupação parecia ser apenas a de não perder nenhum detalhe, e registrar! Na edição aqui citada, tal “parada” referia-se ao fato da imprensa ter registrado os policiais do Batalhão de Choque de braços cruzados, parados no quartel sem sair para o patrulhamento nas ruas de Belo Horizonte. Na mesma edição, em matéria diferente, aparecia outro título: “BPChoque assume greve”.⁹⁷ Neste caso, embora a matéria não explique o porquê do uso do termo “greve”, o texto afirmava que os praças estavam irredutíveis e só voltariam ao trabalho quando o governador desse aumento. O termo é repetido na capa da edição do dia seguinte: “Militares entram em greve. Vaia comando, fazem passeata e protestam”⁹⁸ referindo-se às manifestações do dia 13.

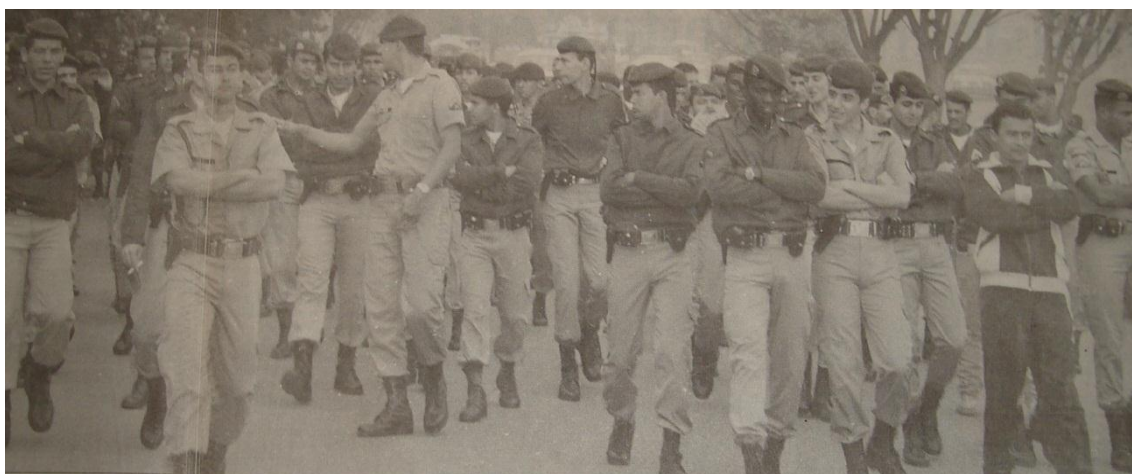


Foto 16: 1ª Passeata pelas ruas de Belo Horizonte realizada no dia 13 de junho de 1997. **Fonte:** *Estado de Minas*, 14 de junho de 1997.

Sem explicação alguma continuam a utilizá-lo como na capa da edição do dia 17 de junho “Greve ameaça cúpula da PM”. Quando foi batido o martelo final nas negociações o jornal anunciava: “Novo piso salarial acaba com a greve na PM”. Outra designação muito utilizada pelo jornal para designar aqueles acontecimentos foi “revolta”, aparecendo mais no corpo dos textos, inclusive em muitas narrativas, o jornal ao referir-se aos praças

⁹⁶*Estado de Minas*, 13 jun., 1997, p. 01.

⁹⁷*Estado de Minas*, 13 jun., 1997, p. 27.

⁹⁸*Estado de Minas*, 14 jun., 1997, p. 01.

manifestantes, usou o termo “revoltosos”. Na edição do dia 14 de junho apareceu em dois títulos “Revolta dos cabos ameaça comando” e “Revolta. Desafio”, páginas 24 e 26 respectivamente. No caso do primeiro título, um erro claro aparece ali, pois o movimento não foi dos cabos somente, mas também contou com a presença de soldados, sargentos e subtenentes. E a partir dos títulos o jornal segue informando o que aconteceu sem justificar os termos. Após o tiroteio nas manifestações do dia 24 de junho, o governador do Estado pediu ajuda ao governo federal que enviou o exército para proteger os órgãos públicos e as instâncias governamentais. Ao narrar a ocupação da cidade pelo exército, o jornal novamente usou a expressão em sua manchete “Revolta gera intervenção”.⁹⁹ Duas outras designações apareceram de forma menos expressiva. Ao referir-se a um depoimento do cabo Júlio, a matéria trazia no título “Líder da rebelião da PM não teme punições”.¹⁰⁰ Por fim, em um dos textos, um termo interessante que reporta à destituição de um poder constituído, “insurreição”, que certamente não era o caso dos praças: “Antônio Prates não avalia a insurreição da polícia mineira como um fato isolado, mas como um episódio a mais na história política recente”.¹⁰¹

As narrativas do *Estado de Minas* mostraram-se tendenciosas no apoio ao movimento que propiciou a ele uma gama grande de fatos dignos de serem noticiados e explorados durante muito tempo. Foram poucas às vezes que se fez críticas diretas ao governo, mas usou de forma intensa, narrativas de outros para atacar e responsabilizar o governador pelos fatos de 1997 na PMMG. Em um período em que se aproximavam as discussões eleitorais acerca do pleito do ano seguinte, o movimento deu à oposição uma oportunidade ímpar de usar a imprensa, como usou o *Estado de Minas*, para criticar o líder do governo no Estado e ao mesmo tempo talvez angariar a simpatia dos praças. O jornal preocupou-se em exaltar os valores de uma polícia que no seu autoconceito, e de um modo geral no conceito da sociedade, é a melhor do país devido à sua tradição disciplinar, seu respeito à hierarquia e à sua honestidade, como foi colocado em praticamente todas as edições, e é aí que reside a surpresa do movimento. O *Estado de Minas* não conseguiu definir o que aconteceu, ficando dividido entre “greve”, “revolta”, “rebelião” e até “insurreição”. Empregou os termos de forma inexplicável em suas narrativas, não se posicionando e não se preocupando em entender o que de fato aqueles acontecimentos representaram. Suas narrativas se mostraram muito interessada em formar e divulgar uma opinião pública, contrária ao governo através do apoio ao movimento reivindicatório dos praças. Essa característica da narrativa do *Estado de*

⁹⁹ *Estado de Minas*, 25 jun., 1997. p. 01.

¹⁰⁰ *Estado de Minas*, 29 jun., 1997, p. 39.

¹⁰¹ *Estado de Minas*, 27 jun., 1997, p. 02.

Minas pode ser explicada pelo contexto político que envolvia o jornal à época do movimento. Amaral¹⁰² afirma que entre 1986 e 1990 durante o governo de Newton Cardoso, o *Estado de Minas* perdeu os favorecimentos que até então recebia do governo estadual. Nesse período o ponto de apoio do governo passou a ser o jornal *Hoje em Dia*, formado por políticos influentes ligados ao governo daquele período. O *Estado de Minas* então passou a adotar uma linha crítica de oposição ao governo que foi amenizada apenas no governo seguinte ao de Azeredo.

O Tempo

O jornal *O tempo* mostra que a população apoiou o movimento e publica a opinião de algumas pessoas através de frases dando apoio. Contudo, diferentemente do *Estado de Minas* não foca nos depoimentos de ataques ao governador. Quando publica opiniões da população, parece selecionar aquelas menos agressivas e algumas delas mostram confiança na solução do problema por parte do governo. É o caso do reitor da Pontifícia Universidade Católica (PUC-MG), padre Geraldo Magela que afirmou ao jornal: “O movimento dos PMs é justo. Eles têm família e estão despreparados”. Ainda segundo o reitor “uma pesquisa realizada pela PUC ano passado mostrou que 85% da população de Belo Horizonte confiam na PM”. Em relação ao governo opina: “Acredito que o governador fará o possível para encontrar uma solução”.¹⁰³ Mesmo usando as falas da oposição ao governo, o jornal procurou não dar ênfase àquelas de ataques abertos, como o do deputado Gilmar Machado (PT) que disse acreditar que o governador agilizaria as negociações após a passeata do dia 13, pois, segundo ele “se não houver o encontro com o funcionalismo, o governador terá problemas”.¹⁰⁴ Na edição do dia 14 de junho, o jornal expôs várias frases de pessoas opinando sobre aqueles últimos acontecimentos, no entanto em nenhuma delas havia críticas direcionadas ao governo, apenas uma nota onde se dizia que o secretário-geral da Comissão de Direitos do Consumidor da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Délio Malheiros, afirmou que com base em lei o governador é responsável pela segurança pública, e, portanto, em suas palavras ao jornal, o governador do Estado, Eduardo Azeredo, poderia ser “responsabilizado civilmente, caso a

¹⁰² AMARAL, Juracy Costa. *A Greve Policial: O encadeamento dos processos políticos e sociais na Polícia Militar de Minas Gerais*. Rio de Janeiro, 2000. (Dissertação de Mestrado. Escola de Comunicação. UFRJ).

¹⁰³ *O Tempo*, 14 jun., 1997, p. 21.

¹⁰⁴ *O Tempo*, 14 jun., 1997, p. 21.

Polícia Militar entre em greve e fique comprovado que o Estado foi culpado”.¹⁰⁵ Uma das poucas vezes em que o jornal criticou diretamente o governador foi quando ele viajou para a Europa em meio aos problemas enfrentados pela Polícia Militar. Nessa edição do dia 14 de junho, página 13, *O Tempo* foi menos agressivo e mais cauteloso em transferir a culpa ao governo. O jornal dizia:

Esta é a segunda vez que o governador se ausenta em momento de crise. Em 07 de janeiro, quando as enchentes tinham causado 77 mortes, ele antecipou seu retorno da Europa. ‘Tenho certeza que minha presença não alteraria nada. As providências imediatas são todas de responsabilidade dos prefeitos’, afirmava em Roma, com exclusividade ao *O Tempo*.¹⁰⁶

Ao falar dos transtornos no trânsito com a passeata do dia 24 de junho, assim narrou o jornal: “A comissão abria caminho para o cortejo que ganhava à medida que avançava chuvas de papel picado. Ao entrar na Praça Raul Soares, os policiais ocupavam meia circunferência do largo. Espremida na calçada, a população aplaudia”.¹⁰⁷ Reforçando essa ideia de que a população mesmo sofrendo transtornos apoiou os praças, o jornal fala que mesmo o congestionamento não irritou os motoristas retidos no trânsito, segundo ele, ninguém buzina. “Eles estão corretíssimos. Não me custa nada esperar”, disse ao jornal a arquiteta Cristina Morethson.¹⁰⁸ Ao falar do trânsito, *O Tempo* passa a ideia de que o movimento foi organizado: “os policiais ocupavam meia circunferência do largo”, dessa forma eles abriram espaço para que o trânsito circulasse com tranquilidade. A população não se irritou e inclusive apoiou a manifestação, que o jornal romantiza usando para designá-la o termo “cortejo”. Assim, através dessa estrutura de narrativa, o jornal mostra apoio àquelas manifestações.

O jornal divulgou na íntegra o pronunciamento do governador sobre os últimos acontecimentos na Polícia Militar, onde ele dá uma explicação sobre o aumento dado aos oficiais e afirma que a extensão do aumento aos praças é justa e que já havia mandado projeto à Assembleia para ter meios para corrigir as distorções, fala das despesas na folha de pessoal, cobra a ordem pública e atendimento às necessidades básicas da população e afirma: “A

¹⁰⁵ *O Tempo*, 14 jun., 1997, p. 21.

¹⁰⁶ *O Tempo*, 16 jun., 1997, p. 13.

¹⁰⁷ *O Tempo*, 25 jun., 1997, p. 06.

¹⁰⁸ *O Tempo*, 25 jun., 1997, p. 06.

população mineira aprendeu a admirar e a confiar nos bons serviços prestados por sua Polícia Militar, reconhecida como a melhor do Brasil. O governo de Minas tem essa confiança”.¹⁰⁹

Nas edições de *O Tempo* a justificativa do governador pelo aumento dos oficiais aparece algumas vezes como foi colocado por Agostinho Patrús: “Eduardo Azeredo foi pressionado por uma decisão judicial, que beneficiou delegados da Polícia Civil, a estender o mesmo reajuste aos oficiais da PM”.¹¹⁰ A notícia dizia que o jornal *O Tempo* havia apurado que a pressão não tinha base legal. A isonomia entre oficiais era apenas uma convenção sem amparo legal. A matéria ainda afirma que Patrús disse que o governo não tinha condições legais para estender o reajuste aos praças e que se irritou quando lhe foi perguntado se o governo havia perdido o controle. O *Tempo* focou-se bem no aumento exclusivo para os oficiais que deixou os praças de fora, o que seria uma das mais importantes causas do movimento, mas sempre ouvindo as justificativas do governo.

Em outro momento do jornal, na capa da edição do dia 25 de junho, após os praças terem rejeitado o abono de R\$ 102,00 concedido pelo governador e após passeata que resultou no tiro que acertou o cabo Valério, Azeredo mais uma vez teve seu pronunciamento direcionado à população, veiculado pelo *O Tempo*. Neste pronunciamento ele tenta tranquilizar a população afirmando que a ordem seria mantida. Em relação aos acontecimentos do dia 24, ele afirmou que os praças não reconheceram seu esforço e passaram dos limites tolerados:

Ignoraram o esforço do governo que, apesar de todas as dificuldades conseguiu viabilizar um abono permanente, acima da inflação, para todos os soldados, cabos, sargentos e subtenentes. Esses atos foram uma agressão a uma corporação secular, honrada e trabalhadora. Os limites de tolerância foram ultrapassados.¹¹¹

Em relação ao apoio da população, Azeredo disse ser normal, pois qualquer categoria de trabalhadores apoiaria a outra. Disse também que os PMs estavam manipulando números: “Não admito que os policiais continuem manipulando números. A menor remuneração bruta recebida por um PM quando inicia sua função, desprezando os descontos de cooperativa e assistência médica é de R\$ 415,00”. Ele admitiu que houve falhas de comunicação e que iria decidir se haveria demissões dos comandantes:

¹⁰⁹ *O Tempo*, 14 jun., 1997, p. 21.

¹¹⁰ *O Tempo*, 14 jun., 1997, p. 21.

¹¹¹ *O Tempo*, 25 jun., 1997, p. 01.

“É preciso reavaliar o que aconteceu” disse o governador, “porque a crise gerou um clima de desrespeito e de quebra de hierarquia”. Em relação à questão salarial dos praças admite que existe uma defasagem mas que o governo está tentando corrigir: “Não posso dar passos maiores que as minhas pernas e não consigo fazer promessas que não possa cumprir”.¹¹²

Nesse jornal, Azeredo teve oportunidades de manifestar-se de forma a justificar o aumento dado apenas aos oficiais reconhecendo as distorções e prometendo revê-las. Teceu elogios à PM, fez críticas às atitudes do dia 24 de junho e responsabilizou os comandantes pela falta de comunicação. Assim, ele teve espaço para tentar convencer a sociedade de que os últimos acontecimentos não tiveram justificativas: “Esses atos foram uma agressão a uma corporação secular, honrada e trabalhadora. Os limites de tolerância foram ultrapassados” e que ele apesar de todas as dificuldades conseguiu conceder um aumento significativo e os praças simplesmente rejeitaram: “Ignoraram o esforço do governo que, apesar de todas as dificuldades conseguiu viabilizar um abono permanente, acima da inflação”. Em vários momentos *O Tempo* abriu espaço para o governo se pronunciar, sem contudo, deixar de apoiar o movimento.

Em relação ao aumento diferenciado, o jornal fez uma interessante análise e crítica daquilo que ele chamou de “crise da PM”. Segundo sua análise, o governador errou quando concedeu aumento apenas aos oficiais, porque além de ser uma medida inadequada e injusta repercutiu negativamente na imagem do próprio governador e não resolveu o problema:

O caminho escolhido pelo governo para melhorar as condições salariais da Polícia Militar não foi o mais adequado, nem do ponto de vista humano, nem político, nem policial-militar. Excluir os praças do benefício que alcançou os oficiais foi claramente discriminatório, injusto e, por isso mesmo, ineficiente”.¹¹³

E continua afirmando que o governo poderia ter evitado os acontecimentos caso tivesse agido a tempo, mas quando resolveu estender o aumento, os praças já estavam inflamados e queriam mais do que o governo estava oferecendo, dando início às manifestações que segundo o jornal, afetaram a instituição, o comando e o governo, mas foram respeitadas.

O governo tentou consertar a difícil situação que criou concedendo à tropa o mesmo aumento. Agiu tarde demais. O mal-estar já tinha se disseminado no meio, sempre ordeiro, que manifestou seu inconformismo, em atos que atingem a instituição, seu

¹¹² *O Tempo*, 25 jun., 1997, p. 01.

¹¹³ *O Tempo*, 14 jun., 1997, p. 08.

comando e até o governador, mas que também tiveram um traço respeitoso e muito diferente de outros movimentos reivindicatórios.¹¹⁴

Além disso, a Polícia Militar é regida por princípios hierárquicos tão lembrados e cobrados durante o movimento a fim de criticá-lo, principalmente o Comando, mas o próprio ato de favorecer apenas os oficiais e estes aceitarem, já é um desrespeito à hierarquia, como será discutido no capítulo 3 e que foi colocado pelo jornal: “A corporação policial-militar é uma organização hierárquica e burocrática. Beneficiar, por qualquer forma, o topo da instituição, deixando de fora a sua base, é ferir o próprio princípio hierárquico em que se assenta”.¹¹⁵ Na medida em que a relação entre posição hierárquica, função e salário foi rompida ocorreu a queda da autoridade. Os oficiais e o governo subestimaram a força da tropa, os praças então foram para as ruas, não tinham mais comando, chegou um momento em que nem as ditas “lideranças” conseguiram controlar o movimento “que foi para as ruas, contrariando as leis que proíbem a greve na polícia”. E prossegue analisando os acontecimentos do dia 24 de junho que resultou em tiroteio. “Daí para frente, tudo podia acontecer. O que se viu foi um fenômeno próprio das massas desarticuladas, porque a própria liderança dos praças e dos policiais perdeu o controle do movimento”. Para o jornal era preciso “desarmar os espíritos para encontrar uma saída preservando as instituições”.¹¹⁶ E fez uma crítica ao movimento e ao governo: “O movimento foi longe demais e precisa reconhecer que não cabe à polícia o expediente de greve. O governo por seu turno, sem perder de vista as exigências da disciplina e o império da lei, não pode embarcar em retaliações e represálias”.¹¹⁷

Nas narrativas do jornal acima citadas, *O Tempo* colocou-se contra as atitudes do governador que concedeu aumento apenas ao escalão mais alto da PM. Posicionou-se também desfavorável aos oficiais que aceitaram o aumento ferindo “o próprio princípio hierárquico em que se assenta”. Porém, com a morte do cabo Valério ocorreu uma mudança de posição do jornal em relação ao movimento: “o movimento foi longe demais e precisa reconhecer que não cabe à polícia o expediente de greve”.

Após a situação a que chegou o movimento com a passeata do dia 24, o jornal procurou entender e analisar os motivos que culminaram naqueles acontecimentos. Para isso,

¹¹⁴ *O Tempo*, 14 jun., 1997, p. 08.

¹¹⁵ *O Tempo*, 14 jun., 1997, p. 08.

¹¹⁶ *O Tempo*, 25 jun., 1997, p. 09.

¹¹⁷ *O Tempo*, 25 jun., 1997, p. 13.

ele tanto se posicionou opinando sobre os fatos como foi colocado acima, quanto apresentou análises de deputados, cientistas políticos, sociólogos e professores. Nessas análises muito se falou em questões como a legitimidade de policiais fazerem greve, a democracia não estendida aos praças, a desmilitarização das polícias, o regulamento ultrapassado que contradiz a Constituição Federal, enfim, procurou-se entender o movimento a partir de um viés mais amplo. O jornal preocupou-se também em cobrir o movimento em outras cidades como Montes Claros, Governador Valadares, Uberlândia e Juiz de Fora. Ressaltou muito a pressão que o funcionalismo público em geral fez ao governo para que recebessem dele o mesmo tratamento dado aos praças e o fato do governador ter descartado essa possibilidade, fazendo apenas reajustes salariais para os policiais. Mostrou bem as condições de vida dos policiais, como a de um PM de 38 anos que fazia bicos para sobreviver, mas, mesmo assim não conseguia pagar as contas e estava internado, pois havia tentado suicídio. Afirmou que naquele ano seis praças cometeram suicídio na Grande BH, mostrou famílias de policiais vivendo de favores de amigos e parentes e três PMs que viviam em um banheiro de um fórum. Deu oportunidade para que oficiais manifestassem sobre o assunto. Em relação aos homicídios, um major, assessor de imprensa disse ao jornal que “se todo policial que se julgasse desesperado pelos baixos salários fosse tentar suicídio, teríamos um extermínio na corporação”.¹¹⁸ Apareceram em muitas edições várias ilustrações com a finalidade de esclarecer melhor os fatos aos leitores, como uso de gráficos, mapas com o trajeto das passeatas, cronologia do movimento e até charges a favor do movimento. Sendo assim, *O Tempo* mostrou-se mais analítico do que os demais jornais pesquisados, abrindo um leque maior de possibilidades de mostrar ao leitor as diferentes posições a respeito dos acontecimentos. O uso de recursos além do texto e da fotografia mostrou a intenção de informar com mais precisão aos leitores. Esse jornal opinava com uma modesta tendência ao apoio aos praças, mas também mostrava outras visões como a dos oficiais, do governo, da sociedade em geral e de especialistas em assuntos dentro do contexto daqueles fatos.

Em relação à campanha eleitoral no ano seguinte pouco se falou a respeito. Um dos poucos exemplos foi uma matéria intitulada “Crise da PM beneficia planos da oposição”. A matéria afirma que a crise na PM pode refletir negativamente na candidatura de Azeredo, beneficiando a oposição. A oposição usou o jornal para criticar a política neoliberal do governador. “Uma crise desta natureza desmonta o discurso neoliberal do governador Eduardo Azeredo e mostra a sua falta de capacidade de governar”, afirmou o ex-deputado

¹¹⁸ *O Tempo*, 13 jun., 1997, p. 04.

petista Roberto Carvalho que lembrou uma situação parecida vivida pelo ex-governador do Estado Newton Cardoso (1986-1990) em que ele concedeu reajuste diferenciado para os oficiais em 1987. Mas o comando da PM não aceitou e a revolta das bases foi absorvida pela cúpula.¹¹⁹ A posição política de *O Tempo* passa imperceptível nas narrativas se comparado aos outros jornais pesquisados. Exemplos como os transcritos aqui foram poucos.

O jornal do dia 25 de junho trazia toda cobertura dos eventos do dia 24, dia este em que ocorreu a passeata que culminou em tiroteio que atingiu o cabo Valério. Um show de imagens fotográficas foi produzido pelo jornal, entre elas, uma premiada. A repórter fotográfica do jornal *O Tempo*, Isa Nigri, naquele mesmo ano foi agraciada com o Prêmio Esso de Fotografia, com a foto do cabo Valério baleado. A foto mostra um pouco do horror daquele dia. Cabo Valério derramando sangue que saia de sua cabeça, colegas socorrendo desesperados e o susto estampado nos rostos dos policiais que estavam próximos.



Foto 17: Cabo Valério Baleado - Foto de Isa Nigri que ganhou o Prêmio Esso de Melhor Fotografia do ano de 1997. **Fonte:** *O Tempo*, 25 de junho de 1997.

O título da foto concorrida tratou o movimento como uma “rebelião”. É possível verificar no site do Prêmio Esso de Fotografia o título: “Os momentos que se seguiram ao tiro

¹¹⁹*O Tempo*, 16 jun., 1997, p. 03.

que atingiu o cabo PM Valério dos Santos, durante a rebelião da Polícia Militar Mineira”.¹²⁰ A fotógrafa falou de seu trabalho na cobertura das manifestações de 1997 em Belo Horizonte na coluna do jornalista Mário Vitor Santos, Ombudsman, da Folha de São Paulo, intitulada “Isa no centro do terror”.¹²¹ A fotógrafa descreveu o episódio como um momento de horror e disse que já esperava que o fato ocorresse, que sentia o clima estranho da manifestação, tempos antes na Praça da Liberdade e não escondeu o pavor que sentiu presenciando os fatos. A fotógrafa que estava bem ao lado do cabo baleado no crânio, revelou ao jornalista da Folha de São Paulo:

Na hora, eu vi o buraco na cabeça dele, sangrando muito. Eu horrorizei. (...) Foi horrível, eu gritando, chorando e fazendo as fotos. Meio trágico... durou uns dez segundos o tiroteio. Ele foi caindo em câmara lenta. Quando acabou de cair, eu fiz a foto e gritei. Nunca tinha visto uma coisa dessas. Não sei como consegui fazer essas fotos. Nem eu acredito. Fiquei muito assustada. Estava todo mundo em pânico. Era fogo cruzado. Pensei: me abaixe ou faço a foto? Se fico em pé, posso morrer. Mas só faço a foto se ficar em pé. Levantei, não sei por quê.¹²²

Em relação à repercussão da fotografia, o jornalista Mário Vitor Santos expôs que a foto foi considerada chocante por alguns leitores da Folha de São Paulo, contudo, Isa Nigri afirmou: “Eu não acho que a foto seja chocante. Vi tanta coisa mais chocante lá”. Porém, a fotografia foi capa de importantes jornais impressos como *Folha de São Paulo*, *O Globo* e *Jornal do Brasil*, faturando o prêmio Esso, sendo a repercussão da fotografia exibida e propagada pelo seu veículo inicial, o jornal *O Tempo* como mostra a imagem abaixo:

¹²⁰ Disponível em: PRÊMIO ESSO DE JORNALISMO [online]. Disponível em <http://www.prêmioesso.com.br/> Acesso em 20/01/2012.

¹²¹ SANTOS, Mário Vitor. *Isa no centro do terror*. Ombudsman. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 29 de jun.; 1997. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/folha/ombudsman/omb_19970629.htm

¹²² *Folha de São Paulo*, 25 jun., 1997.

O TEMPO
 BELD HORIZONTE • ANO 1 • NÚMERO 214 • QUARTA-FEIRA, 25/06/1997 • R\$ 0,80 (OUTROS ESTADOS: R\$ 1,00)

Rebelião na PM

**O TEMPO FEZ
 A CAPA DOS
 PRINCIPAIS JORNAIS
 DO PAÍS**

FOLHA DE S. PAULO
 Choque de PMs faz ferido grave em MG

O GLOBO
 ONU revela que 80% da cocaína da Colômbia passam pelo Brasil

JORNAL DO BRASIL
 Minas chama Exército contra PM

CORREIO BRAZILIENSE
 EXÉRCITO CONTRA POLÍCIA EM MINAS

Ontem, a agilidade de nossa equipe estava na capa dos principais jornais do país. Ao publicarem nossa foto, eles mostraram para o Brasil a qualidade do jornal que você lê aqui em Minas. Faça como O GLOBO, o JB, a Folha de S. Paulo e o Correio Braziliense. Venha se informar com a gente.

LEIA E ASSINE
O TEMPO
 (0800) 31-4001

Porque você precisa saber.

A imagem registrada pela fotógrafa de *O Tempo* foi usada para a autovalorização do jornal. Em relação à recepção da fotografia pelo jornal, Isa Nigri conta: “Aqui (no jornal), você primeiro tem que fazer a foto, depois o resto. Um dia, achei que tinha perdido o celular do jornal e meu chefe reagiu: não perdendo a foto, pode perder qualquer coisa”.¹²³ O jornal *O Tempo* divulgou em matéria que sua repórter Isa Nigri foi uma das últimas pessoas a conversar com cabo Valério. Segundo o que foi divulgado no veículo ela havia pedido a ele que lhe cedesse um espaço para ela fotografar e segundo Isa Nigri ele cedeu e pediu a ela que tomasse cuidado.¹²⁴

¹²³ *Folha de São Paulo*, 25 jun., 1997.

¹²⁴ *O Tempo*, 25 jun., 1997, p. 03.

O jornal não somente abriu espaço para falar das insatisfações de praças, oficiais e governo, mas fez também para o soldado Wedson Campos Gomes, acusado de ter acertado o tiro no cabo Valério. Em entrevista ao *O Tempo*, o soldado disse que era amigo do cabo Valério e que o tiro que deu foi para cima, tendo a certeza que não atingiu o cabo. Segundo o jornal, ele chorava muito durante a entrevista e quando lhe foi perguntado sobre o porquê da tragédia, respondeu: “Foi o pânico. Aquilo estava sem controle, tinha PM, Policial Civil, agente penitenciário, delegados. Aquilo era o caos”.¹²⁵ Na matéria foi exposto o currículo do soldado Wedson que apresentava vários elogios em sua ficha funcional.

Inicialmente, o jornal usa o termo “protesto” para falar da ação de PMs no Batalhão de Choque e em outros batalhões. O protesto havia se manifestado através da queima de colchões e a passeata no dia 13 de junho. A capa do Caderno Especial foi toda coberta com uma imagem dos praças ajoelhados em frente ao Palácio da Liberdade em minuto de silêncio a colegas que suicidaram ou foram mortos em serviço. Acompanhando a imagem, uma nota caracterizando o protesto como “desobediência”. Na mesma edição há também a classificação dos fatos como “movimento” que foi muito usado em toda a sua narrativa e como colocado no título de uma matéria: “Praças ameaçam continuar movimento” ou “Movimento é inédito na história do país”. As manifestações também são classificadas como “Greve”. No dia 15 de junho a manchete que abria o jornal era “Azeredo admite reavaliação da PM; praças interrompem greve”, referindo-se à trégua de 10 dias dada pelos praças ao governo. A partir do dia 25 de junho, com a cobertura dos episódios do dia 24 que resultaram em violência que veio a atingir o cabo Valério com um tiro na cabeça, o jornal passou a usar o termo “rebelião” para enquadrar os fatos, como na manchete “Rebelião na PM fere um e Minas chama o exército” ou como na capa do Caderno Especial “Rebelião da Polícia deixa um em coma e mobiliza exército”. E quando foi batido o martelo final nas negociações o jornal dizia: “Acordo encerra rebelião na PM” e ao referir-se as consequências dos fatos noticia que “PM abre 17 inquéritos por rebelião”.¹²⁶

O jornal *O Tempo* mais do que noticiar os fatos, posicionou-se em vários momentos analisando os acontecimentos e opinando. Além disso, procurou ouvir e divulgar o pensamento de especialistas no assunto, publicando suas ideias. Abriu espaço para os praças manifestarem suas indignações, muitas vezes denunciando retaliações e ameaças dos oficiais, mas, também concedeu ao governador o direito de resposta e mesmo aos oficiais que tentaram

¹²⁵ *O Tempo*, 27 jun., 1997, p. 07.

¹²⁶ *O Tempo*, 28 jan., 1997, p. 01.

o máximo que puderam ficar calados diante da imprensa. Os ataques de políticos da oposição ao governo apareceram timidamente. O próprio jornal que em um balanço geral apoiou o movimento, evitou críticas muito agressivas. Talvez isso possa ser explicado pelo fato do jornal estar apenas há um ano no mercado quando ocorreram as manifestações. O movimento propiciou ainda uma imagem que colocou o tão jovem jornal em evidência nacional ao ganhar um prêmio concedido ao jornalismo. As fotografias em grande quantidade apresentam-se em grandes planos expressando particularidades e expressões marcantes. Muitas vezes, páginas inteiras eram cobertas por imagens sem texto algum, mas como diz o famoso jargão “às vezes uma imagem diz mais do que mil palavras”. O movimento propiciou imagens com essas características. “Protesto”, “Rebelião”, “Greve”, “Movimento”, “Desobediência”. *O Tempo* não soube explicar o que aconteceu, também estava perdido como muitos em meio àqueles acontecimentos, então registrou, noticiou e proporcionou aos leitores discussões sobre as causas das manifestações de 1997 na PMMG e os rumos daquela corporação.

Hoje em Dia

Ao analisar os últimos acontecimentos na PM que culminaram na passeata do dia 13 de junho, o *Hoje em Dia* defendeu que além de se pensar na situação de penúria a que os praças estão subordinados e no aumento anunciado apenas para os oficiais, que foi o estopim de tudo, é preciso pensar na movimentação coletiva da tropa que poderia ter escolhido opções desonestas para solucionar seus problemas corrompendo-se:

Os policiais poderiam ter ficado calados e buscado soluções individuais para o problema, entre elas a perigosa corrupção fácil oferecida por criminosos, que se aproveitam das dificuldades para comprar a conivência e a consciência de quem é pago para combatê-los”.¹²⁷

Aqui a honestidade da polícia mineira é ressaltada. Os praças desafiam regulamentos, mas não se corrompem. A PM mineira não perde os seus valores diante das dificuldades. São nesses valores que ela se sobressai em comparação às demais polícias, citando como exemplo a polícia do Rio de Janeiro:

O exemplo do Rio de Janeiro vem fatalmente à memória de todos, onde a polícia praticamente se confunde com o crime organizado. Mesmo com problemas políticos

¹²⁷ *Hoje em Dia*, 18 jun., 1997, p. 04.

que causou, o movimento da tropa de choque deu provas, mais uma vez de que a PM mineira tem qualidades que são raras nos demais estados.¹²⁸

O jornal lembrou ainda que os praças resolveram voltar ao trabalho e dar os 10 dias de trégua, como colocaram alguns “em respeito à população” e que embora o movimento tenha quebrado a hierarquia e exposto a população ao risco devido à falta de policiais nas ruas, os praças tiveram o apoio da sociedade, sendo segundo a avaliação do jornal, “uma prova incontestável de que o caminho da negociação e pressão democrática por melhores remunerações e condições de trabalho vale para todos os que dependem de salário para sobreviver”¹²⁹, contrariando o discurso de que policiais militares não podem fazer greve. A movimentação dos praças assustou o meio político, pois, “antes um aparelho repressor do governo, militares se viram cercando o Palácio da Liberdade em tom de desafio”. Para o jornal, a população apoiou porque se identificou com as reivindicações por salários. O jornal fez uma colocação contraditória em relação ao discurso de outros jornais como os dois outros analisados aqui, segundo ele a opinião pública apoiou os praças, mas reconheceu “as dificuldades de caixa do governo”.¹³⁰ Mesmo exaltando os valores da PMMG o jornal afirma que o governo passava aperto econômico e que esse aperto era reconhecido pela própria população. Dessa forma, o *Hoje em Dia* apresenta a versão de que a sociedade não se colocava totalmente contra o governo. Ainda ressalta que o movimento causou “problemas políticos” e que teria “quebrado a hierarquia e exposto a população ao risco devido à falta de policiais nas ruas”.

A edição do dia 24 de junho afirmou que apesar do movimento ter sido espontâneo, já estava sob “proveito” de oportunistas. Provavelmente referindo-se às lideranças formadas durante as manifestações. Assim, atacando os líderes do movimento, o jornal apontou a confiança do governo na desmobilização dos praças após o reajuste.

Significativa foi à análise dos fatos após o tiro que acertou o cabo Valério, deixando evidente a intenção do jornal em apoiar o governador Eduardo Azeredo.

O governador bem que tentou fazer o que pôde: concedeu o aumento que julgou cabível, exonerou comandantes que, na opinião do governo, deixaram a situação chegar ao extremo e determinou ao comando da PM que atendesse a outras reivindicações, mas de nada adiantou.¹³¹

¹²⁸ *Hoje em Dia*, 18 jun., 1997, p. 04

¹²⁹ *Hoje em Dia*, 18 jun., 1997, p. 04.

¹³⁰ *Hoje em Dia*, 22 jun., 1997, p. 02.

¹³¹ *Hoje em Dia*, 25 jun., 1997, p. 04.

Afirmava também que a Polícia Civil havia incentivado a invasão do COPOM, o que prejudicou a imagem do governador:

Ontem, tangidos pelos baixos salários e incentivados por grupos estranhos à corporação, os PMs ultrapassaram os limites na tentativa de invadir o QG e, no meio do tumulto, o tiro que acertou o cabo Valério jogou estilhaços na imagem pública do governador.¹³²

Diante daqueles fatos o jornal coloca que tudo que Azeredo queria evitar aconteceu, ou seja, a violência gerada pelas manifestações do dia 24 e ainda afirma que o governador ficou prensado diante do que fazer em relação à concessão do aumento, pois, “se der o aumento solicitado, pergunta-se porque não o fez antes. Se não der, corre o risco de expor-se ainda mais na necessidade de recorrer à força federal acantonada no Palácio da Liberdade. Não se tem memória de coisa igual em Minas”.¹³³ Percebe-se então, claramente o esforço do jornal em minimizar a culpa do governador em relação aos fatores que levaram os praças a manifestarem suas insatisfações.

Embora o jornal apresente algumas críticas da oposição em relação à “falta de habilidade” do governo nas negociações, ao contrário dos outros jornais, o *Hoje em Dia* retratou pouco o desgaste político que o governador estava passando naqueles momentos, sendo, o movimento prejudicial às suas intenções de recandidatar-se ao governo do Estado nas eleições seguintes. Afirmou algumas vezes que o governador estava recebendo várias visitas, apoio e solidariedade de políticos e empresários. Como foi o caso do prefeito de Belo Horizonte, Célio de Castro (PSB) que havia avaliado o governo de Azeredo da seguinte maneira: “É um governo íntegro, honesto que está procurando alternativas”.¹³⁴ O *Hoje em Dia*, não explorou as críticas feitas pelo Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, ao governador quando ele cedeu e deu aumento aos praças, mas, na ideia de que o presidente estava dando total apoio à Azeredo, como no título da notícia “FH coloca governo à disposição”. Em alguns momentos nas narrativas do jornal foi possível perceber certa intenção em responsabilizar o Comando pelos acontecimentos e dessa forma esquivar a responsabilidade do governador. Como noticiou o *Hoje em Dia*, o deputado governista, Carlos Mosconi, havia dito que quando o governador deu aumento aos oficiais, fez isso de “boa fé” e foi transparente e que em seguida estenderia o aumento aos praças. Ele afirmou que o governador acreditou que não haveria crise com o aumento dado aos oficiais, pois, os

¹³² *Hoje em Dia*, 25 jun., 1997, p. 04.

¹³³ *Hoje em Dia*, 25 jun., 1997, p. 04.

¹³⁴ *Hoje em Dia*, 25 jun., 1997, p. 09.

próprios disseram não ter problema algum o aumento. “O governo teve essa preocupação e ela foi aventada na ocasião. Foi colocado ao governo pelos próprios oficiais da PM que este risco não ocorreria”.¹³⁵ O jornal apropriou-se do mesmo discurso adotado pelo governador que transferiu toda a culpa para o Comando da PM. Ao final das negociações o governador afirmou que houve uma surpresa diante da forma como o processo de insatisfação na Polícia Militar eclodiu e que não sabia do nível de insatisfação que existia na PM, principalmente, em relação ao relacionamento entre o comando e a base.

“Paralisação” e “movimento” foram as designações dadas pelo jornal para anunciar que o Batalhão de Choque cruzou os braços e não foi às ruas de Belo Horizonte fazer o patrulhamento (Greve Branca): “A paralisação marcou o recrudescimento do movimento de insatisfação dentro da PM, considerada uma das mais eficientes do país, já renunciado anteontem com o incêndio de colchões em dois quartéis”.¹³⁶ A palavra “movimento” foi muito utilizada pelo *Hoje em Dia* para designar as manifestações da PM mineira, como no título da matéria que falava sobre a conquista dos praças em relação à revisão do RDPM, “Movimento de praças tem primeira vitória”¹³⁷, ou quando em uma de suas manchetes anuncia a união de policiais civis e militares “Polícias podem unir movimento”.¹³⁸ No corpo dos textos “movimento” aparece com maior frequência. Mas, se confunde com “protesto”, pois, em outra frase na mesma edição o título acima é o mesmo, contudo, troca-se “movimento” por “protesto” no mesmo sentido. Ao falar da possibilidade de que a possível deflagração de uma greve preocupava comerciantes e a população que frequentava diariamente o centro da cidade de Belo Horizonte, o jornal trouxe no título “Protesto de PM deixa comércio apreensivo”.¹³⁹ Aliás, pelo texto é possível perceber que a greve não é algo concreto para o jornal, mas, uma possibilidade. Somente após o encerramento das manifestações é que o jornal usa o termo com maior segurança em uma manchete: “Acordo encerra greve da PM”.¹⁴⁰ O termo revolta aparece com menor frequência, mas, está presente também, como no título: “Descaso gerou revolta”.¹⁴¹ Mas, após o dia 24, depois de ocorrer o tumulto entre a Foça da Legalidade (ForLeg)¹⁴² e os manifestantes na ocupação do COPOM

¹³⁵ *Hoje em Dia*, 25 jun., 1997, p. 09.

¹³⁶ *Hoje em Dia*, 13 jun., 1997, p. 01.

¹³⁷ *Hoje em Dia*, 17 jun., 1997, p. 05.

¹³⁸ *Hoje em Dia*, 20 jun., 1997, p. 01.

¹³⁹ *Hoje em Dia*, 25 jun., 1997, p. 08.

¹⁴⁰ *Hoje em Dia*, 27 jun., 1997, p. 01.

¹⁴¹ *Hoje em Dia*, 25 jun., 1997, p. 05.

¹⁴² Formada por policiais do interior, de cadetes e praças que faziam cursos de cabos e sargentos para proteger os prédios em que poderia ocorrer possíveis invasões dos manifestantes.

por estes últimos, que resultaram em tiros e um ferido, a “Manifestação vira confronto” como dizia uma matéria do dia 25¹⁴³ e a sua manchete que abria o jornal com “Confronto e tiros no QG da PM”. Contudo, é interessante ressaltar as afirmativas do jornal ao classificar os acontecimentos e sem maiores explicações, de “rebelião”. Depois de muita polêmica sobre o fato do assessor de imprensa do governador, Francisco Brant, ter afirmado que o movimento estava restrito a poucos policiais e ter dito que estes “rebeldes” são “bandidos fardados”, o *Hoje em Dia* apresentou os fatos, apesar de usar também vários outros termos, após o confronto entre manifestantes e a ForLeg como uma “rebelião”:

À noite temia-se pela quase inevitabilidade da intervenção federal no comando da corporação, o que aumentaria mais ainda o risco de confronto com os rebelados da PM. E aí está o termo exato: rebelados. É assim que se comportam os praças da bicentenária organização policial militar. Jovens em sua maioria, formados, portanto após o período de dominação militar, eles – homens e mulheres – não aceitam os rígidos cânones desenvolvidos no velho regime e pedem melhores salários. E por isso, se rebelaram. Nessa condição, não aceitam ordens de comando dos oficiais, desconhecem a hierarquia, chutam a disciplina e se transformam, nesses dias de assembleias, em simples cidadãos em defesa de seus direitos. E saem às ruas¹⁴⁴.

Na narrativa acima, o jornal apoia a tão criticada decisão do governador em requisitar a presença do exército na capital mineira durante aquele período. O que fica claro na expressão: “quase inevitabilidade da intervenção federal no comando da corporação”. Faz ataque pesado aos praças: “não aceitam ordens de comando dos oficiais, desconhecem a hierarquia, chutam a disciplina”. E, ainda designa os praças manifestantes, da mesma forma que o governador os designou: “E aí está o termo exato: rebelados”.

O jornal também noticiou os desajustes que o movimento causou na sociedade belo-horizontina. Apesar do apoio da sociedade, tentou-se mostrar que este foi muito maior no início, desgastando-se no final com o trânsito na cidade tornando-se um caos, comerciantes apreensivos com a falta de policiamento nas ruas e até denunciou uma agressão que um repórter do *Hoje em Dia* sofreu por policiais militares enquanto tentava registrar o momento em que o cabo Valério caia no chão depois de ser baleado.

Segundo o jornal, o repórter recebeu pauladas de cacete na perna esquerda quando pulava o muro da frente do COPOM.¹⁴⁵ Também colocou por algumas vezes que o

¹⁴³ *Hoje em Dia*, 25 jun., 1997, p. 01.

¹⁴⁴ *Hoje em Dia*, 25 jun., 1997, p. 04.

¹⁴⁵ *Hoje em Dia*, 25 jun., 1997, p. 03.

movimento perdeu o controle, pois, manifestantes não respeitavam o governo, o comando e que até mesma as lideranças perderam o controle sobre os demais manifestantes:

O problema se agravava na medida que não aceitam sequer a orientação dos que se apresentam como seus líderes ou porta-vozes. Ontem, assim como há 15 dias, foi igual: a suposta liderança do movimento foi literalmente atropelada na assembleia e não conseguiu conter a turba que, engrossada também por policiais civis, tentou invadir o comando da unidade, ao lado da Praça da Liberdade. Foi aí que saiu o tiro.¹⁴⁶

Mais uma vez, um tom de crítica aos líderes. A palavra “suposta” que antecede ao termo “liderança do movimento” mostra a falta de credibilidade do jornal em relação aos que estavam à frente das negociações entre praças e governo. Isso ficou claro também quando o *Hoje em Dia* sugeriu que havia oportunismo na liderança, como já foi mostrado anteriormente. Ainda na narrativa acima, percebe-se uma crítica ao movimento na expressão “conter a turba” que remete a ideia de tumulto e desordem.

O *Hoje em Dia* focou em suas notícias que a principal causa dos acontecimentos de junho de 1997 foi o aumento dado apenas aos oficiais. A cobertura do movimento foi menos sensacionalista, inclusive as imagens fotográficas usadas pelo jornal para mostrar os principais acontecimentos eram de menor impacto que as demais. Focou bem nas reuniões do governo que pretendia solucionar a “crise da PM”. Diferentemente dos outros dois jornais aqui analisados, o *Hoje em Dia* noticiou menos a opinião de terceiros, como da população em geral e dos opositores do governo. Azeredo teve mais espaço para se pronunciar e se defender neste jornal. É claro, que a oposição manifestou-se também, como foi o caso do depoimento do deputado Durval Ângelo e Gilmar Machado que responsabilizaram o governo pelos fatos ocorridos na PM. “O único responsável, pela morte do cabo Valério é o governador Eduardo Azeredo”, disse Gilmar Machado.¹⁴⁷ Também foram mostradas denúncias de policiais e o apoio da população através de frases que eram expostas em alguns cantos do jornal e inclusive, o apoio da sociedade em alguns momentos foi narrado com certa emoção nas primeiras edições:

Na tarde de ontem, cerca de 1500 policiais pararam o centro de Belo Horizonte numa passeata de fazer inveja a qualquer central sindical... Apesar de muitos praças armados, a passeata foi tranquila do começo ao fim, sem incidentes. Ao contrário, o que se viu foi muita festa da população por onde os policiais passavam. Do alto dos edifícios do centro, houve chuva de papel picado. Os motoristas que ficaram presos no trânsito buzinaaram em apoio. Mas, a cena mais marcante aconteceu na Avenida

¹⁴⁶ *Hoje em Dia*, 25 jun., 1997, p. 04.

¹⁴⁷ *Hoje em Dia*, 25 jan., 1997, p. 01.

Afonso Pena, próximo ao cruzamento com a rua Tamoios. Caminhando, os praças cantaram o Hino Nacional do começo ao fim, em coro, sem desafinar.¹⁴⁸

Contudo, entre todos os jornais pesquisados, o *Hoje em Dia* foi o que mais minimizou o movimento, atacando por diversas vezes as atitudes dos praças. O jornal tentou justificar e defender a postura do governador do Estado através de suas narrativas e através da narrativa do governador que teve nesse meio de comunicação uma abertura maior para se pronunciar e se defender. Como já foi colocado, a posição do *Hoje em Dia* em relação ao movimento, provavelmente está relacionada à posição do *Estado de Minas*. O *Hoje em Dia* foi criado em 1988, a partir de um conflito entre o governador de Minas Gerais à época, Newton Cardoso, e o jornal *Estado de Minas*. Seus fundadores pertenciam a um grupo ligado ao governador.¹⁴⁹ Na gestão de Newton Cardoso, eram distribuídos gratuitamente exemplares desse jornal que fazia elogios e enobrecia o governo.¹⁵⁰ Essa característica estendeu-se no governo de Azeredo.

O movimento dos praças da Polícia Militar de Minas Gerais ocupou quase todas as capas dos jornais mineiros à época, oferecendo à estes imagens muitas vezes impactantes e possibilitando a criação de manchetes de grande expressividade. Junho de 1997 foi um mês promissor para a imprensa. Em geral os jornais contribuíram para a propagação do movimento, sendo propositalmente usados pelos praças manifestantes para divulgarem suas ações e conquistarem adesões.

O apoio popular dado ao movimento e tão divulgado por estudantes do assunto e de um modo geral pelos manifestantes foi percebido em maior ou menor grau nos impressos pesquisados por mim nesse trabalho.

A imprensa teve importante papel na construção da narrativa do movimento reivindicatório dos praças. Todos os jornais exaltaram os valores da corporação Polícia Militar mineira, bem como o ineditismo do movimento, e, apontaram como causas os baixos salários, o rigor do RDPM que legitimava o mau tratamento que os praças recebiam dos comandantes e enfocaram o aumento exclusivo dado aos oficiais. Machado¹⁵¹ concluiu que

¹⁴⁸ *Hoje em Dia*, 14 jun., 1997, p. 01.

¹⁴⁹ AMARAL, op. cit., p. 34.

¹⁵⁰ Ibid.

¹⁵¹ Ibid.

não houve na mídia televisiva alinhamento com o poder constituído. Sargento Rodrigues também afirmou que a imprensa “não fez o jogo do governo”.¹⁵² Em relação às narrativas dos impressos pesquisados foi possível constatar que o *Estado de Minas*, usou de depoimentos diversos tentando passar a ideia de que a opinião pública expressava total apoio e culpava o governo pelos desajustes na Polícia Militar e não poupou ataques ao governador através de depoimentos de terceiros. O *Hoje em Dia* passou a mesma impressão de apoio populacional mostrado por todos os jornais, mas deixou a entender que com o tempo, mais especificamente após o troteio do dia 24 de junho e a presença do exército nas ruas de Belo Horizonte, a população já estava desgastada. Ao contrário do *Estado de Minas* o *Hoje em Dia* mostrou-se entre os três impressos pesquisados, o mais alinhado aos interesses do governo. Foi o impresso que mais deu oportunidades ao governador para justificar-se diante daqueles fatos e em algumas vezes o próprio jornal o fazia. Em *O Tempo* houve preocupação em noticiar fazendo o uso de diversas imagens e ataques menos agressivos ao governo em depoimentos colhidos de políticos e da sociedade em geral. Os três jornais foram pouco analíticos.

Contudo, em um aspecto, esses jornais apresentavam-se totalmente semelhantes em suas narrativas. A imprensa estava dividida, não se preocupava em apresentar os fatos dentro de uma lógica. Ela não sabia expressar o que realmente significavam aquelas manifestações dos praças na Polícia Militar. Suas narrativas eram múltiplas e diversas, entendidas como “Protesto”, “Desobediência”, “Movimento”, “Greve”, “Rebelião”, “Paralisação”, “Revolta” e “Insurreição”.

O *Estado de Minas* que apresentou posições contrárias ao governo e apoiou o movimento, utilizou com mais frequência termos que poderiam de forma mais expressiva “manchar” a imagem do governador, que no caso foram: “revolta” e “greve”. É péssimo para a imagem de um governo o fato dele ser marcado por esses tipos de manifestações. A situação agrava-se devido ao fato dessa “revolta” ou “greve” ser também a primeira da história do Brasil realizada pela Polícia Militar, que proibida de realizar greves, desconsiderou os regulamentos e rompeu momentaneamente com os seus pilares: hierarquia e disciplina. A imagem de qualquer governador ficaria desgastada se manifestações desse cunho fossem realizadas durante seu governo.

¹⁵² ALMEIDA, op. cit., p. 232.

O *Hoje em Dia* utilizou-se de forma mais insistente termos mais leve para falar dos fatos ocorridos antes do tiroteio do dia 24 de junho: “movimento” e “protesto”. Dessa forma ele minimizou o movimento. A partir do dia 25 começa a designar aqueles acontecimentos com uma designação mais agressiva: “rebelião”. O jornal que mostrou parcialidade com o governo tratou a greve como uma possibilidade e não como um fato. Como falado anteriormente, “greve” mancha a imagem do governante. Se há greves, há insatisfações com o governo. Somente quando os problemas foram resolvidos e o governador encerrou as negociações concedendo um aumento aceito pelos praças, foi que o jornal passou a utilizar mais o termo “greve”, como no exemplo já citado: “Acordo encerra greve da PM”.¹⁵³

O *Tempo*, o mais recente dos três, estava mais preocupado com a promoção do jornal. Não apresentou narrativas com forte cunho de defesa ou de ataque ao governo, como os outros dois jornais analisados. Quando ocorreu ataque ou defesa foi de forma equilibrada. O mais sensacionalista dos três impressos destacou-se na utilização de narrativas imagéticas. Apresentou designações mais diversificadas durante a cobertura das manifestações dos praças. Mas “movimento” foi um termo muito utilizado, sendo que “rebelião” destacou-se após as manifestações do dia 24 de junho. Foi o jornal que menos se preocupou com as designações.

Assim, a memória do movimento reivindicatório dos praças da PMMG em 1997 analisada através da narrativa dos jornais estava internamente dividida, existindo mais de uma memória predominante, “uma pluralidade fragmentada de diferentes memórias”, como explica Alessandro Portelli.¹⁵⁴

2.3. Narrativas do governador

Eduardo Azeredo, que considera os acontecimentos de junho de 1997 em Minas Gerais como o pior momento de seu governo, foi muito criticado naquele período pela forma como agiu. Foi chamado de covarde. Primeiro por ter concedido aumento aos oficiais deixando os praças de fora e depois por ter cedido às reivindicações fazendo com que policiais de outros Estados vissem nos praças de Minas Gerais um exemplo a ser seguido. Azeredo, em resposta às críticas que recebeu afirmou que para entender o que ele passou, só

¹⁵³ *Hoje em Dia*, 27 jun., 1997, p. 01.

¹⁵⁴ PORTELLI, 2006, op. cit., p. 128.

mesmo vivendo o que ele viveu e ouvindo as coisas que ele ouviu. Ele alega que agiu com humanismo em nome das vidas ali envolvidas:

Essa avaliação de que fui tímido, que cedi, partiu do governo federal e é só quem viveu na pele o que eu vivi. E que não ouviu os relatos como eu ouvi do coronel Antônio Carlos e do general Carlos Patrício. Digo que cedi em nome das vidas humanas. Não fui covarde. Fui humano (Eduardo Azeredo).¹⁵⁵

Certamente Azeredo temeu mais mortes após os episódios que culminaram no tiro que tirou a vida do cabo Valério, por isso, recorreu ao vice-presidente da República Marco Maciel, já que o presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, estava em viagem. Ele solicitou o auxílio do exército que se concentrou nas imediações para garantir a segurança da capital e das instâncias governamentais como o Palácio da Liberdade, dos Despachos e a residência do governador. Esse fato mostrou o temor do governador de que ocorresse um conflito armado com mais mortes.

Na narrativa do governador, ele apresenta uma explicação legal para o aumento exclusivo concedido aos oficiais da PMMG, justificando que os praças também teriam um aumento. Segundo ele a culpa foi do comando que não soube dialogar com os praças repassando as devidas informações e a sua única culpa foi confiar nesse comando, que além disso, não conseguiu controlar a “rebelião” dos praças. Afirma ainda que “não foi propriamente uma greve”.

A origem do movimento veio de uma série de insatisfações, mas também de alguns erros que aconteceram. O motivo inicial foi, na verdade, um aumento de salário que foi dado à Polícia Civil, aos delegados da Polícia Civil, que entraram na justiça e ganharam um reajuste de equiparação com os promotores, procuradores do governo, com relação ao reajuste de 1994. Então os delegados tiveram 11% de reajuste, e isso gerou uma pressão dos Oficiais da Polícia Militar para se equipararem. Apesar de não haver uma lei que equipare os dois, existe uma tradição em Minas Gerais de que os coronéis, que são o último nível hierárquico da Polícia Militar, e os delegados, que são o último nível da Polícia Civil, recebam o mesmo valor. Então o aumento dado aos policiais civis, por força de decisão da justiça, gerou uma pressão nos oficiais e daí, então, foi dito aos oficiais que não poderíamos fazer o reajuste apenas para eles, teria que ter reajuste geral. Mas a pressão foi aumentando, e aí houve realmente um erro, que foi de minha parte, de confiar na direção da Polícia Militar. Acreditei que eles conseguiriam explicar aos praças que eles também teriam um reajuste. Só que, por força de questões legais, questões burocráticas, o aumento para os praças dependia de uma lei da assembleia, enquanto o dos oficiais, como era em cima de gratificações, poderia ser dado de imediato. Os oficiais não conseguiram fazer esta demonstração aos praças, convencê-los de que eles também teriam reajuste. Então tivemos uma primeira manifestação, que não foi propriamente uma greve, foi uma rebelião. E esta rebelião não teve um controle do Comando da Polícia Militar. Realmente, perderam o controle.¹⁵⁶

¹⁵⁵ Entrevista ao Estado de Minas, 07 mai., 1997, p. 04.

¹⁵⁶ ALMEIDA, 2010, op. cit., pp. 69-70.

Nota-se na narrativa do governador que ele atribui as causas do movimento não somente às insatisfações dos praças, mas também a alguns erros. Para o governador o primeiro erro foi dele, pois não deveria ter confiado no comando, afinal o aumento dado aos delegados foi legal, eles ganharam na justiça o direito ao reajuste, a extensão do aumento aos oficiais foi por “pressão”, não havia lei que o obrigasse a isso, mas como era de costume a equiparação salarial dos oficiais com a dos delegados, o governador concedeu também aumento aos oficiais. O segundo erro teria sido do comando que não soube explicar aos praças que o governador pretendia dar aumento a eles também, contudo o reajuste dos praças levaria um pouco mais de tempo, pois, diferentemente do reajuste dos oficiais não seria em cima de gratificações, e para tanto precisariam esperar aprovação da lei pela Assembleia. Azeredo reconhece o seu erro, mas para ele esse erro não foi ter excluído os praças do aumento, já que afirma ter intenção de conceder também reajustes aos praças. O erro foi ter confiado no Comando, ou seja, ele diz que errou, mas ao mesmo tempo, se exime da culpa transferindo-a toda para o Comando que não teria passado a mensagem corretamente aos praças. O descontentamento do governador com o comando chegou ao ponto dele destituir o Chefe do Estado Maior da Polícia Militar, coronel Herbert Magalhães e o Comandante de Policiamento da Capital, coronel José Guilherme do Couto. Um assessor do governo fez uma declaração ao *Estado de Minas* que reforça a ideia de insatisfação de Azeredo com o comando, bem como a transferência da culpa:

Faltou autoridade e comando. A crise que poderia ser contornada por parte dos comandantes acabou indo cair no colo do governador que na última segunda feira, já havia revelado sua intenção de reajustar os salários de subtenentes, sargentos, cabos e soldados.¹⁵⁷

Azeredo afirma que as informações de insatisfações da tropa eram de conhecimento do Comando, mas que não teriam chegado até o seu conhecimento. O governador diz ter sido traído. Agostinho Patrús, chefe da Casa Civil e porta voz do governo Azeredo durante o movimento, afirmou que “O Alto Comando da Polícia julgou não haver nenhum inconveniente em ser dado o aumento apenas para os oficiais sem serem estendidos aos praças”.¹⁵⁸ Aqui, há segundo Patrús uma afirmação dada pelo Alto Comando de que o governador poderia dar o aumento para os oficiais, pois o Comando acreditava que não haveria reação dos praças, ou seja, o Alto Comando subestimou a capacidade ou a coragem de mobilização dos praças. No capítulo 3 falarei sobre a presença de um “mito fundador” nas

¹⁵⁷ *Estado de Minas*, 14 jun., 1997, p. 24.

¹⁵⁸ ALMEIDA, 2004, op. cit. p. 151.

narrativas de cabos, soldados e sargentos. Esse mito está presente na afirmação dos praças de que o Comandante Geral havia dito ao governador que ele poderia dar o aumento apenas para os oficiais que eles (os oficiais) segurariam a tropa. Nessa narrativa de Patrús percebemos elementos que se aproximam de uma confirmação dessa suposta frase dita pelos oficiais ao governador e que “inflamou” a tropa. Ainda segundo Patrús

Uma das causas principais do movimento, assim, foi a falta de comunicação interna na Polícia e uma avaliação equivocada do momento e das condições em que viviam os praças, e o relacionamento interno entre praças e oficiais na Polícia, que, ou não foram detectados, ou foram informados de uma maneira equivocada ao governo do estado.¹⁵⁹

Na narrativa acima, Patrús confirma a justificativa do “eu não sabia” dada por Azeredo que alegava desconhecer as insatisfações e o clima de hostilidades entre comandantes e comandados da PMMG.

A tensão na narrativa do governador foi reafirmada em entrevista concedida ao jornal *Estado de Minas* que trazia uma interessante classificação para o movimento de 1997, abrindo a entrevista com a seguinte frase: “Azeredo culpa Herbert Magalhães pelo levante”. Substantivando o movimento como “levante”, a imprensa mostrava mais uma de suas variantes narrativas. O ex-governador desabafou afirmando “foi o pior momento de meu governo”¹⁶⁰. Nessa edição especial sobre o movimento, três anos depois, o ex-governador reforçou a ideia de que ocorreu uma rebelião e esquivou-se mais uma vez da culpa, transferindo-a para o Comando da PMMG. Quando lhe foi perguntado se ele esperava pelo movimento, respondeu:

Totalmente inesperado, a perda do controle, o pessoal sair nas ruas. Dentro da Polícia todos ficaram desarvorados. O comando da PM não sabia o que fazer. Existia insatisfação, eu sabia. Mas que pudesse virar rebelião de rua foi surpresa. O comando não tinha, como acredito que não tenha até hoje, um plano para enfrentar uma situação dessa.¹⁶¹

Azeredo afirma não compartilhar da ideia de que houve uma greve. Para ele a designação que deve ser dada àqueles fatos é “rebelião”, e chega a comparar alguns policiais com bandidos: “Então o movimento que teve alguns policiais que agiram como bandidos”.¹⁶²

¹⁵⁹ Ibid.

¹⁶⁰ *Estado de Minas*, 07 mai., 2000, p. 04.

¹⁶¹ *Estado de Minas*, 07 mai., 2000, p. 04.

¹⁶² ALMEIDA, 2004, op. cit. p.115.

O assessor de imprensa do governo, Francisco Brant, também havia classificado os manifestantes como “bandidos fardados”.¹⁶³

Em relação às críticas que recebeu sendo acusado de não ter tido uma postura correta diante dos fatos e de que faltou governabilidade em Minas Gerais, Azeredo se defendeu no *Hoje em Dia* alegando que agiu com cautela e tolerância:

Não houve nenhum problema de governabilidade. Vira e mexe os profetas do apocalipse dizem que Minas perdeu a governabilidade e autoridade. Não vejo nenhum problema nesta questão. Pelo contrário, a população de Minas vai ver que tem um governo que tem paciência e serenidade necessárias para enfrentar momentos difíceis.¹⁶⁴

Embora, esquivando-se da culpa pelo movimento reivindicatório dos praças, Azeredo sofreu todas as consequências de ter privilegiado os oficiais deixando os praças para “depois” como ele mesmo alegou, sendo acusado como o grande responsável pelos acontecimentos na PMMG que não teve maturidade política para resolver os problemas e evitar que os acontecimentos chegassem ao ponto que chegaram com a morte de um cabo, outros Estados manifestando-se por reivindicações e ainda colocando o exército nas ruas de Belo Horizonte. A narrativa do governador apontou que os praças realizaram uma rebelião, que toda a culpa pelos fatos foi do Comando da PM e que o governo de Minas teve paciência e sensibilidade para resolver os problemas.

2.4. Narrativas de Oficiais

“Esta página nunca será apagada. Queremos que esta crise termine agora, para pensar rapidamente e mudar rapidamente. Mas com certeza a PM não será mais a mesma”.¹⁶⁵ Apontando para a necessidade de uma reavaliação na estrutura da Polícia Militar, assim expressou-se o Comandante-Geral à época do movimento reivindicatório, Antônio Carlos dos Santos, ao *Estado de Minas* em 29 de junho, quando as manifestações haviam findado. O coronel aceitou um aumento salarial de 11% somente para os oficiais deixando os praças de fora. Para justificar esse aumento usou os mesmos argumentos do governador de que os praças também receberiam, mas, deveriam aguardar aprovação da Assembleia Legislativa e que o aumento dos oficiais seria em cima de gratificações podendo ser concedido por decreto.

¹⁶³ *Hoje em Dia*, 25 jun., 1997, p. 09.

¹⁶⁴ *Hoje em Dia*, 28 jun., 1997, p. 03.

¹⁶⁵ *Estado de Minas*, 29 jun., 1997, p. 42.

Abalados pela surpresa dos episódios, os oficiais pareciam não acreditar no que estava acontecendo, talvez tivessem subestimado a capacidade política dos praças. Os oficiais acreditavam que a Polícia Militar havia sido seriamente ferida e que necessitava cicatrizar suas feridas para sobreviver. Dois anos após o movimento reivindicatório, coronel Piccinini manifestou um temor: “As feridas abertas com a greve de parte dos praças da PM, se deixadas assim, tendem a putrefar-se e acabar destruindo esta instituição tão estimada pelo povo mineiro como é a bicentenária Polícia Militar de Minas Gerais”.¹⁶⁶ Percebe-se em “feridas abertas” e “esta página nunca será apagada” que na percepção desses oficiais aqueles fatos ficariam registrados no histórico da PMMG e seriam uma ameaça para a própria manutenção da instituição, por isso apontavam para uma mudança.

Após aceitar o aumento exclusivo, o coronel Antônio Carlos, teria garantido ao governador Eduardo Azeredo, que não haveria problemas, pois os oficiais segurariam a tropa. Esse foi importante fator que impulsionou os praças a ganharem as ruas da capital mineira. Como comandante da Polícia Militar de Minas Gerais, longe de segurar a tropa, o que ocorreu foi a perda total do controle chegando ao ponto de comandantes de batalhões serem vaiados pelos manifestantes, o que para uma instituição militarizada significa falta gravíssima.

Em relação às vaias recebidas por alguns oficiais, o coronel Antônio Carlos expressou a sensação de mal-estar que sentiu, quando os praças romperam pela primeira vez na história das polícias militares com os princípios basilares da instituição:

Não sei descrever a sensação que tive ao ouvir as vaias dirigidas aos oficiais. Estar arrasado é pouco, depois de tanto tempo vivendo dentro de uma Corporação disciplinada, que sempre manteve a ordem. Foi um mal estar terrível. Daria minha vida para não ter que passar por aquilo.¹⁶⁷

Nessa narrativa percebe-se o ressentimento diante da proporção a que atingiu a gravidade daqueles acontecimentos: “Daria minha vida para não ter que passar por aquilo”. Em entrevista ao *Estado de Minas*, ao ser questionado sobre a quebra da hierarquia, o coronel respondeu da seguinte maneira:

Realmente houve quebra de hierarquia e, por isso, reafirmamos que precisamos antes de qualquer medida fazer um estudo profundo. Ele vai servir para fazermos as correções necessárias, sem que isso venha a trazer uma ideia de que possa haver retaliação. Em 31 anos que aqui eu sirvo, eu nunca vi ou presenciei a retaliação ou a perseguição. Mas é uma corporação que nunca deixou de cumprir as suas normas,

¹⁶⁶ *Encarte*, jul., 1999, p. 01.

¹⁶⁷ *Ibid.*, p. 101.

regulamento e a lei. Precisamos corrigir, porque houve um arranhão muito forte na disciplina e hierarquia.¹⁶⁸

Em sua narrativa o coronel nega as denúncias dos praças de que sofriam perseguições e retaliações. Além disso, enfatiza a ideia de pronto cumprimento dos regulamentos, da hierarquia e disciplina que estão fortemente presente nos atributos das organizações militares e que até 1997 eram inquestionavelmente obedecidos pelos praças, fato que contribuiu para a surpresa do oficial: “é uma corporação que nunca deixou de cumprir as suas normas, regulamento e a lei”. Por isso, os oficiais contassem tanto que não haveria reação de protesto dos praças diante de um aumento concedido apenas aos oficiais. Major Bravo em entrevista concedida a mim, quando lhe perguntei como ele classificaria o movimento dos praças, ele reafirmou essa ideia ao dizer que o movimento foi uma afronta à hierarquia e disciplina: “Em termos militares, né? de hierarquia e disciplina, na época representou uma grande afronta.”

Segundo Muniz, os “profissionais que realizam atividades majoritariamente aquarteladas, em particular o oficialato, tendem a reproduzir com maior fidelidade os princípios e os valores do mundo policial militar”.¹⁶⁹ O coronel José Guilherme do Couto em artigo escrito para o *Encarte*, acerca da segurança pública no Estado democrático, dois meses depois do movimento, afirmou que as leis e os regulamentos devem ser respeitados e que a “inversão da hierarquia é o mais terrível vírus a ameaçar a existência de qualquer força de segurança pública. Ela não pode ser tolerada”.¹⁷⁰ Sendo os oficiais os maiores reprodutores dos princípios e valores do mundo policial militar, fica fácil entender a insistência em condenarem os praças pelo desrespeito aos regulamentos e aos princípios hierárquicos e disciplinares. Percebe-se que o rompimento da hierarquia e da disciplina incomodou de forma contundente os oficiais, certamente por ameaçar a autoridade de que são investidos, principalmente daqueles com função de comando. Embora responsabilizando os praças pela desobediência aos regulamentos e princípios que norteiam a instituição Polícia Militar, os oficiais também foram acusados de quebrar alguns valores ensinados na caserna como será mostrado no capítulo 3.

Os praças são adestrados para não fazerem questionamentos. O antigo RDPM em seu artigo 5º define hierarquia como “a ordem e a subordinação dos diversos postos e graduações

¹⁶⁸ *Estado de Minas*, 29 jun., 1997, p. 42.

¹⁶⁹ MUNIZ, Jaqueline de Oliveira. *Ser policial é, sobretudo, uma razão de ser: cultura e cotidiano da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro*: IUPERJ, 1999. p. 109.

¹⁷⁰ *Encarte*, set. 1997, p. 02.

que investe de autoridade o de maior posto ou graduação” e que “a disciplina se manifesta através do exato cumprimento dos deveres”, entre eles a “obediência às ordens dos superiores hierárquicos” e a “rigorosa observância às prescrições regulamentares”. É a disciplina e a hierarquia que fortalecem a cadeia de comando e o controle sobre os subordinados, sendo necessárias à manutenção do engajamento do policial ao mundo militar. Sendo assim, o temor dos oficiais tinham suas razões e justifica a preocupação do coronel Antônio Carlos: “reafirmamos que precisamos antes de qualquer medida fazer um estudo profundo. Ele vai servir para fazermos as correções necessárias”.

O coronel Antônio Carlos acredita que o que ocasionou as manifestações foram informações deturpadas geradas por interesses políticos. Segundo sua narrativa, ele havia chamado os representantes de clubes e associações de praças para explicar sobre o aumento.

Os representantes nos ouviram, explicamos a forma que seria o aumento, numa visão estrutural e sequencial... Um dos diretores da Associação de Sargentos era candidato a deputado e não se manifestou na reunião, mas depois falou aos praças que os oficiais os tinham traído. Ele foi aos jornais e criou uma desconfiança generalizada. A imprensa caiu sobre nós. Não dava para desfazer o que a imprensa publicava, fomos atropelados.¹⁷¹

O coronel José Guilherme confirma essa história e também acredita em interesses políticos na propagação do movimento. A respeito do caso, referindo-se ao tal diretor da Associação de Subtenentes e Sargentos ele expôs o seguinte: “Foi uma picaretagem, uma deslealdade. Ele sabia que o aumento seria repassado, como aconteceu em todos os reajustes. Ele é um mentiroso e fez de maldade. Tinha objetivo de semear a discórdia com objetivos políticos”.¹⁷² E referindo-se à paralisação do Batalhão de Choque que ocorreu antes da primeira passeata, afirmou que “já havia uma politização, uma ideologização das pessoas, já havia estrutura, lideranças”.¹⁷³

Entretanto, os praças, como será mostrado, insistiram em afirmar que o movimento foi espontâneo, sem articulação com partidos, sindicatos ou associações, mas, o coronel Antônio Carlos não acredita nessa visão e insiste na politização dos praças, inclusive voltada para a esquerda:

Em minha análise pessoal, o que agravou mais a situação foi uma infiltração da esquerda que estava acontecendo na Polícia Militar, que já vinha de longa data. E a

¹⁷¹ GOMES, op. cit. p. 99.

¹⁷² Ibid., p. 108.

¹⁷³ Ibid., p. 109.

base maior dessa infiltração é justamente o Batalhão de Choque, que é o grupo mais resistente e pode influenciar e desestabilizar os outros batalhões.¹⁷⁴

Não é possível confirmar até que ponto o movimento teve ou não articulações políticas, visto que, a memória revelada através das narrativas apresenta-se em um conflito dual, onde de um lado estão os praças e de outro os oficiais. Contudo, sendo as narrativas produzidas após as repercussões políticas eleitorais das manifestações de junho de 1997, os oficiais encontraram nesse fato, forte defesa para os seus argumentos.

O coronel José Guilherme confirma a explicação acerca do aumento dos oficiais e sua extensão aos praças da forma colocada pelo governador e pelo coronel Antônio Carlos. Mas acredita que houve um erro de comunicação, pois a proposta de reajuste salarial dos oficiais e posteriormente dos praças foi levada a uma reunião do Alto Comando e os coronéis que ali estavam concordaram com a proposta “desde que a situação fosse imediatamente explicada para os praças”.¹⁷⁵ Foi aí que ocorreu o que na visão do coronel José Guilherme foi o maior erro, que foi a falta de comunicação, permitindo que a imprensa tomasse frente: “Daria para segurar, para ser aceitável, deglutido. Demorou oito dias do fato, com a imprensa, já então noticiando o aumento em separado, para que o comando avisasse os praças”.¹⁷⁶

Em entrevista concedida a mim, coronel Maciel, que à época do movimento era capitão e trabalhava na 3ª Cia do Batalhão de Choque, também responsabilizou a imprensa. Perguntei a ele o que havia levado os praças aos protestos públicos em Belo Horizonte, e ele respondeu que foi a imprensa que impulsionou o movimento. Segundo o coronel a imprensa incentivou os praças a ganharem as ruas, garantindo que haveria a cobertura, o apoio:

A imprensa! Acho que o que levou os praças foi a imprensa. Igual eu falei pra você, o Batalhão de Choque atuava sempre com manifestação, e indo pra rua você vai atrair a atenção do povo, vai haver a adesão da opinião pública, assim como houve, não é? Então, ir para rua, fazer passeata é um método que os grevistas usam geralmente, e com a polícia não foi diferente, copiou essa coisa aí... É a presença da imprensa. Eu tive lá dentro, eu vi lá a presença muito forte da imprensa, de um repórter da TV Globo lá o tempo todo e ele coordenava: olha vocês vão fazer isso! E ia a troca do apoio né? da cobertura fotográfica. Até porque Minas Gerais é um estado muito grande, era a primeira vez que acontecia isso no Brasil.

¹⁷⁴ Ibid., p. 100.

¹⁷⁵ Idem.

¹⁷⁶ Idem.

Essas narrativas reforçam a ideia já discutida nesse trabalho de que a maior parte da imprensa apoiou o movimento “alimentando e sendo alimentada por ele”, como colocou Machado¹⁷⁷, contrariando muitas vezes o governo e os oficiais.

Percebe-se nas narrativas do coronel Antônio Carlos e do coronel José Guilherme uma transferência da culpa para a imprensa: “A imprensa caiu sobre nós. Não dava para desfazer o que a imprensa publicava, fomos atropelados” (Coronel Antônio Carlos).¹⁷⁸ “A imprensa continuava noticiando que havia um aumento em separado, o que era uma mentira, o aumento seria repassado para os praças” (Coronel José Guilherme)¹⁷⁹. Ao falar da morte do cabo Glendyson, assassinado por bandidos e que em sua visão aumentou às insatisfações dos praças, ele afirmou: “A imprensa botou muito fogo, causando sensacionalismo”.¹⁸⁰

No depoimento do ex-comandante do Policiamento da Capital ele insistiu em dizer que já havia alertado ao Comando Geral sobre a situação de extremas dificuldades: “Tínhamos até um documento muito pesado, relatando a verdadeira situação, mostrando que estávamos sentados num barril de pólvora”.¹⁸¹ Explica ainda que a solução do problema estava na escala governamental e que o acesso a ela era exclusivamente do Comandante Geral da PM, coronel Antônio Carlos: “Alguma coisa tinha que ser feita. Não sei se essa situação foi levada ao governador. Isso deveria ser feito pelo comandante-geral, que, em última análise, é responsável por tudo, ele é quem tem que tomar as decisões”.¹⁸²

O coronel Antônio Carlos foi acusado de ter sido omissivo diante do documento assinado por alguns coronéis e que dava a dimensão dos problemas financeiros enfrentados pelos praças. Em relação a esse documento o coronel defendeu-se:

Esse documento realmente foi confeccionado por minha recomendação para um diagnóstico e como alguns fatos não estavam completos como eu havia solicitado, eu o retornei ao chefe do Estado Maior para que fossem complementadas as informações.¹⁸³

Tentando justificar suas ações encontramos nas narrativas dos opositores do movimento dos praças um verdadeiro jogo de empurra. O governador em sua narrativa

¹⁷⁷ MACHADO, op. cit.

¹⁷⁸ GOMES, op. cit. p. 99.

¹⁷⁹ Ibid., p. 108.

¹⁸⁰ Ibid., p. 109.

¹⁸¹ Ibid., p. 107.

¹⁸² Idem.

¹⁸³ *Hoje em Dia*, 29 jun. 1997, p. 42.

declarou não ter tomado ciência da situação social dos praças e que o Comando não repassou aos policiais graduados sua intenção de estender o aumento. O coronel José Guilherme se exime da culpa ao transferi-la para o Comando-Geral que segundo seu depoimento era a quem cabia o contato com o governo. Também se defende afirmando que já havia comunicado e documentado as condições de vida dos praças.

Diante disso, a respeito das condições precárias de vida dos policiais mineiros, coronel Antônio Carlos, afirmou que esse era um problema de toda a população brasileira: “A Polícia Militar não é uma ilha dentro desse contexto nacional e problemas pessoais mais críticos do que outros nós tínhamos conhecimento. Estávamos tentando resolvê-los”.¹⁸⁴ O coronel procura, dessa forma, amenizar as denúncias de alguns praças acerca das péssimas condições de vida em que viviam. Segundo ele existiam casos isolados e que em relação à divulgação na imprensa de PMs que estavam vivendo em um banheiro do Fórum, esses praças “estavam administrando mal o seu dinheiro”.¹⁸⁵

Entrevistei um coronel que afirmou que se a situação dos praças era ruim, a dos oficiais não era muito diferente. Ambos, praças e oficiais passavam dificuldades financeiras: “Então, você tinha também a polícia da capital que naquela época, do soldado ao coronel, viviam as mesmas dificuldades” (Coronel Olegário).

Os oficiais, nas narrativas aqui apresentadas, amenizam as queixas dos praças, embora existissem documentos que retratassem a situação de pobreza em que viviam. Com isso, eles justificam a necessidade do aumento também para os oficiais.

Tanto os praças quanto os oficiais referem-se ao cabo Valério como o mártir do movimento. Referindo-se à defesa que foi montada no Quartel do Comando Geral caso houvesse invasão do prédio pelos manifestantes, o coronel José Guilherme afirmou: “Iria morrer muita gente se não houvesse a morte do cabo Valério”.¹⁸⁶ Coronel Antônio Carlos também acredita que a morte do cabo Valério evitou mais derramamento de sangue. Isso porque no desespero e diante da queda do cabo Valério as manifestações cessaram-se não ocorrendo invasões para dentro do prédio. Acerca do assunto compartilha com a narrativa dos praças que os culpados pela desordem do movimento foram os policiais civis. Ele acredita que a junção da Polícia Civil com a Polícia Militar representou falta de bom senso,

¹⁸⁴ *Estado de Minas*, 29 jun., 1997, p. 42.

¹⁸⁵ GOMES, op. cit., p. 100.

¹⁸⁶ *Ibid.*, p. 110.

irresponsabilidade e descontrole emocional: “O momento de acirramento de ânimos de forma incontrolável ocorreu na junção dos componentes da Polícia Civil. Esse é o fator que consideramos a explosão da irresponsabilidade total, da falta de controle e da falta de bom senso”.¹⁸⁷ Percebe-se aqui uma antiga aversão pela Polícia Civil, por considerá-la desorganizada, uma força menor, que não segue hierarquia, controle ou responsabilidade, e também reforça “a necessidade de uma marcada descontinuidade com o chamado mundo civil”.¹⁸⁸ Quanto ao disparo do tiro que matou o cabo Valério, afirmou ter sido para ele “um momento doloroso”¹⁸⁹ e defendeu o coronel Eleotério: “Ele não atirou nem sacou sua arma”.¹⁹⁰ Nas narrativas de alguns praças foi falado que havia um boato que em reação a possíveis exaltações nas manifestações do dia 24 havia no Quartel do Comando Geral da Polícia Militar (QCG) armamentos pesados como metralhadoras. Em 29 de junho de 1997 o coronel se pronunciou sobre esse assunto:

É muito difícil um soldado da Polícia Militar confrontar-se em combate fatal ou em enfrentamento fatal com um companheiro de farda. A nossa instrução é sempre de enfrentamento com o marginal. Nunca pensamos e nunca fomos preparados para enfrentar um companheiro. Então, a tônica básica do Alto Comando, especialmente desse comandante geral era evitar, a qualquer custo um confronto que viesse trazer morte para nossos companheiros de farda mesmo que eles não estivessem agindo corretamente.¹⁹¹

Cabo Júlio, em seu livro sobre o movimento, publicou um depoimento do coronel Antônio Carlos concedido à repórter Paula Rangel que narrou o mesmo assunto, tempo depois de forma diferente. Após certo distanciamento temporal e seu afastamento do Comando na narrativa constata-se que havia uma estratégia militar montada, caso houvesse tentativa de invasão do prédio do QCG pelos grevistas:

A nossa tropa tinha armamento pesado. A formação dessa tropa foi definida estrategicamente. Na linha divisória, mulheres e cadetes formariam uma linha frágil, de representação emocional. Era uma linha de reflexão para que os manifestantes não passassem. O primeiro a furar esta linha foi um policial civil. A multidão avançou, agrediu mulheres e cadetes. A próxima linha formada seria a da tropa de reação, que faria o confronto com os grevistas. Houve tumulto. Eles continuavam avançando. A tropa concentrou-se na escadaria do QCG frente-a-frente com os manifestantes e dali ninguém passaria. Seria o confronto. Eu estava no quinto andar do prédio com outros coronéis e com o promotor Sartório, em profunda angústia com os acontecimentos.¹⁹²

¹⁸⁷ *Hoje em Dia*, 29 jun., 1997, p. 42.

¹⁸⁸ MUNIZ, op. cit. p. 101.

¹⁸⁹ *Estado de Minas*, 29 jun., 1997, p. 42.

¹⁹⁰ *Estado de Minas*, 29 jun., 1997, p. 42.

¹⁹¹ *Hoje em Dia*, 29 jun., 1997, p. 42.

¹⁹² GOMES, op. cit., p. 103.

Foram constantes nas narrativas dos praças reclamações sobre o rigor do Regulamento Disciplinar da Polícia Militar e sua revisão compôs uma das principais reivindicações dos policiais manifestantes. Segundo os praças, esse regulamento era antidemocrático. Percebe-se na narrativa do coronel Antônio Carlos que ele não concorda com as críticas surgidas no período de que a instituição regida por um regulamento copiado das forças armadas feria os princípios do regime democrático. Em relação a essa questão, o coronel Antônio Carlos tinha uma opinião diferente. Em entrevista ao *Estado de Minas* o coronel afirmou que era preciso repensar a corporação. O jornal então, perguntou se isso significava repensar democraticamente. O coronel respondeu:

A Polícia Militar nunca deixou de ensejar ou de procurar na sua evolução um regime democrático. Sempre estivemos contra qualquer regime que não fosse o democrático. Então, todas as nossas medidas, as nossas mudanças, sempre foram conduzidas numa doutrina de procurar uma melhor prestação de serviço dentro do regime democrático.¹⁹³

Afirmar que a PM agia dentro do regime democrático, foi no mínimo um contraditório exagero narrativo. Pelo menos no que se refere à Polícia Militar de 1997 que era regida por um regulamento que, segundo as queixas dos praças tirava deles até o direito constitucional de ir e vir sem ser molestado, já que para ausentar da cidade onde moram, mesmo que fosse por poucas horas, era preciso pedir autorização ao comandante. Além disso, o policial que não andasse de acordo com os preceitos de tal regulamento poderiam sofrer inclusive, prisões administrativas.

Acerca do RDPM ele justifica que já havia em andamento um anteprojeto de revisão, mas defendeu alguns pontos do regulamento que foram muito questionados pelos praças como a pena privativa de liberdade e a autorização para casarem. Ele justificou a permanência da pena de prisões da seguinte maneira:

O sistema da PM não é o sistema comum da CLT. Não podemos demitir por justa causa. A punição mexe com o comportamento do policial. Nosso sistema na verdade é paternalista, adverte, transfere, pune, dá outras oportunidades ao policial, ao contrário da empresa comum, civil, onde pode haver demissão, de forma mais objetiva, mais rigorosa.¹⁹⁴

¹⁹³ *Hoje em Dia*, 29 jun., 1997, p. 42.

¹⁹⁴ GOMES, op. cit. p. 101.

Embora os praças afirmem que não tinham o direito de resposta e de defesa, o coronel, contraditoriamente afirma que “o policial pode ser ouvido, pode se justificar”¹⁹⁵. E coloca-se a favor do policial ter que pedir autorização para se casar, pois segundo sua visão “isso não é para aviltar o praça... o objetivo é dar proteção ao praça, facilitar benefícios, dar cursos, orientações, exames, e pré-natal”¹⁹⁶.

O RDPM regulamentava normas para todos os policiais militares, contudo era mais rígido com os praças e legitimava a autoridade do oficial, portanto a defesa da sua manutenção pelos comandantes, especialmente após o movimento tem sua lógica. O coronel foi claro: “a punição mexe com o comportamento do policial” e “não podemos demitir por justa causa”. Dessa forma, o RDPM era o objeto que dava respaldo às atitudes dos oficiais em relação aos possíveis desmandos legais dos praças.

É interessante a narrativa do coronel Piccinini em relação à anistia dos praças em 1999: “Entendo ainda que o Estado de Direito deve ser preservado e que os graves arranhões que ele sofreu, com a anistia ampla e indiscriminada dos rebelados, não venha produzir ferimentos mais profundos”¹⁹⁷. Aqui se tem uma visão bem militarizada. O coronel acredita que com a anistia o Estado de Direito sofreu arranhões, pois nesse caso ocorreu em sua visão um desrespeito às leis que regem a Polícia Militar. O coronel considerou a anistia ampla e indiscriminada, o que é rebatido pelos praças, pois como será mostrado no próximo capítulo, eles não voltaram pela mesma porta que entraram, portanto não se sentem anistiados. Os coronéis batem e rebatem na tecla do desrespeito aos regulamentos para condenarem as atitudes dos praças. Major Bravo afirmou a mim que “a anistia foi um grande ganho diante de tamanha gravidade dos crimes que cometeram”. O major acredita inclusive em dois tipos de cidadão, que ele designa como o cidadão comum e o cidadão militar e justifica:

A profissão Policial Militar, pela natureza dela, requer um cidadão que é tratado de uma forma diferente, não é verdade? Portanto, ele não vai ter as mesmas liberdades, regalias que o cidadão comum tem em virtude da própria profissão, né? A proibição da sindicalização, a proibição de certas manifestações, de exaltação, isso é proibido no regulamento, né? na legislação. A Constituição, a Lei Magna, ela determina isso, né? Que os militares serão tratados através de uma legislação específica e nós estamos em um Estado Democrático de Direito, né? Aonde a lei, o ordenamento jurídico, ela deve ser respeitada. Então, eu não entendo que o policial militar da época era menos cidadão que o cidadão. Era um cidadão específico, normatizado por lei específica e que se voluntariamente se prontificou a prestar um serviço a

¹⁹⁵ Ibid.

¹⁹⁶ Ibid.

¹⁹⁷ Encarte, 1997, p. 02.

coletividade, voluntariamente buscou, né? fazer parte daquela instituição que é tratada de forma diferenciada na Constituição e que não poderia jamais reclamar de que seus direitos seriam podados em virtude de regulamento porque foi uma opção que ele fez, que nós fizemos, né?

Entretanto os praças alegaram sentir grande apreço pela profissão e de terem escolhido por vocação, contudo precisaram romper os regulamentos para transformar aquilo que eles acreditavam ser opressivo. Os praças, como será mostrado, reivindicavam alguns direitos que a Constituição de 1988 garantia aos civis e que não abrangia a força pública, como bem colocou o major Bravo, sem contudo abrir mão de seu status de militar. Mas, a personalidade policial militar tão enraizada nos oficiais que diferente dos praças que trabalham nas ruas, vivem aquartelados, os impediu de compreender ou aceitar possíveis mudanças principalmente no que concerne aos limites de sua autoridade.

Em relação ao que ocorreu em 1997 na Polícia Militar Saint'Clair Luiz do Nascimento, um coronel da PMMG, em seu livro *1997 Um ano para ser lembrado: o tiro que abalou e aterrorizou o Brasil*, relata o ano de 1997, como um período de crise na PMMG. Ele reconhece a situação de penúria dos praças, mas diz que nada justifica o que ocorreu. Ele culpa o governo e afirma que erradamente os praças voltaram-se contra o Comando. Em relação ao aumento dos oficiais, ele defende que os oficiais buscavam apenas a equiparação salarial com os delegados. Ele, assim como a maior parte dos oficiais, critica as discussões que surgem durante e depois do movimento como “desmilitarização”, “mudanças nas funções das policiais”, e “criação de uma guarda nacional”, tratando ironicamente os idealizadores desses projetos. Faz críticas explícitas ao exército e implícitas à Polícia Civil, sempre na defesa da Polícia Militar. Acerca da morte de cabo Valério ele defende o coronel Eleotério e afirma que não houve erros na apuração do culpado pela morte do cabo.

O coronel Sant'Clair utiliza para falar dos eventos daquele ano, termos como “rebelião”, “sublevação”, “insurreição”, “movimento sedicioso”, “conspiração”, “insubordinação” e ainda refere-se aos praças participantes como “baderneiros”, “amotinados” e “rebeldes”. “Daí, o propósito dessa narrativa, que não é, jamais, o de tentar justificar os baderneiros de 1997...”¹⁹⁸ “Sem pretender, insistimos, justificar com panegíricos

¹⁹⁸ NASCIMENTO, Saint'Clair Luiz do. *1997, Um ano para ser lembrado: o tiro que abalou Minas e aterrorizou o Brasil*. Belo Horizonte. Ed. O Lutador, 2000. p. 13.

a abominável conduta dos sediciosos amotinados...”¹⁹⁹ Em um momento de sua narrativa publicada, ele chega a comparar os atos dos policiais aos de bandidos e criminosos:

Os amotinados teriam, no dia 10, segundo a imprensa, atado fogo em alojamentos de dois quartéis da Capital, quando foram queimados colchões e praticados outros atos de vandalismo e agressões, com ânimos perigosamente enfiados, como só presidiários costumam fazer.²⁰⁰

Na obra acima citada o coronel Saint’Clair Luiz classifica os fatos de 1997, com base, segundo ele, no Código Penal Militar:

Foi quando se iniciou o pesadelo, processo dramático, com confronto e pânico em Minas, mobilização desautorizada das praças, que são a base da pirâmide da Instituição, quando ocorreu tudo aquilo que o Código Penal Militar insere no juízo de reprovação, como aliciação, amotinamento, conspiração, revolta, desacato, desobediência, insubordinação, motim e homicídio.²⁰¹

Em uma entrevista concedida a mim, o coronel Maciel, embora reafirmando as queixas dos praças em relação às suas condições de vida e de trabalho, assim como o Coronel Saint’Clair Luiz do Nascimento, usa a lei para afirmar que as ações dos praças podem ser consideradas um “motim”.

Eu acredito que sim, que configura crime de “motim” sim, porque eles estavam armados, tanto é que nas manifestações houve de acordo com o Código Penal Militar, a figura do “motim”, dois, três policiais, né? Armados, né? Reunidos, armados, né? E que não esteja cumprindo uma ordem de serviço, uma missão pré-estabelecida, né? Cumprimento de uma escala, ou executando um serviço. Se tava armado e reunido mais de três, é “motim”, sim! Nós tivemos aí, prejuízo, né? É, é..., tivemos que recolher armamentos dos quartéis. Havia promessa de incendiar viaturas, né? Então, foi..., houve “motim”. Greve mesmo..., consequência da greve. Porque parar de trabalhar..., se parou de trabalhar tá fazendo greve, mas não a figura da greve institucionalizada, essa que é executada em nível nacional, por essas entidades de classe específicas voltadas e que tem uma lei aí que regula esse movimento de greve.

É perceptível o fato de que, para classificar os acontecimentos de junho de 1997, os oficiais mais uma vez se reportem às leis e aos regulamentos. No jornal *Encarte*, do Clube de Oficiais da PMMG, o coronel Senilo Pereira Dutra, em relação ao movimento de 1997 se expressa da seguinte maneira: “A rebelião dos praças, que, rasgando a Constituição e todos os contextos regulamentares, deixou uma ferida profunda na PM de Minas...”

¹⁹⁹ Ibid. p. 31.

²⁰⁰ Ibid., p. 44.

²⁰¹ Ibid., p. 46.

Major Bravo, acredita que ocorreu uma greve parcial: “Uma greve parcial. Alguns setores da, da Corporação não puderam prestar serviço à comunidade naqueles dias, né? Alguns policiais não saíram às ruas para trabalhar, alguns serviços foram prejudicados”. Para narrar os acontecimentos o coronel Antônio Carlos designou os manifestantes como “grevistas” e “amotinados”. Rebelião foi a classificação dada pelo coronel José Guilherme do Couto: “a rebelião na PMMG, liderada por praças, foi desnecessária quanto aos objetivos declarados, pois seriam atingidos sem ela” (Coronel José Guilherme do Couto).²⁰² Ele chega ainda a dizer que as manifestações foram além de desnecessária, uma bobagem:

Tenho a dizer que essas são as minhas impressões pessoais desse chamado movimento – essa rebelião – que ocorreu na Polícia Militar e que para mim foi uma grande bobagem. É preciso ficar claro que sou contra tudo o que aconteceu e acho que os praças não tiveram ganho algum com essa rebelião.²⁰³

Considerando que os praças da PM são regidos por regulamentos militares, que são diferentes da legislação que regem a sociedade civil, visto que os policiais são munidos de armamentos para o exercício de suas funções, os praças realizaram o que o Código Penal Militar designa como “motim”. No título II de tal código verifica-se que ocorreu motim quando:

Art. 149 - Reunirem-se militares ou assemelhados:

I - agindo contra a ordem recebida de superior, ou negando-se a cumpri-la;

II - recusando obediência a superior, quando estejam agindo sem ordem ou praticando violência;

III - assentindo em recusa conjunta de obediência, ou em resistência ou violência, em comum, contra superior;

IV - ocupando quartel, fortaleza, arsenal, fábrica ou estabelecimento militar, ou dependência de qualquer deles, hangar, aeródromo ou aeronave, navio ou viatura militar, ou utilizando-se de qualquer daqueles locais ou meios de transporte, para ação militar, ou prática de violência, em desobediência a ordem superior ou em detrimento da ordem ou da disciplina militar:

Pena - reclusão, de quatro a oito anos, com aumento de um terço para os cabeças.

Portanto, as classificações dos oficiais em relação aos acontecimentos de junho de 1997 estão corretas à luz dos regulamentos, pois os praças estavam reunidos em constante desobediência às ordens de superiores. Segundo o Código Penal, no mesmo artigo acima

²⁰² GOMES, op. cit. p. 105.

²⁰³ Ibid., p. 106.

citado, os fatos também podem ser enquadrados como revolta, visto que, muitos praças estavam armados:

Revolta

Parágrafo único. Se os agentes estavam armados:

Pena - reclusão, de oito a vinte anos, com aumento de um terço para os cabeças.

Em sua análise pessoal sobre o movimento o coronel Antônio Carlos afirma não estar magoado com a Polícia Militar nem com os praças nem com os líderes, mas seu “único sentimento era que aquilo tudo não precisava ter acontecido”.²⁰⁴ E declara certo arrependimento: “A ideia de disciplina me acompanhou toda a vida desde a infância e nunca imaginei dentro da PM ver a disciplina aviltada. Hoje penso que abdicaria do aumento salarial para que nunca tivesse acontecido o que aconteceu”.²⁰⁵

Assim, se o movimento que modificou a vida dos manifestantes foi para eles traumático, não foi muito diferente para os oficiais que foram ridicularizados e desrespeitados publicamente perdendo totalmente, ao contrário do que eles acreditavam, o controle sobre a tropa. Da mesma forma, se falar daqueles acontecimentos não foi fácil para os praças, mais difícil ainda foi para os oficiais. As narrativas que aqui apresentei, foram em sua maioria entrevistas realizadas por outras pessoas, extraídas de jornais, artigos e livros. Isso porque minhas buscas por oficiais que quisessem falar não foi fácil. Realizei três entrevistas. Os oficiais que entrevistei mostraram-se também ressentidos em alguns pontos com aqueles acontecimentos. Coronel Maciel, que já está na reserva, marcou o encontro para a entrevista na Praça da Liberdade, em Belo Horizonte, e levou para mim vários recortes de jornais. Ele disse que havia marcado o encontro fora da casa dele e queria me doar os jornais porque sua esposa não suportava sequer ouvir falar do movimento porque eles sofreram muito no período. A entrevista com o coronel Olegário foi marcada por algumas interrupções, devido às lágrimas derramadas durante sua narrativa. A emoção do coronel Olegário se justifica em parte pelo fato dele ser filho de praça e de ter trabalhado com o pai sendo seu superior hierárquico. A narrativa abaixo revela a complexidade da questão:

Eu sempre evitei chamá-lo de você ou de senhor dentro dos quartéis, aí, eu chamava meu pai pelo nome, sargento Paulo, soldado Paulo, cabo Paulo, para que eu não desse oportunidade ao chamar meu pai de senhor e um outro superior meu, me comunicar dizendo que eu estava promiscuando com meu pai chegando as raías de chamá-lo de senhor, invertendo os níveis hierárquicos.

²⁰⁴ Ibid., p. 103.

²⁰⁵ Ibid., p. 104.

Foram comuns nas narrativas dos oficiais expressões como “feridas abertas”, “cicatrizadas” e “arranhões”. Isso mostra que a PMMG foi marcada como um todo. Todas as pessoas envolvidas, como mostra essa pesquisa, foram afetadas de alguma forma. Alguns puderam sentir os efeitos do movimento de forma indireta, outros de forma direta e marcante, como é o caso do Comandante de Policiamento da Capital no período das manifestações, o coronel José Guilherme do Couto, que ao falar de seu depoimento publicado no livro do cabo Júlio inicia apresentando seu estado de espírito diante dos acontecimentos: “Minhas declarações são impressões pessoais de quem viveu as angústias, apreensões, esperanças e frustrações, à frente de um dos mais importantes comandos da Polícia Militar de Minas Gerais”.²⁰⁶

²⁰⁶ Ibid., p. 105.

CAPÍTULO 3

NARRATIVAS DOS PRAÇAS

Então, falaram assim: “pode dar o aumento que a gente segura à tropa”, então, o governador arriscou. Né? Ele apostou as fichas dele no coronel. Não lembro o nome desse camarada mais... Ele foi covarde. O cara que veste a mesma farda, né? Eu sou subordinado, passando necessidade, passando fome, mendigando, e ele aceitar uma coisa dessas... Ele é covarde. Ele não é comandante não! Nem líder! Porque comandante e líder é diferente. Ele conhece sua tropa, sabe onde está sua tropa e defende o interesse da sua tropa. Então, ele estava olhando só para o lado dele e interesse dele. Dele e do grupinho dele lá! Então, eclodiu esse movimento reivindicatório, né? (Sargento Fernandes)

Eu acho que eu fui punido, né? Porque, eu tô no Bombeiro. É..., eu gostaria de tá na PM, porque eu entrei, e..., quando eu prestei concurso, a minha ideia era de estar tirando policiamento na rua, ajudando a minha comunidade, né?! Não menosprezando o serviço de Bombeiro, você tá entendendo? (Sargento Ferreira)

Eu estava acreditando que aquilo era só um pesadelo e amanhã eu ia acordar e ia estar na Polícia Militar. Mas era verdade. Eu fui excluído mesmo em 97, por reivindicar melhores salários. (Sargento Alves)

Eu e Valério, nós éramos do Choque e jogávamos futebol juntos na quadra, ele era muito bom de bola, o herói Valério, nosso amigo Valério, e o atirador de elite acertou a cabeça do Valério, aí eu fui e peguei a cabeça do Valério entre as mãos e saí carregando o Valério, aquele tanto de cérebro pingando no chão, todos carregavam o Valério de qualquer jeito, eu já sabia que ele estava morto. (Subtenente Mauro)

Os acontecimentos daquele ano alteraram não somente a vida profissional dos manifestantes, mas também a vida pessoal. Muitos tiveram problemas conjugais que

resultaram até em separação. Além do desemprego causado pelas exclusões, os praças afirmaram terem sofrido perseguições dos oficiais.

As narrativas são impregnadas de emoção e revelam que os praças, em sua maioria, já estavam familiarizados com a militarização. Alguns pelo fato de terem pertencido ao exército antes de ingressarem na Polícia Militar, outros por serem filhos de policiais militares, o que explica em parte a ideia de *predestinação* à PM presente em muitas narrativas, como a do cabo Marcondes: “Desde criança eu já tinha a vontade de ser policial militar”²⁰⁷ ou do sargento Fernandes: “Uma vontade que eu tinha desde criança vendo meu pai todo dia se fardando”. Além de afirmar que sua vocação surgiu na infância, o sargento Alves ressaltou também valores que ele acredita que o atraiu para a carreira policial militar:

Então, desde os 7 anos de idade eu escolhi porque acredito que fazendo assim eu vou prestar um serviço bacana à sociedade e também porque vejo a Polícia Militar como uma instituição forte, uma instituição bacana, uma instituição que nos respeita. Eu enxergava dessa forma. Eu acredito que a Polícia Militar é uma boa instituição, por isso que eu escolhi essa profissão.

Essa exaltação e certo amor à Polícia Militar foram uma constante nas narrativas como será mostrado. Portanto, a perda da profissão representou frustração e dor para muitos deles, embora eles soubessem que estavam desrespeitando os regulamentos e conseqüentemente que corriam o risco de arcar com as penalidades geradas por seus atos. Os maiores ressentimentos com os acontecimentos certamente referem-se ao que eles consideram como a *traição dos coronéis*, as exclusões e a morte do cabo Valério.

De um modo geral, encontrar quem aceitasse falar do assunto “greve de 1997” não foi tão fácil. Foram três encontros marcados em que os praças não compareceram. Outras três entrevistas quase não aconteceram. Elas foram marcadas pelos praças para serem realizadas nos próprios batalhões em que os entrevistados trabalhavam, o que provocou questionamento de superiores em relação à concessão da entrevista. Um dos superiores chamou a atenção do policial, mas, mesmo assim, marcadas por um clima de desconfiança e por fortes emoções, as entrevistas aconteceram. Este clima ficou intenso em entrevistas como a do sargento Alves, que para conceder-me entrevista marcou um encontro em um posto de Bombeiros no centro de Belo Horizonte, contudo, enquanto eu o esperava, ele dirigiu-se ao tenente responsável pelo posto para pedir autorização para utilizarmos aquele espaço para a realização da

²⁰⁷ ALMEIDA, 2010, op. cit., p. 258.

entrevista. O chefe negou dizendo que não gostaria que aquele assunto fosse abordado naquele local. Então, fomos até uma igreja evangélica que estava aberta, mas, o pastor estava realizando uma reunião com alguns membros. Encontramos a solução em um estacionamento ao lado da igreja. O responsável pelo estacionamento permitiu que utilizássemos o local para a entrevista, que transcorreu tranquilamente e por alguns momentos o sargento emocionou-se deixando algumas lágrimas caírem. Com o gravador desligado reclamou o tempo todo de sua falta de amor e vocação para a carreira de Bombeiro Militar, ressaltando em vários momentos seu desejo de retornar à Polícia Militar.

Esses episódios servem como exemplos para mostrar o impacto emocional que aquelas manifestações e suas repercussões causaram aos membros do Corpo de Bombeiro Militar e da Polícia Militar principalmente. Isso ficou latente através das lágrimas do sargento Alves ao relembrar momentos do movimento e de sua trajetória na PMMG, bem como o temor e receio do comandante do posto de bombeiros em permitir que aquele assunto “assombrasse” novamente aquele espaço de trabalho.

Ronda ainda o medo em falar dos acontecimentos de 1997 na PMMG, o que justifica a ausência de alguns praças às entrevistas marcadas, bem como a resistência de alguns oficiais em autorizarem a realização de entrevistas nos batalhões e no posto de bombeiro, como no caso dos exemplos aqui mostrados. Algumas entrevistas transcorreram com certa tensão. Há muitos não ditos nas lembranças vivenciadas durante o movimento reivindicatório. Os praças selecionaram o que queriam ou podiam narrar. A maioria dos policiais disse com o gravador desligado que “nem tudo foi dito” ou “tem coisas que não podemos falar”. A respeito de sua pesquisa sobre as mulheres judias sobreviventes do campo de concentração durante a Segunda Guerra Mundial Pollak afirma que “as dificuldades e bloqueios que eventualmente, surgiram ao longo de uma entrevista só raramente resultaram de brancos da memória ou de esquecimentos, mas de uma reflexão sobre a própria utilidade de falar e transmitir seu passado”.²⁰⁸ Também no caso das entrevistas com os praças participantes do movimento reivindicatório de 1997, esse silenciamento sobre alguns fatos ocorridos não resulta de esquecimentos, mas sim de uma reflexão sobre a utilidade de falar. Essas lembranças silenciadas pelos praças ocorreram, em grande parte, pelo medo de outras punições ou talvez por não querer relembrar um assunto que lhes causou situações traumáticas. É, contudo, um

²⁰⁸ POLLAK, Michael. *Memória, Esquecimento, Silêncio*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2. n° 3, 1989. p. 13.

silenciamento declarado. Os próprios praças afirmaram não querer ou não poder falar. Embora exista essa memória não dita, os praças responderam em suas narrativas a questão proposta por esse trabalho: qual é o significado do movimento reivindicatório de 1997 na Polícia Militar de Minas Gerais para esses praças? E fizeram isso através dos ditos e dos não ditos.

3.1. A negação da greve: De repressores a reprimidos

Os policiais militares, embora sejam trabalhadores assalariados que como tal deveriam possuir direito de manifestarem e reivindicarem melhorias salariais e de trabalho, possuem no exercício de suas funções características que os diferenciam de outras categorias profissionais, podendo inclusive portar armas e empregar a força quando necessário, sendo legalmente atribuídos a eles certo poder e responsabilidade. Devido a essas características militarizadas da profissão, a Constituição federal veda ao policial militar o direito à greve e à sindicalização. A greve policial é inconstitucional e considerada crime militar pelo Código Penal Militar. Outras características estão presentes na formação militarizada da profissão como o corporativismo e a presença de princípios norteadores como a hierarquia e disciplina, modeladas das Forças Armadas. Além disso, a polícia militar está subordinada ao Estado e entre suas funções está a repressão a movimentos grevistas realizados pela sociedade civil. Tal função foi lembrada pelos próprios praças:

Porque, quando eu fazia parte de um movimento de greve nas outras classes, qual que era a nossa missão? Eu tirava muito policiamento velado, sem farda, né?! a gente infiltrava entre os grevistas, olhava quem que era o líder que estava incitando, né?! o povo, né?! você fazia o sinal pra barreira, os policiais que fazem a barreira, e você ia e empurrava o cara, né?! Cê tá entendendo? Aí, os PMs abria, e o cara que era líder caía no bolo lá, e você ia e prendia o cara, né?! Então, a gente tem muita técnica, né?! (Sargento Ferreira)

A forma violenta que alguns policiais utilizam na repressão aos movimentos reivindicatórios civis foram também lembrados pelos praças. Sargento Soares ao contar sobre o apoio recebido da população durante as manifestações afirmou que as pessoas cobraram dele o mesmo tratamento recebido da sociedade: “... quando nós chegamos na Praça da Liberdade o pessoal tinha mandado, na Afonso Pena, papel picado na gente, aplaudindo... ‘é isso mesmo e tal’. Aí algumas pessoas falavam, ‘oh, quando a gente fizer greve vê se apoia a gente, não deixa bater na gente não, viu?’” Subtenente Mauro ao lamentar as condições salariais da Polícia Militar, expressa a forma violenta com que agiam na repressão às greves:

Puxa vida, a gente ganhava menos que um motorista de ônibus, na época. E isso aí era muito triste, porque era época de muito tumulto, de muita greve, de muitos distúrbios civis, e a gente, a gente ficava lá na greve deles, né? Gás lacrimogêneo e bomba de efeito moral e bastão no trabalhador, e sendo que eles, reivindicando e eles ganhavam mais que a gente e aliás muitas das vezes isso aí frustrava muito, frustrou muito.

Brito Filho²⁰⁹ define greve como “[...] suspensão coletiva, temporária e pacífica, total ou parcial, da prestação pessoal de serviços, em busca da manutenção ou da melhoria das condições de trabalho”. Dessa forma, podem-se enquadrar as manifestações de 1997 como greve, visto que, houve suspensão parcial dos serviços em busca de melhorias para os praças. Sargento Rodrigues confirma em sua narrativa que ocorreu uma suspensão parcial dos serviços: “Nós fizemos duas passeatas. Agora pra você fazer uma passeata você tem que parar o serviço”.²¹⁰ Sargento Amaro afirma que houve a “parada total de alguns batalhões de Belo Horizonte”.

Nas análises das narrativas dos praças acerca do movimento, foi possível perceber que estes não consideram o que ocorreu em 1997 uma greve, preferindo o termo “movimento reivindicatório”. “... porque na verdade não foi uma greve, porque, é..., não houve uma paralisação com o serviço, né?! Eu, por exemplo, eu trabalhei. Né?!” (Sargento Ferreira). “O movimento em 97, eu falo que é um movimento reivindicatório, né? Não se fala greve, eu acredito que não houve greve, né?” (Sargento Fernandes). Para o tenente Carvalho, os praças “não entraram em greve, eles se mobilizaram”. Sargento Milton afirma que “o movimento foi cívico, a gente não trata aquilo como greve, foi um movimento que gerou uma mudança muito grande na Polícia Militar”.²¹¹

Uma das justificativas para a negação do termo *greve* foi que o movimento grevista é planejado e anunciado, e, o movimento dos praças surgiu *do nada* e não teve articuladores, lideranças. Essas só surgiram após o início das manifestações pela necessidade de porta-vozes. Foi daí que apareceram as lideranças do cabo Júlio e do sargento Rodrigues. Sargento Milton acredita que isso se deu inclusive, pela falta de experiência com o movimento sindical:

Afinal, o movimento não teve uma organização, uma condução. Não teve organização até mesmo por nossa inexperiência do ponto de vista sindical. Foi um

²⁰⁹ BRITO FILHO, José Cláudio Monteiro de. *Direito Sindical*. 3ª edição. São Paulo. Saraiva, 1997. Apud PRATA, Marcelo Rodrigues. Greve na Polícia Militar: legalidade versus legitimidade. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 17, n. 3152, 17fev.2012. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/21116>>. Acesso em: 14 jun. 2013.

²¹⁰ ALMEIDA, 2010, op. cit. p. 233.

²¹¹ Ibid., p. 292.

movimento que nasceu assim, espontâneo, fruto da nossa necessidade. Não foi programado, premeditado. Não existiu isso ²¹².

Sargento Fernandes em relação à espontaneidade das mobilizações disse que “quando saiu o movimento, nem sabia o que queria”.

Contudo, embora os praças insistam em afirmar que a mobilização foi espontânea, surgida *do nada*, a politização dos praças já se fazia visível antes dos acontecimentos de junho de 1997. Sargento Ferreira contou-me da existência de uma associação clandestina da qual ele fazia parte:

Eu lembro que naquela época, policiais, eles, chegavam até suicidar porque não tinha alimento dentro de casa, passava dificuldade, né?! Não tinha acompanhamento psicológico. Eu falo isso porque antes, anterior a greve, bem anterior, eu fazia parte de uma associação que naquela época, era, era, clandestina. É, esta associação, ela existe até hoje, né?! Mas, só que ela não é reconhecida ainda não. Associação de cabos e soldados. É..., existe o clube, né?! Mas, é diferente. Então, através dessa associação que, na qual, eu fazia parte, nós colocávamos faixas e cartazes de madrugada, fazíamos reuniões, né?! É..., saía distribuindo panfletos, né?! Pedindo aumento de salário, pedindo adicional noturno.

Sargento Soares ao afirmar que o movimento não foi planejado citou tentativas de outros movimentos anteriores o que reforça a ideia de que a politização é anterior à greve de 1997 na PMMG: “... foi um movimento que surgiu, ele não foi planejado. Algumas pessoas podem até achar que foi, mas ele não foi planejado. As pessoas que tentaram planejar antes, elas já tinham sido mandadas para outros lugares, não houve influência dessas pessoas”.

No mês de maio daquele ano, quase dois meses antes da eclosão da greve, o cabo Bibiano Alex Rocha, que servia no 11º Batalhão de Polícia Militar, em Manhuaçu, se deslocou do interior para a capital com a finalidade de declarar publicamente sua insatisfação com o salário pago à Corporação e o abandono pelo qual passavam os PMs. Apesar de ter dado suas declarações ao jornal *Estado de Minas* no dia 05 de maio de 1997, a matéria só foi publicada no dia 12 de junho de 1997 quando as manifestações já haviam se iniciado na capital.

Mesmo o envolvimento na política partidária por alguns praças, não se iniciou após o movimento. Embora o sargento Bravo, assessor do deputado sargento Rodrigues, tenha

²¹² Ibid., p. 285.

afirmado que “esse nosso caminho na política surgiu de um movimento”²¹³, ele mesmo conta que:

Antes da greve, eu ajudei o Rodrigues nas eleições de 1996. Perdemos as eleições porque não tínhamos experiência: nós não montamos um comitê, não tínhamos um telefone para fazerem contato, nós não saímos para visitar familiares. Mesmo assim faltaram 314 votos para ele ser eleito. Não tínhamos nenhuma estrutura! Eu lembro que o jornal Estado de Minas fotografou uma Kombi antiga que nós alugamos (aquelas que tinham que empurrar para pegar) e foi chacota. Virou piada a campanha do Rodrigues.²¹⁴

Embora sargento Bravo afirme falta de experiência, o que para ele significou o fracasso nas campanhas, o envolvimento na política partidária já existia. A narrativa do sargento Soares apontou inclusive que: “O Rodrigues sim, já tinha sido suplente, ele tinha interesse político”. Em sua entrevista à Almeida cabo Júlio afirmou que sargento Rodrigues “já tinha sido candidato a vereador”, portanto, “ele já tinha todo um cunho político”.²¹⁵

Outra forma de manifestação da politização dos praças é a Associação de Subtenentes e Sargentos que já existia desde 1994 e uma de suas finalidades era representar os praças judicialmente e institucionalmente. Porém elas estavam ainda engatinhando, não possuindo muita credibilidade junto aos praças.

O termo greve enraizado no senso comum, para designar os eventos de 1997, aparece naturalmente em toda a narrativa dos praças, porém, quando classificam os fatos especificamente, defendem que não ocorreu greve. Como exemplo, cito a entrevista onde um cabo da polícia militar usa a palavra “greve” em toda a sua narrativa, como no seguinte trecho: “A greve de 1997 na polícia militar, é... é *sui generis*, totalmente diferente do que ocorreu no decorrer da história do Brasil, das organizações militares, posto a maneira como se deu”. Mas, em outros momentos ele defende que não foi greve e inclusive evidencia o afastamento com o movimento sindical, chamando os membros que tentaram se infiltrar nas manifestações de “baderneiros” ao descrever uma das passeatas:

Aí começa chegar também gente que, digamos assim, entre aspas, os “baderneiros”, né? Que querem juntar no auê ali, mas os militares, eles começam a tirar essas pessoas, né? É... surgem inclusive, movimentos sindicais, com... com faixas, parecem que já estavam esperando alguma coisa, né? Por isso que eu falo em movimento, a greve, ela não surge do nada (Cabo Silas).

²¹³ Ibid., p. 281.

²¹⁴ Ibid., p. 277.

²¹⁵ Ibid., p. 245.

A respeito do assunto, um dos sargentos entrevistados também enfoca tal distanciamento, reforçando a ideia de que os PMs são disciplinados e ordeiros e que os propósitos dos civis são adversos aos dos militares, portanto, os civis, “baderneiros”, não podem misturar-se à manifestação dos policiais militares.

Outros movimentos queriam juntar-se a nós, e havia policiais militares..., nós buscamos..., como nós estávamos fardados, nós questionávamos se era autoridade civil e assim que a pessoa dizia que não era, a gente questionava o que ela tava fazendo ali e aí, descobrimos que elas estavam com outros propósitos. Então, seria uma coisa incontrolável se eles permanecessem, então, assim, de uma forma organizada nós não permitimos que eles se misturassem a nós, que a nossa reivindicação era totalmente diferente, não era uma baderna (Sargento Alves).

Ocorreu também durante as manifestações dos praças, a tentativa de participação da CUT no movimento o que os praças contam com repulsa: “De repente, apareceu um caminhão de som não sei de onde. Era um caminhão de som da CUT. Até hoje eu não sei de onde surgiu aquele caminhão”.²¹⁶ Cabo De Sal enfatizou a ideia de afastamento do movimento da polícia com outros movimentos:

Vieram outros movimentos para incorporar ao nosso como a CUT e nós cortamos. O movimento era nosso, era único. Nós não aceitamos ninguém entrar no nosso movimento, só nosso, era o movimento da Polícia Militar. A CUT chegou com bandeira e nós quebramos, não aceitamos, não tinha manipulação política, era um movimento da Polícia Militar.²¹⁷

O fato dos policiais militares negarem-se em afirmar que realizaram uma greve se relaciona à dificuldade em confessar que agiram de forma ilegal, mesmo que por uma finalidade considerada justa pelos praças. Para José Murilo de Carvalho, o movimento dos praças, assim como o movimento dos sem-terra tem-se caracterizado, enquadra-se nos “movimentos sociais que violam a lei em nome da justiça”.²¹⁸ O fato é que eles foram excluídos porque desconsideraram os regulamentos, sejam eles justos ou injustos. Outro fato a ser considerado é que ao mostrar suas visões dos fatos alegando que não ocorreu greve, movimento que os policiais reprimem nas ruas e que é ilegal dentro da corporação Polícia Militar, ele evidencia uma característica do mundo militar, que é o distanciamento do mundo civil. Afirmar que realizaram uma greve é aceitar que usaram de recursos à disposição de civis, é confirmar que eles utilizaram de ações que combatem no exercício de suas funções, é aproximar-se do cidadão civil. O adjetivo “baderneiros” referido anteriormente opõe-se a

²¹⁶ Ibid., p. 285.

²¹⁷ Ibid., p. 266.

²¹⁸ CARVALHO, José Murilo de. *Por vias tortas, o caminho da discussão*. Revista Veja 30 Jul. 1997. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/300797/p_036.html>. Acesso em: 15 jun. 2013.

“ordeiros”, no caso os policiais militares. A profissão policial militar exige de seus membros comportamentos diferenciados do mundo civil. Muniz²¹⁹ afirma que o termo “policial militar”, “aponta para a apreensão de uma diferença”, o “reconhecimento de um ‘outro’”, com singularidades e modos particulares de ser, identificando o outro como “diferente”.

Assim como nas experiências de afastamentos vivenciados por certas trajetórias religiosas, a carreira policial militar parece reforçar a necessidade de uma marcada descontinuidade com o chamado mundo civil.²²⁰

Esse afastamento com o mundo civil e a valorização do militar como membro de uma instituição organizada e disciplinada, aparece também nas narrativas de praças quando se referem ao rompimento do cordão de isolamento que culminou no tiroteio com a consequente morte do cabo Valério. Embora, tenham sido os próprios policiais militares a convidarem os policiais civis para participarem das manifestações, eles culpam os policiais civis pela “desordem” que culminou no tiroteio. Sargento Soares reflete sua opinião alegando falta de seriedade dos policiais civis na participação do movimento, através da seguinte narrativa: “Aí chegamos na Praça Sete, tinha um cordão de isolamento, aí começou um empurra, empurra, empurra, empurra, os caras da Polícia Civil mais avacalhados ‘thu!’ romperam o cordão de isolamento!”. Na narrativa do subtenente Mauro fica claro o valor que este atribui à tropa militar, que diferente da tropa civil, é uma tropa de respeito: “Mas, são tropas diferentes, a tropa militar da tropa civil, são diferentes, e..., em virtude daquela situação aconteceram situações no cordão de isolamento de desrespeito, no qual um militar não faria”.

A exaltação à Polícia Militar foi uma característica nas narrativas dos praças que procuraram mostrar uma instituição incapaz de provocar qualquer desordem na ordem pública. A participação da Polícia Civil no movimento serviu de base para narrativas que procuraram mostrar que se o pior aconteceu, a culpa não foi deles: “... eu vi nitidamente quem começou o processo de querer invadir o prédio do comando não foram os militares, foram os policiais civis” (Sargento Miranda). Tenente Carvalho ressaltou a preocupação que teve com a chegada da Polícia Civil nas passeatas: “E quando chegamos lá em cima depois da passeata, foi tudo muito ordeiro. Confundiu com a Polícia Civil, o que me preocupou muito, mas, eles foram muito ordeiros até chegar a Polícia Civil, né?”

²¹⁹ MUNIZ, op. cit. p. 88.

²²⁰ Ibid., p. 101.

Os praças da Polícia Militar de Minas Gerais realizaram uma greve. Como eles mesmos afirmaram, alguns batalhões pararam totalmente e outros parcialmente. Eles se mobilizaram e protestaram contrariando leis que proíbem greve de policiais militares. A rigidez regulamentar é uma característica das organizações militares e fortemente incorporada pelos policiais, sendo assim, as ações dos policiais foram de uma gravidade indiscutível. Os praças vinham se politizando há algum tempo e essa consciência política não se manifestou de uma hora para outra, como quiseram fazer entender alguns praças. Entretanto, se eles conseguiram romper com as legislações e quebraram a hierarquia e disciplina como será discutido mais à frente, não se pode dizer o mesmo da ideia de distanciamento do mundo civil e do mundo militar incorporados aos praças em sua formação acadêmica militar. Tal fato fica claro quando eles afirmaram que não realizaram “greve” e fizeram questão de mostrar a distância do movimento dos praças em relação a qualquer movimento sindical, visto que, a sindicalização também é proibida à Polícia Militar. Ao insistir nessas ideias, eles tentam reafirmar a lealdade ao sistema e amenizar talvez a culpa. O valor da Polícia Militar como uma instituição disciplinada e ordeira é enfatizado nas narrativas quando eles afirmam que impediram a participação daqueles que eles repreendem em manifestações de protestos nas ruas, os *baderneiros* e ou sindicalistas que tentaram participar de um movimento que era só deles. Movimento esse que só saiu do controle porque teve a participação de outra instituição que não é militar, que não é, no expressar dos policiais, disciplinada e ordeira.

3.2. RDPM: hierarquia e disciplina como questão

Revoltas, motins, paralisações e insatisfações foram constantes na história brasileira e muitas foram àquelas ocasionadas por relações conflituosas entre subalternos e superiores. Muitos foram também os castigos e as prisões. “A repressão e a punição dos envolvidos é um instrumento historicamente utilizado para reafirmar princípios hierárquicos e inibir futuras contestações”.²²¹

A estrutura hierárquica, autoritária e disciplinar estava fundamentada no Regimento Disciplinar da Polícia Militar (RDPM), principal documento responsável pelas punições dentro da Organização. Possuía princípios, normas, penas e definia comportamentos e

²²¹ MOROSINI, Liseane. *Eles não querem só dinheiro: a greve da PM e a luta dos subalternos militares*. Revista Eletrônica de História do Brasil. Juiz de Fora: UFJF, dezembro, 1997. p. 43.

competências às quais a PMMG deveria inquestionavelmente seguir. A mudança nesse regimento foi uma das principais reivindicações dos praças na greve de 1997, já que os policiais reclamavam do mau uso do regulamento que muitas vezes era para os oficiais um instrumento que possibilitava segundo os praças o “abuso de poder”. Os PMs entrevistados relataram que a comunicação entre praças e oficiais era muito difícil, havia uma distância grande entre eles. “É... a relação com os oficiais era de... medo, medo... praça tinha medo de oficial seja ele qual for” (Cabo Correia).

Antigamente não! Antigamente o comandante do batalhão era quase como um Deus lá, né? Não podia nem falar com ele. Um vereador chegava lá e conversava com ele. Qualquer pessoa mais ou menos aí da comunidade chegava lá e falava com o Comandante, qualquer que fosse ele. Agora, um soldado se caísse na asneira de ir lá, um cabo, um sargento, tava arriscado sair de lá preso, nem sair de lá, ficar lá preso (Sargento Cesário).

Na concepção dos praças entrevistados, o Regulamento Disciplinar da Polícia Militar (RDPM), conhecido também por *Amarelinho*²²², trazia em si artigos extremamente arcaicos e antidemocráticos, definindo a respeito de assuntos diversos como a permissão para que o policial pudesse se casar e até penalidades na qual um PM poderia sofrer se faltasse, por exemplo, um botão na camisa de sua farda ou se seu bigode estivesse maior do que o permitido. A abrangência do RDPM ultrapassava também os muros da Instituição Polícia Militar regendo toda a vida do policial, dentro e fora da Corporação, como podemos analisar pelos artigos apresentados abaixo e retirados do RDPM.

Art. 8º Ainda que não se trate de ato de serviço, deve o policial militar obediência aos seus superiores.

Art. 10

VII empregar toda as suas energias em benefício do serviço;

IX ser discreto em suas atitudes, maneiras e em sua linguagem escrita e falada;

XIII proceder de maneira ilibada na vida pública e na particular;

XV garantir ou contribuir para a assistência moral e material do lar e se conduzir de maneira modelar na vida familiar.

As transgressões das quais se queixavam os policiais, como já mencionado, também se atinavam às questões as mais simples e consideradas insignificantes para muitos, mas que poderiam levá-los a sofrer pesadas punições. Essas transgressões eram classificadas de acordo com sua intensidade em leves, médias, graves e gravíssimas, algumas citadas abaixo:

²²² Cor da capa do regulamento.

Art. 13

- 31 – deixar de avisar aos policiais-militares, em companhia das quais estiver, da aproximação de superiores;
- 46 – frequentar lugares incompatíveis com o decoro da sociedade e da classe;
- 65 – apresentar-se com o uniforme desabotoado, desfalcado de peças ou sem cobertura, ou ainda com ele alterado, sujo ou desalinhado;
- 72 – deixar, o oficial, de comunicar previamente e por via hierárquica, seu casamento a autoridade competente, e a praça de pedir autorização pra casar-se;
- 76 – permanecer, o policial-militar em OPM²²³, em trajes civis, mesmo em férias ou licenciado, durante o horário de expediente;
- 137 – deixar de barbear-se ou manter os cabelos aparados conforme ordem em vigor;
- 153 – manter relações de amizade com pessoas de notórios e desabonadores antecedentes ou apresentar-se publicamente com elas, salvo se por motivo de serviço;
- 159 – usar, quando uniformizado, penteados exagerados, perucas, maquiagens excessivas, unhas demasiadamente longas ou com esmaltes extravagantes;
- 161 – usar jóias e outros adereços que prejudiquem a apresentação pessoal, quando uniformizado;

Os praças reclamaram dos excessos cometidos pelos oficiais, contudo esses excessos eram respaldados pelo regulamento. Segundo suas queixas, eles poderiam ser punidos, inclusive com prisões administrativas, por faltas banais como colocou sargento Pereira: “O militar às vezes, ele era preso cinco dias... não fez continência!” Sargento Alves, que pertencia à cavalaria, em relação às faltas queixou-se: “As minhas faltas eram ‘o cavalo estava com pé sujo’. Essas são as faltas gravíssimas que entraram na minha ficha. É..., ‘troquei o cavalo sem autorização. Peguei o reserva porque o meu estava machucado’”.

O Regulamento Disciplinar, que tem em sua estrutura interna um modelo copiado do exército, com sua rigidez e severas sanções, acaba por subordinar a uma disciplina militar, tanto a Força Pública, quanto as Forças Armadas. Carvalho²²⁴ que estuda esta última Instituição destacou a importância para a Organização Militar, da relação entre “disciplina” e “hierarquia”.

Quanto mais enquadrado o militar nas normas disciplinares, mais fácil seria também mantê-lo afastado da política e isto tanto pelo hábito da obediência como pela maior socialização nos valores organizacionais e pelo maior envolvimento nas tarefas profissionais.

A PMMG possui na cultura de sua Organização o exercício do poder com base em sua autoridade legal. Ao ingressar na polícia, ocorre um aprendizado de símbolos e de cumprimento de deveres, no qual, com o tempo, o jovem reconhece a cadeia de comando e a

²²³ Organização Policial Militar.

²²⁴ CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e Política: 1930 – 1945*. In.: *A Revolução de 30*; Seminário Internacional. Brasília: Ed. UnB, 1983. p. 135.

autoridade constituída e considera um dever obedecer, não apenas por ser uma atitude legal e estatutária, mas, o que se percebe nas Organizações Militares, é uma legitimação dessa autoridade pelos escalões mais baixos na hierarquia. Isso ocorre durante a preparação do recruta dentro da Academia de Polícia Militar, onde ele aprende todos os valores da Instituição, inclusive o de acatar a autoridade burocrática instituída nas leis internas da PMMG. A partir do curso de formação para ser um policial, a personalidade do indivíduo é moldada de forma a estar de acordo com os padrões disciplinares da Instituição.²²⁵

A hierarquia interiorizada e exteriorizada nos militares segundo o RDPM refere-se à subordinação daquele de menor posto ou graduação àquele de maior. A disciplina é o cumprimento do dever obedecendo com prontidão à autoridade hierarquicamente superior.²²⁶

Essa estrutura militar legalmente instituída que tem como pilares a disciplina e a hierarquia, é indicada por Almeida e Neves como um dos fatores que resultaram na greve armada: “O movimento dos praças na capital mineira, pode ser colocado, assim, como um exemplo de questionamento da hierarquia militar, através de uma greve...”.²²⁷ Acredita ainda que na modernidade, a estrutura burocrática de uma organização não pode basear-se em pilares tão rígidos.

Percebemos, no entanto, que esse ideal de eficácia através da rigidez hierárquica não mais responde às novas concepções teóricas das organizações; o processo de trabalho nas sociedades atuais está configurando num outro modelo de disciplina, caracterizado pela flexibilidade das diversas relações estabelecidas nos processos organizacionais.²²⁸

Na tese *Polícia e Sociedade: um estudo sobre as relações, paradoxos e dilemas sobre o cotidiano do policial* o historiador Lúcio Alves de Barros, que, embora não trate diretamente do movimento reivindicatório dos praças no estudo de seu objeto, ou seja, o policiamento comunitário em Belo Horizonte, o autor analisa acontecimentos que marcaram a organização policial e os atores que dele participaram. Neste caso é inevitável falar do movimento de 1997. Em seu trabalho, ele realiza 11 entrevistas sobre a emergência, maturação e desfecho do movimento, além da análise de alguns documentos referentes ao

²²⁵ ASSIS, op. cit., pp. 28–31.

²²⁶ SILVA, Michele Duarte. *Do dever à responsabilidade: a importância da responsabilização do policial militar quanto ao uso do recurso discricionário no contexto de uma sociedade democrática*. Monografia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004. p. 16 – 17.

²²⁷ ALMEIDA, Juniele Rabelo; NEVES, Lucília de Almeida. *Polícia Militar de Minas Gerais: trabalhadores em greve (1997)*. Anais do VI Encontro Nacional de História Oral. Tempo e Narrativa. São Paulo, 2002. p. 21.

²²⁸ *Ibid.*, p.19.

assunto. E, embora reforce a ideia de que no movimento de 1997 a hierarquia e disciplina foram abaladas, enfoca que os policiais reconhecem a necessidade da manutenção desses pilares que estruturam as organizações militares. “É praticamente unânime, entre praças e oficiais, a importância da existência clara de disciplina e hierarquia nas organizações”.²²⁹ O que não agradava aos praças, segundo Barros, eram uma disciplina e hierarquia puramente autoritárias. Os praças desejavam um comando mais respeitoso. O que eles reclamavam era do abuso do poder dos gerentes da Organização Polícia Militar e não dos pilares propriamente ditos.

Se no passado ainda recente os policiais reclamavam do excessivo poder dos oficiais garantidos através do princípio da hierarquia, nos dias atuais, notadamente, após a mobilização de 1997, a disciplina e a hierarquia se transformaram em elementos obrigatórios e necessários para a manutenção do *esprit de corps* e o *esprit de finesse* (*espírito de fineza, gentileza e elegância*) na polícia, que teriam sido gravemente ferido após a revolta dos praças.²³⁰

A hierarquia e a disciplina são pilares de sustentação das organizações militares. Esses pilares que são apreendidos durante a formação dos praças, interiorizado e exteriorizado por eles são defendidos pelos policiais entrevistados. Embora abaladas e rompidas durante o período das manifestações, os praças ressaltaram o valor que atribuem à hierarquia e disciplina como mecanismos indispensáveis ao bom funcionamento da instituição.

Todos os entrevistados afirmaram que a hierarquia e a disciplina jamais podem deixar de existir na Corporação, pois, caso contrário, ela tende a se extinguir. “Se acabar a hierarquia da Polícia Militar, acaba a Polícia! Vira um bando de homens armados, porque nós somos muitos homens. O que segura a Polícia Militar chama-se hierarquia!” (Cabo Rocha).

Eu acho que qualquer instituição, qualquer que seja ela, qualquer que seja! Militar, Civil, ela tem que ter a base dela em cima da hierarquia e da disciplina, porque senão fica complicado, ainda mais no nosso caso que lidamos com a vida da pessoa, com a segurança pública, com a segurança do cidadão. Se um cabo dá uma ordem a um soldado e ele faz se quiser, ele compromete toda uma operação. (Sargento Cesário).

Uma coisa que eu sempre admiro na polícia, né? Tanto que eu incentivo meus filhos hoje, é a hierarquia e a disciplina, porque eu acho que isso aí não só na polícia, mas em toda organização, até na casa da gente, senão tiver uma hierarquia, senão tiver um comando, senão tiver uma disciplina [...] (Cabo César).

²²⁹ BARROS, Lúcio Alves de. *Polícia e Sociedade: um estudo sobre as relações, paradoxos e dilemas cotidiano policial*. Tese. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2005. p. 225.

²³⁰ *Ibid.*, p. 226.

Sargento Amaro afirmou que “a hierarquia existia, porém de uma maneira errada”. Tenente Carvalho ratifica essa ideia: “A hierarquia e a disciplina são necessárias na minha opinião, mas o que não pode ser adequada é a truculência, adequada a perversão”. Sargento Miranda fala da reciprocidade em relação aos praças e oficiais: “... característica importante é hierarquia e a disciplina, eu acho. Olha, eu vejo assim, sabe? Ela ensina inclusive você é..., se você tem disciplina consciente, ou seja, você respeitar o seu superior, mas o seu superior respeitar você”.

As narrativas acima comprovam o que defende Barros, ou seja, a hierarquia e a disciplina foram sim quebradas durante as manifestações de junho de 1997, mas, elas não eram objeto de questionamento. O que foi questionado foi o abuso dos oficiais no uso do poder hierárquico, contudo esse abuso era respaldado no RDPM que também obrigava ao praça uma obediência, que caso não fosse mantida eles poderiam sofrer punições, inclusive por atos considerados por eles banais, por isso a revisão do regulamento foi uma das principais reivindicações do movimento.

As manifestações dos praças colocaram em pauta discussões sobre a necessidade de reformulação das instituições policiais militares. Muito se falou na inadequação do modelo militar aplicado à força pública, contudo, nas narrativas essa não era a preocupação dos praças. Eles reivindicavam mudanças em um regulamento que proporcionava aos oficiais condições para o abuso da autoridade concedida a eles. São dos excessos e abusos que os praças reclamavam e não da militarização, que ao contrário é colocada por muitos policiais como um valor positivo, talvez por já se apresentar incorporada aos membros da instituição: “eu lutei curso a curso, treinamentos e mais treinamentos, para chegar aonde eu cheguei, através do militarismo, e eu não acredito em outra forma, eu não vejo outra forma de se exercer a segurança que não seja essa” (Subtenente Mauro).

Barros, com base em sua pesquisa também afirma que o movimento de 1997 não reivindicava a desmilitarização da polícia como apontam alguns estudiosos. O autor também não acredita em uma cultura com características puramente militares, mas, que no presente essas características não se apresentam tão marcantes e que o modelo instituído no país é de uma cultura “quase-militar”. E em relação às manifestações de 1997 afirma que

Quanto à hierarquia e disciplina, princípios abalados durante e após a mobilização, tudo indica que foram ressignificados. Isto porque não foi um movimento que reivindicava a desmilitarização da polícia ou mesmo colocar em questão toda a gênese, maturação e desenvolvimento da instituição. No que concerne aos valores

militares, as praças nada mais pediram do que o cumprimento da ética policial militar, assentadas no “respeito à dignidade da pessoa humana, a camaradagem, o espírito de cooperação” e a solidariedade dos comandantes.²³¹

É certo que a greve não pode ser explicada pelo viés *militarização*, atribuindo o fato ao excesso de disciplina nos quartéis como se todo o problema estivesse na militarização da Polícia Militar. Sabemos que a *crise* também atingiu a Polícia Civil, ou seja, uma Organização não militarizada que não possui como princípios centrais e norteadores a disciplina e a hierarquia:

É..., eu acho que, como eu falei anteriormente eu vim do exército, eu acho que a hierarquia e a disciplina tem que existir porque a partir do momento que você perde o comando sobre o seu militar, você perde o controle de qualquer operação, de qualquer missão. Eu acho que o militarismo tem que ser feito com inteligência, mas, eu acho que a desmilitarização não vai fazer bem, eu acho que deve existir sim, até mesmo pra que tenha o controle, dependendo da situação em que necessitar da Polícia Militar. Tem que haver a militarização”.

Os praças entrevistados, em sua maioria, não são a favor da desmilitarização da polícia: “Em suma, eu penso que o sistema militar é muito bom, porque coloca responsabilidades” (Tenente Carvalho). “... eu sempre achei muito empolgante essa coisa do militarismo, da hierarquia, da disciplina” (Cabo Silas). Sargento Maurício justifica sua opinião da seguinte maneira:

Eu acho difícil a PM desmilitarizar. Acho que a disciplina é fundamental. A hierarquia deve ser respeitada dentro dos âmbitos legais. Mas eu acho que a desmilitarização não seria um bom negócio. O militarismo é um sistema muito grande. É uma tropa de 70 mil homens. Não pode perder o controle, se perder a autoridade, acabou (Sargento Maurício).²³²

Em algumas entrevistas sobre essa questão, os praças novamente focaram no afastamento com o mundo civil ao comparar a polícia civil com a militar referindo-se à polícia militar como sendo superior à polícia civil: “Não! Não! Favor da desmilitarização não! Não sou a favor, porque é isso que segura! Isso que segura! Se fizer com a Polícia Militar igual é na Polícia Civil dá problema” (Cabo Silva). Em relação à desmilitarização cabo Bezerra expõe sua opinião da seguinte maneira: “Eu acho que não seria uma boa não. A verdade é essa. Como eu tô te falado sobre a questão da hierarquia e disciplina, nós iríamos viver uma situação de fardados, porém, como a polícia civil”.

²³¹ BARROS, Lúcio Alves de. *Reminiscências da Polícia em Movimento*. Asa-Palavra (Brumadinho), VI. p. 09.

²³² ALMEIDA, 2010, op. cit. p. 255.

Barros reforça a ideia da defesa do militarismo na polícia ao falar do gerenciamento da instituição. Após as manifestações de 1997, além das discussões sobre a desmilitarização foi ressaltada também a possibilidade de unificação das polícias civis e militares:

Ser administrado por um secretário “paisano”, para os policiais, é muito mais que uma simples resistência às políticas de unificação das atividades ostensivas com as de investigação da Polícia Civil. Os PMs temem perder o prestígio do passado, carregado de tradições e apoio ao Estado. Revelam ter receio de ficarem de lado na política de segurança pública levada a efeito pelo Governo. A questão dos recursos e dos salários são temas muito recorrentes nessas discussões. Por último, os PMs apostam na existência de um espírito de corpo mantido somente por um comandante que tem a ciência do que é “ser polícia militar”.²³³

Juniele Almeida conta que para conceder-lhe entrevista sargento Maurício foi ao seu encontro usando farda, um símbolo fundamental para os militares, mesmo ele sendo já reformado, o que demonstra o respeito aos valores apreendidos na formação militar daquele sargento que mesmo aposentado quis se apresentar fardado para a entrevista.

Os policiais militares reivindicaram direitos e garantias individuais que eram concedidas aos civis, como a liberdade de expressão, mas sem abrir mão de sua condição de militar. Após a extinção do RDPM acabaram as prisões administrativas e eles conseguiram o direito ao contraditório e a ampla defesa. Dessa forma, passaram a poder defender-se de possíveis abusos por parte dos oficiais. Com isso a hierarquia passou a ser pautada no respeito como eles desejavam. O policial hoje tem um contato mais amigável com seu superior que interage com os subalternos:

Com a revolta de 97, eles perderam muito a força deles, com a queda do RDPM, você entendeu? Hoje não, hoje se ele der uma ordem ilegal ou ele fazer alguma coisa que venha ferir os meus direitos, hoje o Código de Ética me assegura meu direito de ir a Justiça Comum e representar e fazer a minha defesa (Cabo Correa).

Hoje eu vejo essa menina nova entrando na polícia, eu vejo que eles têm um futuro brilhante, porque tem diálogo. Chega um soldado perto de um Coronel ‘ô coronel eu tive uma idéia assim, assim, assim’ ele pega e vai lá ouvir aquela idéia. Hoje o oficial chega perto de você e te pedi opinião de uma situação. O fato de eu ser um camarada velho já, em praça velho de polícia, chega um sargento, um oficial chega e me pedi opinião.(Sargento Gonzaga).

As narrativas apontaram que não foi o questionamento do militarismo ou da hierarquia e disciplina que levaram os praças a manifestarem, embora desejassem modificações em um regulamento modelado das forças armadas. Eles saíram em passeata por questões salariais

²³³ BARROS, op. cit. p. 206.

vinculadas a uma questão de honra que será trabalhado adiante. A partir das possibilidades de negociações é que surgiram outras questões para serem incluídas na pauta das reivindicações como a revisão do RDPM que respaldava o que eles consideravam abuso dos oficiais.

3.3. O mito fundador: Identificação e representatividade

Embora me deparando com memórias divididas nas narrativas pesquisadas, foi possível perceber a presença de elementos narrativos comuns nas entrevistas dos policiais manifestantes. É o caso das narrativas dos praças quando se referem ao encontro do comandante da Polícia Militar com o governador na reunião onde foi acertado o aumento salarial exclusivo para os oficiais. As narrativas referentes a este fato compartilham uma espécie de “mito fundador”, presente na afirmação de que o comandante havia dito ao governador que ele poderia dar o aumento somente para os oficiais que ele segurava a tropa.

O conceito “mito fundador” foi trabalhado por Alessandro Portelli em alguns de seus textos. Entre eles “O melhor limpa-latas da cidade: A vida e os tempos de Valtèro Peppoloni”.²³⁴ Peppoloni era um morador de Terni, uma cidade italiana, que concedeu entrevista a Portelli. Apesar do artigo concentrar-se nas histórias de Peppoloni, a títulos de exemplos comparativos, Portelli refere-se também a algumas outras histórias, para mostrar como os relatos de outros moradores de Terni se relacionam e como coincidem com a história da cidade. Os relatos de Peppoloni estão repletos de elementos compartilhados. Ele conta, por exemplo, uma história de roubos de frutas na fazenda na qual eram meeiros (sua família). Portelli percebe que ao entrevistar outros moradores de Terni, encontrou também narrativas semelhantes, referindo-se a roubos de frutas naquele lugar, apresentando dessa forma, uma estrutura de mito fundador, como se esse ato, fizesse parte da história de vida pré-adulta dos moradores daquela comunidade, futura classe trabalhadora. Embora as outras histórias de roubo de frutas sejam diferentes, é possível atribuir um significado comum a essas histórias: o ato de rebeldia ou indisciplina. Em outro texto, “O massacre de Civitella Val diChiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum”, Portelli enfoca a importância dos mitos nas representações de determinadas culturas, descrevendo o mito da seguinte forma:

²³⁴ PORTELLI, Alessandro. *O melhor limpa-latas da cidade: A vida e os tempos de Valtèro Peppoloni, trabalhador*. In.: *Ensaio sobre História Oral*. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

... um mito não é necessariamente uma história falsa ou inventada; é, isso sim, uma história que se torna significativa na medida em que amplia o significado de um acontecimento individual (factual ou não), transformando-o na formalização simbólica e narrativa das auto representações partilhadas por uma cultura.²³⁵

Somente o governador do Estado e o Comandante Geral da Polícia Militar podem saber sobre a veracidade ou não dessa narrativa encontrada nas entrevistas. Entretanto, o mais importante nela não é sua fidedignidade ou não, mas sua representação para os praças.

Percebe-se nas memórias compartilhadas pelos policiais que esse “mito fundador” inflamou os ânimos da tropa, fazendo com que eles se sentissem traídos e desamparados por aqueles que, hierarquicamente falando, têm o dever de protegê-los, como manifestou sargento Alves ao comparar a relação do praça com o oficial à do pai com o filho, que nesse caso foi abandonado: “Então, eu entendi como uma traição, é como um pai que deveria cuidar do filho e acabou jogando na rua, foi o que aconteceu conosco”. Esse “mito fundador” foi o estopim para a eclosão das manifestações de 1997. A frase “nós seguramos a tropa” repetida por vários policiais e que tem a estrutura de um “mito fundador” aparece nas narrativas de praças de formas expressivas diversas. O termo “traição” reporta a uma questão moral. No testemunho publicado do cabo Bibiano Alex Rocha, encontramos o mesmo tipo de narrativa, que caracteriza a atitude dos coronéis como traição e crueldade: “Os coronéis sem pensar na coletividade, e pior, de maneira cruel e traidora, dizem ao governador: ‘Senhor governador, pode dar o aumento, nós seguramos a tropa’”.²³⁶

Em uma instituição em que seus membros se definem como um “corpo unido”, constatar que os coronéis, que representam a cabeça desse corpo, aceitaram melhoria salarial somente para eles deixando os praças de fora ou para posteriormente, foi no olhar desses praças um grande golpe, uma traição, um desamparo diante das situações precárias de vida e de trabalho pelas quais eles passavam e há algum tempo vinham reclamando, sem serem ouvidos. As narrativas referentes ao aumento exclusivo para os oficiais foram marcadas por revoltas e exaltações nas vozes durante as entrevistas, revelando a representatividade do mito fundador na subjetividade dos entrevistados.

Em outra entrevista sargento Alves com expressão de indignação apresenta sua visão apelando para a questão moral novamente: “As pessoas que tinham acesso ao comandante não

²³⁵ PORTELLI, 2006, op. cit., pp 120–126.

²³⁶ ROCHA, op. cit., p. 89.

tiveram a hombridade, faltou, com todo..., se é que merece respeito..., eu posso dizer a seguinte palavra que define homens como esses aí, é covarde!” Em uma entrevista concedida a mim, o cabo Silas explica:

Dentro de um grupo assim, a notícia espalha muito rápido, é que um oficial com a função de comando, havia dito ao governador que ele poderia ficar tranquilo, pra ele ficar tranquilo que a tropa, não! Pode dar o aumento pra gente, que a tropa a gente segura, e ocorre totalmente ao contrário, né?

Ao afirmar que “ocorre ao contrário”, cabo Silas refere-se ao fato dos praças partirem para as ruas para manifestarem suas indignações após o aumento exclusivo dado aos oficiais e estes não conseguirem impedir as manifestações públicas. Essa estrutura de um “mito fundador”, presente nas narrativas dos praças quando referem-se às negociações do Comando da PMMG com o governador do Estado de Minas Gerais, parece estar entre as causas do movimento dos policiais militares, dessa forma, tal causa transpõe a esfera econômica. O problema salarial que está relacionado a este fato, e que compõe importante contexto dos acontecimentos, apresenta um sentido moral no movimento que criou uma consciência de grupo que fez com que eles se mobilizassem.

Tenente Carvalho lembrou-se da passagem do acordo salarial utilizando-se do valor moral da dignidade narrando da seguinte maneira: “... se desse aumento pro oficialato, eles seguravam a tropa no regulamento. E desde quando segurar a praça no regulamento segura dignidade social né?” O valor moral da dignidade foi muito lembrado pelos praças ao referir-se a passagem da negociação do comandante com o governador.

“Três dias antes, milha filha precisava levar uma fruta para fazer uma salada na escolinha, e eu não tinha um centavo para lhe dar. Fui para a passeata... Eu sabia do risco, tive medo da exclusão, mas a nossa dignidade está acima de qualquer coisa. Eu não podia aceitar um aumento só para os oficiais” (Sargento Bravo).²³⁷

Alvito, em seu estudo sobre a favela de Acari constatou que nas representações dos moradores, os bons chefes do tráfico haviam abraçado a atividade ilegal em nome da honra e afirma ainda, que naquela sociedade “tudo é moral, tudo visa à honra ou a desonra”²³⁸. Esse pressuposto está presente também nas narrativas dos praças, sendo o tempo todo permeada pela questão moral. Outro bom exemplo é a narrativa do cabo Silva que manifestou sua indignação da seguinte forma:

²³⁷ ALMEIDA, 2010, op. cit.p. 274.

²³⁸ ALVITO, Marcos. Homens e meninos. In.: *As cores de Acari: uma favela carioca*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2001. p. 243.

E nós ficamos sabendo o seguinte: que **a parte de cima** tinha tido aumento e **a parte de baixo** não, não ia, não ia ter aumento. E que, o pessoal, que estava em cima, falou o seguinte: que eles poderiam ter aumento tranquilo, que a tropa eles seguravam. Só que eles, só que eles, não contaram com isso aí, né? Porque eles seguram entre aspas, porque eu sou subordinado hierar..., hierar..., hierarquicamente, subordinado, mas só que, como homem eu não sou subordinado a ninguém não. Graduado eu sou subordinado, mas, como homem não! **Não tenho subordinação como homem não!** E foi aí que surgiu isso aí. (Negrito da autora)

Na narrativa acima, percebe-se que— “a parte de cima” – ou seja, o Comando da PM, quebrou o pacto de honra, deixando de zelar pela proteção da tropa subordinada a ele, o que serviu de justificativa para que os praças quebrassem a hierarquia e a disciplina. Pitt-Rivers afirma que “a honra é um estado moral que provém da imagem que cada um tem de si”.²³⁹ A honra abalada é percebida na expressão “como homem eu não sou subordinado não”. Bourdieu²⁴⁰ afirma que a honra como sentimento e prática revela como os atores sociais orientam suas ações e reagem às dos outros. Na mesma linha segue Pitt-Rivers²⁴¹ quando ressalta que a honra é um sentimento motivador de conduta e que embora individual ela pode ser também coletiva e se fixar em um grupo social que no caso aqui abordado são os policiais militares. E em nome dessa honra coletiva ocorreram as manifestações: “E foi aí que surgiu isso aí”, ou seja, eles buscaram afirmar a honra, diante deles mesmos, e da sociedade através das manifestações públicas naquele movimento. Como coloca Pitt-Rivers apud Alvito,

Honra é o valor de uma pessoa ao seus próprios olhos, mas também aos olhos da sociedade. É a estimativa de seu próprio valor ou dignidade, pretensão ao orgulho, mas também o reconhecimento dessa pretensão, sua excelência reconhecida pela sociedade, seu direito ao orgulho.²⁴²

As partes que compõem um todo, representadas pelos oficiais “a parte de cima” e os praças a “parte de baixo” formam um corpo. Acredito que os praças sentiram que o *espírito de corpo*, que favorece “a elaboração de fortes sentimentos de união e cumplicidade”²⁴³ e que está presente na formação e atuação do policial militar, havia sido abalado. Isso ocorreu quando em negociação com o governo do estado de Minas Gerais, o Comandante Geral da PM aceitou o aumento exclusivo, como foi colocado pelos praças. Dessa forma ele quebrou a camaradagem, a solidariedade, o sentimento de unidade e de cumplicidade de seus pares, que

²³⁹ PITT-RIVERS, Julian. A doença da honra. In: GAUTHERON, Marie. *A honra: imagem de si ou dom de si – um ideal equívoco*. Porto Alegre: L&PM, 1992. p. 18.

²⁴⁰ BOURDIEU, Pierre. O sentido da honra. In: *Esboço de uma teoria da prática*. Precedido de três estudos de etnologia cabila. Oeiras-Portugal: Celta Editora, 2002. pp. 05-35.

²⁴¹ PITT – RIVERS, op. cit.

²⁴² ALVITO, op. cit. p. 241.

²⁴³ MUNIZ, op. cit. p. 97.

fazem parte dos princípios e dos valores incorporados pelo indivíduo no período de formação de um policial militar. Esse corporativismo foi ressaltado por cabo Silas como um importante componente presente na Polícia Militar e em relação a essa questão ele explicou que “o espírito de corpo é..., eu não existo como um soldado único”. Para os praças, os oficiais não agiram como um corpo unido, não agiram como cabeça desse corpo. A narrativa do sargento Fernandes na epígrafe que abre esse capítulo expressa bem essa ideia na expressão “Eu sou subordinado, passando necessidade, passando fome, mendigando, e aceitar uma coisa dessa, ele é covarde, ele não é comandante não, nem líder, porque comandante e líder é diferente, ele conhece sua tropa, sabe onde está sua tropa e defende o interesse da sua tropa”. Percebe-se aqui que a ideia de desamparo aparece mais uma vez. Foi por isso, que segundo eles teriam ocorrido as manifestações: “Então, eclodiu esse movimento reivindicatório, né?” (Sargento Fernandes). Os oficiais romperam com valores éticos fazendo com que os praças rompessem com a hierarquia e com a disciplina. Ao perguntar sargento Amaro sobre os valores que na opinião dele eram os mais importantes na PMMG ele respondeu: “acho que a honra, a lealdade, a disciplina”. A disciplina foi esquecida pelos praças quando os oficiais esqueceram da lealdade à sua tropa levando os praças à desobediência, à indisciplina.

Subtenente Mauro expõe os fatos referente as negociações do governador com o Comando da seguinte maneira:

Mas, dentro do prédio existiam oficiais sem estrelas, eles abandonavam seus galões, eles jogavam suas estrelas fora pelo solo, eu nunca, eu nunca, eu nunca arrancaria minha divisa do meu braço. Eu dou muito valor a minha vida militar de honra e de glória de caveira que eu sou. Não tenho rancor do que eles fizeram comigo, eu sou militar, em tempo de guerra eu seria fuzilado, enforcado como um rebelde, esquartejado igual Tiradentes, eu sei disso, mas o fato de eles terem roubado, é muito mais feio do que você lutar em prol de uma causa justa.

Para narrar o episódio, subtenente Mauro se reportou aos significados dos símbolos e insígnias militares como *estrelas*, *galões*, *divisa* e *Tiradentes* para ressaltar a sua visão de que a honra militar foi ferida no ato que ele entendeu como vergonhoso para um policial militar: “existiam oficiais sem estrelas, eles abandonavam seus galões, eles jogavam suas estrelas fora pelo solo, eu nunca, eu nunca, eu nunca arrancaria minha divisa do meu braço. Eu dou muito valor a minha vida militar de honra e de glória de caveira que eu sou”. Ele considerou a atitude dos oficiais como um roubo e usa desse argumento para justificar as atitudes dos policiais que saíram às ruas para manifestarem, mas, apresenta também de certa forma uma ideia de culpa por ter errado enquanto militar: “eu sou militar, em tempo de guerra eu seria

fuzilado, enforcado como um rebelde, esquartejado igual Tiradentes, eu sei disso”, mas em seguida ele afirma que o movimento foi justo e ameniza a culpa: “mas o fato de eles terem roubado, é muito mais feio do que você lutar em prol de uma causa justa”.

Mais uma vez as narrativas dos praças manifestantes apontam que a indisciplina foi provocada pelos oficiais após estes terem quebrado alguns valores da caserna. Na visão dos praças o seu superior não era aquele que apenas dava ordens, mas aquele que buscava atender as necessidades de seus comandados. Portanto, justificam a desobediência aos regulamentos manifestos nas ações de junho de 1997 pelo desrespeito dos oficiais a determinados princípios e valores ensinados nos quartéis, como a lealdade, o respeito e a honra.

O movimento reivindicatório dos praças da Polícia Militar de Minas Gerais pode ser caracterizado como um movimento social, político e cultural. A partir do rompimento dos valores éticos pelos dirigentes da PM foi desencadeado o movimento que mudou a estrutura da PMMG e repercutiu em todo o Brasil deixando feridas abertas até os dias de hoje.

3.4. Memória traumática: Luto, dor, frustração e esperança

Os maiores ressentimentos com os acontecimentos de junho de 1997 na PMMG certamente referem-se às exclusões, a morte do cabo Valério e ao que os praças entrevistados consideram como “traição dos coronéis”, assunto já abordado aqui.

Em relação às exclusões, as narrativas quase sempre foram marcadas por muita emoção dos entrevistados que perderam seus empregos. A maioria afirmou terem passado grandes dificuldades. Muitos procuraram empregos no setor de segurança e passaram a receber ajuda de parentes. Como mostrado na epígrafe, sargento Alves narrou sua exclusão como um pesadelo. O momento do recolhimento de suas fardas e da carteira de identidade de beneficiários do Instituto de Previdência dos Servidores Militares do Estado de Minas Gerais (IPSM) dos filhos foram narrados algumas vezes com lágrimas, pausas e suspiros nas falas.

O mais difícil foi quando eles chegaram para mim e me entregaram esta notificação dizendo dessa forma: “sr. Sargento Alves amanhã você... (pausa – choro) não precisa voltar mais. Eu vou na sua casa pegar a carteirinha sua e da sua esposa, do seu menino... Você está com a carteirinha do IPSM?” Eu disse: “Não, não estou”. “Eu vou lá buscar a carteirinha com você”. Eu, eu praticamente fui escoltado. Parecia que o subtenente recebeu orientação de tomar cuidado comigo para eu não... talvez me suicidar... eu não sei. Eu não tinha essa intenção. Aí, foi ruim para mim que tive que entregar minha carteira... (pausa – choro). Eu não carregava a arma do

quartel. Tive que entregar o cinto de guarnição. É o que a gente tinha. Tinha que entregar tudo que identificava. E aí, naquela noite praticamente a gente não dormiu.

Cabo De Sal retratou esse momento da seguinte maneira:

No momento que eles falaram para mim que eu estava excluído, parecia que tinham tirado o meu chão. Eu não acreditava. Pediram a minha carteira funcional de polícia. Eu era casado à época, tinha meu filho. Eu tive que devolver a carteira de saúde, de benefícios do Hospital Militar do meu filho e esposa. Meu filho tinha quatro anos, precisando de assistência hospitalar e me tomaram a carteira. No mesmo dia foram querendo tudo, aquilo ali para mim foi uma humilhação muito grande, um impacto muito grande. Eu senti muito, porque a Polícia Militar para mim não era só um emprego, era um dom, era uma coisa que eu almejava desde adolescente: ser um policial militar. Eu estava perdendo tudo, minha carreira indo por água abaixo, por uma luta com os meus colegas.²⁴⁴

Além da dor da exclusão, cabo De Sal falou também em *vergonha* diante das pessoas que iam dirigir-se a ele com um olhar diferente:

No dia da exclusão eu fui para casa muito abalado, chorei muito. Fiquei em casa uns três a quatro dias. Um dia eu era um policial militar respeitado no meu bairro, eu fiquei com vergonha, não tinha cara para sair. Acreditava que muitos amigos iriam me olhar diferente, a sociedade iria me olhar diferente, eu sentia que tinha perdido mais que um emprego. O policial militar tem um treinamento, uma visão, o militarismo, a amizade. Somos cobrados. Quando fui excluído me senti arrasado, acabado. Chegando em casa, eu não queria jantar. No outro dia, eu já não queria almoçar... só pensava nisso. Aquilo virou um inferno na minha vida, demorei a colocar os pés no chão... até as coisas chegarem no lugar. Foi um momento muito difícil para mim.²⁴⁵

Os bombeiros que participaram do movimento receberam anistia em 1999 no governo de Itamar Franco, porém, em relação aos praças da Polícia Militar essa anistia não foi completa, pois, eles foram reintegrados no Corpo de Bombeiros que foi separado da Polícia Militar. Alguns policiais afirmaram gostar de serem bombeiros, embora inicialmente tenha sido difícil a adaptação. Mas, a maior parte deles se sente insatisfeitos por não terem voltado para a Polícia Militar. Em relação a essa questão, o cabo Júlio explicou:

Hoje existe uma grande frustração em 80% dos anistiados, pois foram reintegrados ao Corpo de Bombeiros e não à PM. O trabalho de um bombeiro é completamente diferente de um policial. O policial pega em armas, troca tiros, dá tiro em bandido, sobe na favela... e o bombeiro não. O bombeiro fica em um sistema aquartelado, sobe em altura, tem que nadar (e tem policial reintegrado que tem medo de altura, que não sabe nadar). Então, 80% dos nossos policiais que foram anistiados são extremamente frustrados por estarem no Corpo de Bombeiros. Por outro lado entendemos o seguinte: melhor estar no Corpo de Bombeiros, ter o emprego, o salário de volta do que não ter nada. Mesmo assim são frustrados. O próprio Comando do Corpo de Bombeiros aproveitou a situação: eles sempre tiveram o

²⁴⁴ ALMEIDA, 2010, op. cit. p. 269.

²⁴⁵ Ibid., p. 270.

sonho de ser uma corporação independente, pois eles sempre formaram uma subunidade da Polícia. O bombeiro sempre foi, naquela época, o local para onde a Polícia mandava todos os indisciplinados, era cultural.²⁴⁶

A frustração por estarem no Corpo de Bombeiros pode ser verificada na narrativa do sargento Ferreira também presente na epígrafe que abre esse capítulo: “Eu acho que eu fui punido, né? Porque eu tô no Bombeiro. É..., eu gostaria de tá na PM”. Estar no bombeiro é uma punição para o sargento, visto que, seu desejo é o retorno para a Polícia Militar. Para esse sargento não houve anistia. Para cabo De Sal a anistia “foi incompleta, não foi uma anistia, pode-se usar outro termo e não anistia, porque anistia é perdoada, é um perdão de todos os seus atos, de todos os acontecimentos: eu deveria voltar para a minha corporação anterior”.²⁴⁷

Sargento Alves foi taxativo em dizer que o movimento não foi bom para ele e que abriria mão das conquistas que obteve para sair do Corpo de Bombeiros e ser um policial militar novamente.

O choro nosso de 97, o nosso clamor foi uma vitória muito grande para todos que ficaram na PM, que são PMs e que ficaram na PM. Os que são bombeiros e ficaram no Bombeiro. Vou deixar bem claro! Foi ótimo para essas pessoas! Para os bombeiros que ficaram no Bombeiro e para os PMs que ficaram na PM. Mas nós que somos PMs e estamos no Bombeiro não foi legal. Eu prefiro abrir mão do meu salário. Eu prefiro abrir mão da minha graduação. Eu devolvo a minha divisa de sargento para ser cabo da Polícia. Quero deixar bem claro que eu não gosto disso. Eu não nasci para isso.

Embora afirme terem tido muitas conquistas, o movimento gerou em alguns casos traumas, ou seja, danos emocionais deixados pelos resultados do movimento reivindicatório. O cabo De Sal em entrevista a Almeida ressaltou seu desejo de retornar à Polícia Militar e as consequências negativas que o movimento trouxe para a sua vida pessoal: “Toda essa questão de vir para o bombeiro, de adaptação, atrapalhou muito a minha vida... me separei, ao longo do tempo, houve muitas confusões em casa, relacionamento interpessoal, relacionamento com amigos”. Também falou das dificuldades que teve por estar trabalhando sem vocação e os resultados disso em seu desempenho no trabalho:

No ano de 1997 tive um desgaste muito grande. Eu sinto que envelheci quase 10 anos, após 97. Desgaste psicológico, muitos problemas, questão de adaptação. O problema é fazer uma coisa que você não está habituado, você não tem afinidade. E você ter aquela esperança de retornar à Polícia Militar e não acontecer. Você, no bombeiro, passando por dificuldades por não fazer alguma coisa. Você é taxado, “você não sabe fazer”.²⁴⁸

²⁴⁶ ALMEIDA, 2010, op. cit. 248.

²⁴⁷ Ibid.

²⁴⁸ Almeida, 2010, op. cit. p. 270.

A narrativa acima mostra o impacto que o movimento causou na vida pessoal do cabo: dores e danos emocionais e psicológicos, além das dificuldades de adaptação em um trabalho no qual ele não escolheu. Cabo De Sal demonstra também não ter aptidão para a nova profissão sofrendo dessa forma discriminação por não desempenhar bem o papel de bombeiro militar. A narrativa revela ainda que cabo De Sal se enquadra no grupo de policiais reintegrados que têm “esperança de retornar à Polícia Militar”. O cabo afirma só estar no Corpo de Bombeiros para não ficar sem emprego, e, assim como sargento Ferreira, ele não se sente anistiado e sim injustamente punido:

Eu não me senti anistiado. Eu me sinto punido injustamente por uma coisa justa que melhorou para todo mundo, e que hoje é reconhecidamente público que foi justo, trouxe melhorias, que mudou para melhor o Corpo de Bombeiros e a Polícia Militar.²⁴⁹

Além disso, lamenta carregar o rótulo de “anistiado” e “grevista”, embora reconheça a importância do movimento, ressalta que ele foi traumático e faz menção novamente a sua esperança de voltar à Polícia Militar:

A greve de 97 foi muito traumática. Nós, praças, fomos punidos, taxados até hoje. Aqui dentro do Corpo de Bombeiro eu carrego a mesma cruz: ser taxado como “grevista” e como “anistiado da Polícia”. Alguma missão não me é confiada por eu ter participado da greve, por eu ser grevista, isso acontece até hoje. É o preço que a gente paga. Porém somos respeitados, por termos colocado nossa cara, por termos lutado, por termos trazidos melhorias. Muitos reconhecem isso. Eu tenho o desejo ainda de voltar para a Polícia Militar, de fazer o que eu sempre gostei, e sempre quis desde pequeno.²⁵⁰

Sargento Soares contou-me das dificuldades que teve para adaptar-se ao Corpo de Bombeiros e o que isso significou em sua vida. Ele realça a ideia transmitida por alguns praças entrevistados de que já era vontade do Corpo de Bombeiros a separação.

Aqui é muito pior. Então, o sonho dos caras era a separação pra que acabasse isso, porque o oficial quando não dava certo na polícia, mandavam pra cá. Aí a carne de pescoço que não servia lá, então, o cara vinha pra cá, não tinha conhecimento nenhum do bombeiro, ele chegava, mandava e desmandava. Isso é o que mexeu muito comigo. Eu vim pra cá zerado, eu tive que aprender a nadar, tive que aprender a mexer com altura, tive que aprender sobre medicamentos, tive que aprender a ter controle diferenciado, porque até então eu olhava no olho, tentava fazer aquele tipo de pergunta, pra saber se o cara era vagabundo, se não era vagabundo. Hoje o cara chega ali, eu tô atendendo a vítima e ele está fumando maconha, está cheirando do meu lado, mas o que eu tenho a ver com ele, eu tô por conta da vítima. Hoje minha visão é totalmente diferente, mexeu muito comigo, muito com minha vida, eu tive que readaptar ao serviço militar.

²⁴⁹ Ibid.

²⁵⁰ Ibid., p. 271.

Segundo contou-me sargento Soares, durante os seus dois primeiros anos no Corpo de Bombeiros, ele não se empenhava na profissão, pois, sonhava voltar para os quadros da Polícia Militar:

Então isso mexeu muito comigo, não só do lado profissional, como no ego também. Então eu falava: ‘eu não sou mais ninguém, bombeiro não prende, bombeiro não faz isso, bombeiro não faz aquilo...’ Aí eu ficava em casa deprimido, aí eu pensava em voltar: ‘eu vou voltar, vou voltar?’... Na visão do bombeiro, salvar vida é maravilhoso, é digno, e eu acho digno. Hoje eu acho isso. Na época eu pensava no vagabundo, eu não pensava no cidadão como vítima, eu pensava em prender o vagabundo, eu fui treinado pra isso, pra prender vagabundo.

Porém, após esse tempo e influenciado pelos conselhos do pai que é policial aposentado, ele desistiu da ideia. Seu pai dizia que ele estava bem no corpo de bombeiros e que era para esquecer a polícia. Então, ele habituou-se à nova instituição, mas, afirmou que a PM ainda mexe com ele.

... eu tive que esquecer esse passado, pra eu tornar bombeiro. Hoje eu posso falar, eu sou um bombeiro. Porque não tem como. Eu tô aqui há 12 anos, o dobro que eu tinha na polícia. Esse ano eu faço 13 anos aqui. Então, não tem como eu falar que sou polícia. Se me perguntarem: o sangue ainda ferve? Corre nas veias? Claro que ferve, corre na veia.

Muito marcante foi a entrevista do subtenente Mauro que contou sua experiência no movimento reivindicatório como sendo literalmente traumática. O policial emocionou-se durante toda a entrevista e a todo o momento em que narrava, ressaltava seu amor ao Grupo de Ações Táticas Especiais (GATE), a Tropa de Elite da Polícia Militar de Minas Gerais, grupo no qual fazia parte em 1997. Segundo o subtenente, após o movimento ele foi levado para uma clínica psiquiátrica em Belo Horizonte. Ao perguntar sobre o porquê de sua internação, ele respondeu:

Eu acredito que depois que eu vi o Valério com aquele tiro na cabeça atravessado, é..., deu um..., pra mim, eu que defendi a Polícia Militar, eu não entendi muito aquele, aquele outro militar atirando naquele policial, um outro policial, um outro policial atirando em um polícia! Nós nunca atiraríamos um no outro, se fosse assim como é que a gente vai para a guerra? Se eu não confio em você eu te mato, então, que honra você tem? E o seu juramento? O cara usa a mesma farda que você, foi treinado nos moldes, ele é uma parte sua, você tem que dar a sua vida pra salvar a vida de outro, você dá a vida pra salvar pessoas que você nem conhece, imagina seu irmão de farda, aquele que trabalha dentro da viatura com você, como é que você vai matar uma pessoa dessa? Como é que você tem coragem de matar um anjo? Ele é um covarde!

Percebe-se aqui que essa memória traumática relaciona-se também ao luto. Dezesseis anos após as manifestações de 1997 a memória do movimento através dos depoimentos dos

praças demonstra carinho, lamentações e dor pela morte do cabo Valério. A narrativa do subtenente Mauro mostra que o trauma foi causado não somente pelo luto em si, mas por todo o contexto em que ocorreu a morte do cabo Valério. Nessa narrativa é ressaltado mais uma vez os valores institucionais como a honra: “que honra você tem?” ou “Ele é um covarde”; o corporativismo: “ele é uma parte sua”; a camaradagem e a solidariedade fraternal: “imagina seu irmão de farda, aquele que trabalha com você dentro da viatura” ou “eu não entendi muito aquele, aquele outro militar atirando naquele policial” e o pronto cumprimento do dever: “E o seu juramento?” ou “você dá a vida pra salvar pessoas que você nem conhece”. Esses valores estavam tão interiorizados no policial entrevistado que o rompimento desses valores lhe causou descontrole emocional levando-o à internação. O subtenente Mauro ao receber-me para a entrevista comentou que nunca imaginou que alguém o procuraria para ouvir sua história, já que, como ele mesmo colocou, era “conhecido como ‘o louco’”. Em um momento na entrevista ele lamentou por

... ser o louco que ninguém acredita na minha história. Minha história não passa porque eu sou o atirador do dia, eu vi tudo acontecendo através da minha luneta, não tem ninguém que aceita a minha história, por isso que eles me tem como Mauro, o louco, e essa loucura me faz viver.

Quando o subtenente Mauro pronunciou essas palavras ele referia-se ao fato de ter visto o assassino do cabo Valério que curiosamente ele afirmou não ser o soldado Wedson, considerado culpado nem o coronel Eleotério, acusado pelos praças. Embora ele, segundo suas próprias palavras seja considerado louco, encontrei uma outra narrativa que também contrariou o consenso geral de que o autor do disparo seja o soldado Wedson ou o coronel Eleotério. Mas, não quis entrar em detalhes afirmando: “Eu não posso ficar falando muito não, tá? Isso eu não posso ficar falando muito” (Tenente Carvalho). Subtenente Mauro, embora muito descontrolado emocionalmente recusou-se a interromper a narrativa quando lhe perguntei se gostaria de parar. Ele foi indicado por três policiais para a entrevista. Nas indicações houve elogios ao profissional competente que ele foi na Polícia Militar confirmando a sua auto avaliação durante a entrevista. Embora ele tenha ressaltado que era conhecido como *o louco*, estava ainda na ativa no Corpo de Bombeiros trabalhando no setor de armamentos. Um dos policiais que me indicou a entrevista contou-me que naquele momento o subtenente recebia ajuda da esposa que o levava para a igreja para apaziguar a dor que o movimento lhe causou.

Atualmente alguns policiais estão entrando na justiça requerendo o retorno à Polícia Militar. Sargento Alves, um dos participantes do movimento que foi excluído, anistiado e reintegrado como Bombeiro Militar, contou-me que estava com um processo judicial pretendendo retornar para a Polícia Militar. Segundo o sargento, um amigo dele que também entrou na justiça com um processo semelhante pouco tempo antes de nosso contato, havia ganhado em Primeira Instância e por isso ele estava cheio de esperanças. O sargento deixou transparecer toda sua esperança na rede social em que mantivemos os contatos iniciais. Antes de qualquer resultado, ele retirou de seu perfil a informação de que era um Bombeiro Militar, substituindo pela profissão de Policial Militar e postou uma foto em que estava fardado e com seu filho nos braços. Esse fato mostra o quanto o movimento e principalmente sua repercussão foi delicada marcando fortemente o emocional desses praças.

A morte do cabo Valério foi narrada ora com revolta, ora com emoção, ora com acusações. Algumas vezes a pausa e o silêncio fizeram-se presentes ao abordar o fato que mesmo antes de qualquer pergunta relacionada ao assunto era trazida à tona nas narrações. Tenente Carvalho acredita que aqueles tiros foram desnecessários e fruto de vaidade: “Porque eu acho que todo esse dinheiro que todo mundo ganhou até hoje, não vale a vida do Valério para os filhos dele. Não precisava de ter chegado... Falta de estratégia e excesso de vaidade”. Nenhum praça entrevistado acredita que o soldado Wedson Gomes foi o autor do disparo que matou o cabo Valério, da mesma forma que não acreditam que ele tenha morrido no dia 28 de junho, mas sim logo após o disparo: “Quando vi o cabo Valério no chão, com a minha experiência deu para perceber que ele já tinha morrido. Tinha um buraco de todo tamanho no crânio” (Sargento Maurício).²⁵¹ Sargento Milton assim como outros praças acredita que “eles ficaram segurando a morte dele aqueles dias todos justamente pra não deixar o caldeirão ferver mais ainda. Mas eu acredito que ele morreu naquele dia mesmo.”²⁵²

As negociações entre praças e governo encerraram-se com o luto. A morte do cabo Valério apaziguou as manifestações e o tornou herói, o mártir do movimento reivindicatório dos praças, pois quando recebeu o tiro estava em pé próximo a uma pilastra na entrada do Comando Geral da PM pedindo calma aos manifestantes. No blog do subtenente Gonzaga, um dos integrantes da Comissão de Negociação, foi postado a seguinte frase: “Que junto de Deus, no local reservado aos mártires, você possa estar também nos acompanhando”. E relembando os episódios de 1997 o blog informou: “Há quinze anos morria heroicamente o

²⁵¹ Ibid., p. 255.

²⁵² Ibid., p. 286.

cabo Valério, assassinado pelo Governo de Minas que ousou desafiar a coragem e a capacidade dos praças”. Portanto, a memória do movimento também está associada ao luto pela morte do cabo Valério. Essa memória foi materializada e está sendo preservada pela Associação de Praças (ASPRA – PM/BM) que homenageou o cabo Valério com um busto e uma placa com os seguintes dizeres: “Heróis são muitos, até anônimos. Mártir somente um: cabo Valério. ‘Seu sacrifício apressou o dia em que nós militares estaduais viveremos em plena cidadania’”.

TRIBUTO AO CABO VALÉRIO, ASSASSINADO NA GREVE DE 97 DA PMMG



Imagem retirada de: http://www.blogdarenata.com/2012_06_24_archive.html

3.5. Cabo Júlio e Sargento Rodrigues: Da liderança dos praças às cadeiras legislativas

O cabo Júlio e o sargento Rodrigues, participantes da Comissão de Negociação do movimento e considerados pela mídia como líderes, elegeram-se com votação expressiva nas eleições em 1998 para a Assembleia Legislativa. Cabo Júlio e sargento Rodrigues elegeram-se pelo Partido Liberal (PL), o primeiro para deputado federal conquistou 217.087 votos e o segundo para deputado estadual com 74.593 votos. Ao falarem do movimento de 1997, ambos, políticos acostumados a discursarem e a concederem entrevistas, apresentaram narrativas engajadas e voltadas para questões de direitos e cidadania.

Segundo cabo Júlio, ele nunca havia pensado em ser candidato, mas acreditou que a única forma de barrar as exclusões era encontrar uma nova forma de se organizar politicamente. Afirmou que vários partidos começaram a procurar a ele e ao sargento Rodrigues: “Eu estava excluído da PM: sem dinheiro para a campanha. Era difícil fazer uma campanha para deputado federal. A ideia deles foi: você que ganhou mais espaço na mídia,

vai ser candidato a federal. O Rodrigues e o Moraes, que ganharam menos espaços, vão ser estadual”.²⁵³

Para ser candidato a qualquer cargo era exigida à filiação há pelo menos um ano em algum partido. Entretanto, ao policial militar era proibida a permanência na filiação a partido político, podendo, caso quisessem se candidatar a cargos políticos, filiar-se três meses antes. Sobre a proibição à filiação partidária aos policiais militares, cabo Júlio explicou o seguinte: “O que a polícia pensou: Não podemos excluir antes de outubro, porque se excluir, ele vira civil e filia a um partido. Se a gente excluir um dia depois de outubro, já venceu o prazo, daí eles não poderão ser candidatos”.²⁵⁴ “Diante dessa situação, nas palavras de cabo Júlio, eles conseguiram dar “um chapéu” na administração da PM”. Contando que seriam excluídos eles articularam-se da seguinte maneira: “Por debaixo dos panos’, eu, o Rodrigues e o Moraes fomos ao partido e nos filiamos. A pena para quem se filiasse era ser excluído, nós já éramos. Quando a Polícia nos excluiu, nós já estávamos filiados”.²⁵⁵

O sargento Rodrigues, diferentemente do cabo Júlio já possuía uma trajetória na vida política partidária, pois em 1996, havia disputado a eleição para vereador de Belo Horizonte. Embora não tenha conseguido se eleger, conseguiu 2674 votos pelo Partido da Mobilização Nacional (PMN), o que para ele foi uma conquista: “prova da minha capacidade de agregar para dentro das urnas”²⁵⁶, pois se candidatou “sem ter comitê, sem mandar carta pra ninguém. Eu tinha só o respeito. A liderança que a gente exercia. Meus votos foram dos companheiros da corporação”.²⁵⁷

Tanto cabo Júlio quanto o sargento Rodrigues afirmaram terem tido muitas dificuldades nas campanhas, recebendo ajuda de amigos e políticos. Sargento Milton, assessor parlamentar do sargento Rodrigues, em relação às dificuldades financeiras para a campanha e à filiação e candidatura pelo Partido Liberal (PL) contou que “o José Alencar ajudou a gente na campanha; na época o Newton Cardoso também ajudou, levou a gente pro PL”. Em uma entrevista ao *Observatório da Imprensa*, cabo Júlio, justifica a escolha pelo Partido Liberal (PL) da seguinte maneira:

²⁵³ Ibid., p. 245.

²⁵⁴ Ibid.

²⁵⁵ Ibid.

²⁵⁶ Ibid., p. 231.

²⁵⁷ Ibid.

Quando se cogitou que eu poderia ser candidato, eu recebi 17 convites. Partidos de direita, partidos de esquerda, partidos de centro. E os partidos pequenos não nos aceitaram, porque eles corriam o risco de eleger um só candidato. Por exemplo, o sargento Rodrigues me chamou para o seu partido, o PMN, mas não me aceitaram porque só faziam um candidato. Partidos grandes, como o PMDB e o PFL, também me convidaram, mas corriam o risco, não imaginávamos que teríamos 217 mil votos, de poder servir de legenda para outros. Nós tivemos que procurar um partido de porte médio, como o PL, um partido mais voltado para o centro.²⁵⁸

Percebe-se assim que a filiação ao Partido Liberal (PL) não foi por convicção ideológica, mas, por uma questão financeira vinculada por uma preocupação com a legenda, reforçando assim, a ideia da pouca politização dos praças. A preocupação era com o número de votos que poderiam dar a eles a vitória nas eleições.

Cabo Júlio foi eleito deputado federal em 1998 e em 2002 foi reeleito, contudo, ao tentar o terceiro mandato, depois de ter seu nome envolvido na “Máfia das Ambulâncias”²⁵⁹ não conseguiu vencer as eleições. Pertence a uma família de militares, é politizado, bem articulado e com uma boa retórica, que em grande parte se deve ao fato de ser pastor de igreja e estar constantemente falando em público. Cabo Júlio foi considerado pela mídia e por muitos outros policiais como o principal líder do movimento reivindicatório dos praças da PMMG em 1997. Em diversas entrevistas ele insiste em dizer que não foi o idealizador do movimento. Mesmo porque ele afirma que o movimento “não foi planejado ou idealizado, pois se assim o fosse, o serviço de informação da PM (P2), certamente o abafaria”. O que aconteceu segundo o cabo “foi uma explosão natural e espontânea de uma classe esquecida e massacrada”.²⁶⁰ Em sua propaganda política nas eleições à Assembleia Legislativa, cabo Júlio também explorou bastante o fato de ser pastor evangélico. Segundo ele acredita o fato que o tornou líder foi sua credibilidade junto à tropa principalmente por ser religioso: “Porque, na época, eu tinha um trabalho dentro do quartel; já tinha uns cinco anos que eu havia me convertido, então, eu ajudava policiais com problemas, eu fazia orações nos quartéis. Eu tinha bom trânsito com todos do quartel”.²⁶¹

Em seu testemunho publicado, cabo Júlio apontou uma série de motivos que tornavam as condições de vida e de trabalho difíceis. Quando foi expulso afirmou ao jornal *O Tempo*:

²⁵⁸ CAMARGOS, Isadora Braga, MORAIS, Mariana Ramos de. *Entre a Liberdade e o controle*. Observatório da Imprensa, 05 dez., 1998. Disponível em: <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/showNews/iq051298a.htm>>. Acesso em: 22 jun. 2013.

²⁵⁹ Também conhecido como “Escândalo dos Sanguessugas” ocorreu em 2006. Refere-se à descoberta de uma quadrilha que desviava dinheiro público destinado à compra de ambulâncias.

²⁶⁰ GOMES, Júlio César. *O dia em que a polícia parou: a verdadeira história da greve da polícia mineira que parou que parou o Brasil*. Belo Horizonte, 2002. p. 08.

²⁶¹ ALMEIDA, op. cit. p. 244.

“Nós demos um grito para mostrar que os policiais estavam passando fome e por isso fomos penalizados” (*O Tempo*, 13 de dezembro de 1997). Em um dos capítulos do livro intitulado “Aumento às escondidas”, cabo Júlio relatou acerca da reunião dos coronéis do Alto Comando com o governador do Estado. Em sua narrativa também se encontra o episódio que foi repetido nas várias entrevistas que realizei com os praças participantes do movimento. Trata-se do *mito fundador*. Segundo o relato, o secretário da Casa Civil à época, Cláudio Mourão, havia dito em tal reunião que não era possível de imediato conceder o aumento às duas corporações. Então, “o governador Eduardo Azeredo consulta os coronéis: seria possível dar um aumento apenas para os oficiais sem provocar revolta na tropa? A resposta foi enfática: Pode dar aumento, governador, nós seguramos a tropa”.²⁶²

Uma característica nas narrativas do cabo Júlio é a exposição que ele faz de várias situações humilhantes vividas por praças dentro dos quartéis. Citarei aqui, dois exemplos dessas narrativas que chamam atenção pela forma como os acontecimentos mexem com a honra dos policiais militares. Essas narrativas também foram apresentadas, de forma diferente por outros praças que entrevistei. Segundo cabo Júlio, o coronel José Guilherme do Couto fez um discurso na 5ª Cia de Cães do BPCChoque e durante o pronunciamento ele comparou o adestramento de um cão e de um policial. Cabo Júlio conta que a expressão usada pelo coronel foi: “um cão banguelo e desdentado consegue fazer seu serviço, assim como um policial adestrado, apesar das dificuldades”.²⁶³ Um cabo que fazia parte do Batalhão de Choque, participante do movimento que foi entrevistado por mim mencionou o episódio da seguinte forma:

Nós tivemos uma reunião com o Comandante Geral na época, que era o coronel Guilherme. Ele tava respondendo pelo coronel Piccinini, na, no Canil. Nessa, nessa reunião que teve lá, ele falou, e no final dos dizeres dele, ele disse o seguinte, ele falou o seguinte: que passarinho que ficava no topo de árvore era pra levar pra bodocada. E nos comparou como cachorros banguelos. Aí, isso aí, nessa comparação que ele fez, já foi o suficiente pra poder, já deixar o pessoal já com o ânimo meio estressado (Cabo Silva).

A outra história narrada por cabo Júlio foi a seguinte:

Lembro que um comandante chegou ao ponto de dizer para um policial que se ele fosse pra greve no dia 24, ele iria ser excluído, que ele iria passar fome, sua esposa teria que ir para a zona, pra sustentar a família. Literalmente com essas palavras! Na época, nós denunciemos isso no jornal e o comandante geral acabou tirando aquele comandante da cavalaria.²⁶⁴

²⁶² GOMES, op. cit. p. 16.

²⁶³ Ibid. p. 17.

²⁶⁴ ALMEIDA, op. cit. p. 240.

Cabo Júlio após uma jornada de vida política, em 2007, concedeu entrevista à historiadora Juniele Rabelo Almeida e relacionou em sua narrativa a explosão do movimento à negação do policial enquanto cidadão de direitos:

A corporação vivia uma ditadura, que a Constituição Federal valia apenas da porta do quartel pra fora, que o nosso regulamento era absurdo (sobrepunha os direitos individuais das pessoas) [...] Todo cidadão tem direito de ir e vir, mas o policial militar tinha que pegar com o oficial um salvo conduto (ou seria preso) [...] Então o movimento explodiu!²⁶⁵

Contudo, afirmar que o regulamento da PM era anticonstitucional, não significava para o cabo Júlio que a hierarquia e a disciplina deveriam ser extintas da polícia, como já foi mostrado aqui. Em entrevista ao jornal *Hoje em Dia* ele declarou: “A gente deixa bem claro, que nós queremos ser disciplinados, uma vez que somos policiais. O que não pode acontecer é que essa disciplina se torne abuso, como vinha acontecendo há muitos anos”.²⁶⁶ Sem maiores explicações dez anos após o movimento afirma: “Eu sou a favor da desmilitarização”.²⁶⁷

Em relação à morte do cabo Valério, cabo Júlio acredita piamente que o tiro era para ele, pois, estava sendo ameaçado de morte e poucos segundos antes do cabo Valério ser atingido eles haviam trocado de lugar. Cabo Júlio compartilha da ideia de muitos outros praças de que cabo Valério morreu muito antes do anunciado, mas, para evitar revolta a morte dele foi escondida. Essa ideia de que o cabo Valério estava morto antes do anunciado foi relatada por vários praças em que entrevistei.

Então, o governador chamou toda a imprensa e nós anunciamos que a greve estava encerrada. No outro dia, o Hospital João XXIII anunciou que o cabo Valério havia morrido. Ele já tinha morrido, mas, não queriam anunciar, pois geraria um fervor ainda maior.²⁶⁸

Da mesma forma também que outros praças não acreditam que o assassino de cabo Valério seja o soldado Wedson Campos Gomes, cabo Júlio diz que existem muitos pontos obscuros na perícia realizada pelo famoso perito Fortunato Badan Palhares²⁶⁹. Segundo cabo

²⁶⁵ Ibid., p. 240.

²⁶⁶ *Hoje em Dia*, 16 jun. 1997, p. 06

²⁶⁷ Ibid., p. 248.

²⁶⁸ Ibid., p. 242.

²⁶⁹ Badan Palhares tornou-se polêmico principalmente por participar da investigação da morte de Paulo César Farias (PC Farias), ex tesoureiro da campanha de Fernando Collor de Mello à Presidência da República em 1989 e também assessor do presidente. Ele assinou um laudo em que Farias teriam sido morto pela sua namorada Susana Marcolino, que teria suicidado depois. Suspeitou-se que o legista teria sido pago pelo irmão de Farias, para fazer o laudo e que o casal tivesse sido assassinado por outras pessoas. Outro laudo polêmico foi o do

Júlio, outro legista, George Sanguinetti, havia dito que “um laudo feito apenas com análise das fitas de vídeo, sem exame local, não tem valor técnico e seu resultado pode ser desqualificado”.²⁷⁰ E ainda declara: “Um coronel foi acusado de ter dado o tiro, embora não tenha nenhuma imagem ou foto disso; a gente sabe que no exame de resíduo gráfico (que foi feito na mão dele) deu positivo, então ele deu tiro para algum lugar”.²⁷¹

Para cabo Júlio não houve critério para exclusão há não ser o da vingança. O critério ficou a cargo dos oficiais responsáveis: “o motivo poderia ser um oficial não gostar de você. Nós temos o caso de um cabo motorista que participou da greve, fez e aconteceu, e tomou apenas punição e outro que estava lá, sem participar ativamente, e foi excluído”.²⁷² E destacou que o que acabou com as exclusões foi à vitória dos parlamentares militares com a colaboração de Itamar Franco: “Ele ia falar hoje do programa de saúde, então ele falava um minuto de saúde e cinco minutos da imagem da greve para atacar seu adversário Azeredo”.²⁷³ As realizações que ocorreram durante o mandato legislativo dos policiais foram o tempo todo ressaltadas em suas narrativas.

Diferenciando-se das narrativas dos praças participantes aos quais entrevistei, Cabo Júlio publicou seu testemunho sobre os acontecimentos posicionando-os como greve, expressão presente no subtítulo de sua obra *O dia em que a polícia parou: a verdadeira história da greve da polícia militar que parou o Brasil*. Ele afirma que os praças foram acusados de crime de greve, o que aparentemente concorda intitulado sua obra com tal termo. Mas, nega a acusação de “motim”, pois, segundo ele “amotinados visam tomar o poder”. A intenção deles era apenas se manifestar. “Era uma reivindicação”.²⁷⁴ Foi também em seu entender “insubordinação que geraria uma pena menor”.²⁷⁵ Por várias vezes em sua narrativa usou a expressão “grito de liberdade”, para referir-se às manifestações de junho de 1997 e associou o movimento ao sentimento de cidadania:

Acompanhei o movimento. A passeata não tinha direcionamento, era um sentimento de cidadania, como se estivéssemos nos libertando de uma prisão, de um regulamento arcaico. O grito de liberdade que estava preso há 222 anos na garganta

suposto corpo do nazista Josef Mengele em que Palhares deu como inconclusivo, o que foi contestado pelos caçadores nazistas que pediram outro laudo que confirmou que o corpo era de Mengele.

²⁷⁰ GOMES, op. cit. p. 85.

²⁷¹ ALMEIDA, op. cit. p. 247.

²⁷² Ibid. p., 244.

²⁷³ Ibid., p. 245.

²⁷⁴ Ibid, p. 242.

²⁷⁵ Ibid., p. 244.

finalmente ecoara. Não tínhamos ainda nenhuma reivindicação, mas estávamos nos sentindo livres.²⁷⁶

Da mesma forma que muitos praças excluídos e reintegrados ao corpo de bombeiros revelaram-me em entrevistas, cabo Júlio chega a lançar um dado: “80% dos nossos policiais que foram anistiados são extremamente frustrados por estarem no corpo de bombeiros”²⁷⁷, e para não ficarem desempregados muitos tiveram que enfrentar alguns medos, como o de altura e tiveram por exemplo que aprenderem a nadar. A respeito da separação do Bombeiro da Polícia Militar ele afirma em relação à Instituição Polícia Militar: “Eles abriram mão do corpo de bombeiros para não abrirem mão da disciplina”²⁷⁸ e diz que até hoje os anistiados são vistos de forma diferente. Essas declarações também foram feitas por praças que entrevistei.

Contudo, diferentemente das narrativas dos praças por mim entrevistados, cabo Júlio tem a seguinte visão do pós movimento sobre o relacionamento de praças e civis grevistas:

A Polícia sempre foi o braço repressor do Estado. Policiávamos todo e qualquer movimento social: nós íamos para a greve dos professores; caso os professores fizessem bagunça, a gente pegava o bastão e “dava na cabeça” do professor, mas, na verdade, a gente torcia para que ele conseguisse 10% de aumento, pois se eles conseguissem era para nós também (servidores públicos). De repente, a coisa se inverteu: nós passamos para o lado de lá. O policial que passou por um movimento, que passou o que nós passamos, ele tem outra visão sobre as greves. Ele não vê mais o grevista como um baderneiro, um bagunceiro, ele vê como alguém que está reivindicando algo melhor (como nós já fizemos).

Ao longo da construção desta pesquisa notei que a visão em relação aos civis como baderneiros não se modificou significativamente no olhar da maioria dos praças que inclusive não aceitam classificar o seu movimento como greve para não igualar-se ao movimento grevista civil. Contudo, para cabo Júlio os civis agora não são mais “baderneiros”, mas, eleitores.

Com um discurso ainda mais articulado e bem estruturado que o do cabo Júlio, sargento Rodrigues em entrevista a Almeida²⁷⁹, explicou que o que ocorreu “foi um grande movimento de cidadania”. Em relação ao regulamento da polícia militar, ele pontuou dando ênfase também às questões ligadas à cidadania e ao direito, alegando que tal regulamento não

²⁷⁶ GOMES, op. cit. p. 30.

²⁷⁷ ALMEIDA, op. cit. p. 248.

²⁷⁸ Ibid.

²⁷⁹ Ibid., p. 233.

está acima da Constituição Federal que concede aos cidadãos determinados direitos podados aos militares:

Eles sempre faziam alusão de que a Polícia Militar era regida por Estatuto próprio. Mas pelo fato de não conhecermos o direito de forma ampla, e não dominar a ciência jurídica para dizer que os direitos e deveres fundamentais estão acima de qualquer coisa, que são intocáveis, e que não seria um regulamento, um decreto que poderia sobrepor àquilo que tem de mais precioso: a Constituição.²⁸⁰

Em outro momento de sua narrativa sargento Rodrigues compartilha com os praças entrevistados, a ideia de que o que ocorreu não foi greve, e mais uma vez destaca o apelo à cidadania:

As “diretas já”, para o cidadão lá fora, para o civil, vieram em 1984, mas a nossa (dos PMs) só ocorreu em 1997. Foi um grande movimento de cidadania. Não foi uma greve da Polícia Militar. Nós fizemos duas passeatas. Agora, pra você fazer uma passeata você tem que parar o serviço, mas não era uma greve, tanto é que, nesses intervalos, a Polícia continuava atuando do mesmo jeito. Foi um movimento de sentimento puro, sem articulador, sem sindicalista. Não tínhamos sequer uma pauta previamente detalhada. A gente só começou a pensar na pauta quando as pessoas perguntavam o que nós queríamos na praça. Aí fomos falar... Tãmanha era a pureza do movimento.²⁸¹

O sargento Rodrigues não deixa clara sua opinião sobre as questões de hierarquia e disciplina, mas, em todo momento mostrou-se a favor da desmilitarização: “Eu nunca concordei muito com a tese de a polícia ser militar”. Em sua narrativa ele apresenta a ideia de que sua conscientização política nasceu muito antes dele tornar-se deputado, como na expressão acima: “Eu nunca concordei”, e para tanto prossegue com seu discurso todo bem articulado para justificar seu posicionamento: “Fui percebendo que era incompatível o Estado atrelado fortemente ao lado militar e o pouco exercício da atividade policial”²⁸² e chegou a ler um trecho de jornal com uma análise crítica negativa à forma puramente militar da polícia que produz uma espécie de cidadão de segunda classe.²⁸³ Ao posicionar-se a favor da desmilitarização o sargento Rodrigues confirma o que conclui em minha pesquisa, ou seja, embora ele seja a favor da desmilitarização, a maior parte dos praças que entrevistei não são:

Eu sou favorável à desmilitarização. Por outro lado, o policial militar ou o bombeiro militar não quer desmilitarizar: temos algumas garantias. Mas a atividade de polícia é eminentemente civil, não é policial militar; ela é uma atividade que deve ser tratada como civil.²⁸⁴

²⁸⁰ Ibid., p. 230.

²⁸¹ Ibid., p. 233.

²⁸² Ibid., p. 230.

²⁸³ Ibid., p. 233.

²⁸⁴ Ibid., p. 238.

No final da narrativa deixa a impressão que é a favor da manutenção da disciplina: “O caráter militar pode ocorrer na formação acadêmica, na disciplina”.²⁸⁵

A ideia de conscientização política precoce, seu espírito contestador e sua coragem são utilizados em sua narrativa para autolegitimar sua capacidade de liderança: “Dentro das instruções, por várias vezes eu questionava os oficiais e eles falavam que não iam tratar daquele assunto na frente da tropa”.²⁸⁶ O sargento Rodrigues afirma que essa sua capacidade de liderança foi imprescindível para sua entrada na comissão de negociação, pois, ele foi escolhido pelo “povo”:

Os policiais do Batalhão de Choque conheciam minha capacidade de liderança, conheciam o meu atrevimento. Eles sabiam que eu não tinha medo de falar. O pessoal ameaçou invadir a Casa Civil se não me deixassem entrar. Por ordens do Agostinho Patrus, secretário da Casa Civil, os oficiais foram ver quem era o sargento que o povo queria que entrasse. Eu já estava na porta do Palácio! Eu fui realmente aclamado. O pessoal gritava: Sargento Rodrigues na comissão.²⁸⁷

O sargento Rodrigues apontou como principal causa do movimento o RDPM e o abuso dos oficiais legitimados por este regulamento: “O maior causador da revolta dos praças, o maior impulsionador foi o rigor do regulamento, o RDPM, e esse rigor propiciou abusos dos oficiais”²⁸⁸ e a partir dessa crítica fala da importância do Código de Ética e sua participação na criação do Código. Embora para ele o principal culpado seja o RDPM, que ele diz que apelidou “de AI5 dos quartéis”,²⁸⁹ o que levou o movimento para as ruas foi o aumento dado exclusivamente para os oficiais.

O governo atendeu aos oficiais, e deu a primeira parcela para os oficiais e não deu para os praças. Isso foi o estopim, a motivação para os praças ganharem as ruas. Aquilo gerou um sentimento de traição, um sentimento muito forte, que nos levou para a rua.²⁹⁰

Traição foi o termo mais usado pelos praças para expressar o sentimento que eles tiveram diante da atitude do Alto Comando na reunião com o governador do Estado quando foi dado o aumento exclusivo.

²⁸⁵ Idem.

²⁸⁶ Ibid., p. 230.

²⁸⁷ Ibid., p. 231 – 231.

²⁸⁸ Ibid., p. 232.

²⁸⁹ Ibid., 230.

²⁹⁰ Ibid., 232.

O sargento Rodrigues também compartilha com os demais praças a avaliação de que o critério de exclusão usado foi o critério que o comando quis usar: “Foi uma escolha completamente arbitrária. Na verdade, eles escolheram quem eles queriam expulsar e juntaram as provas”.²⁹¹ Tanto o cabo Júlio quanto o sargento Rodrigues não esperavam ser expulsos. Cabo Júlio afirmou que ajudou a controlar o movimento: “Eu não acreditei na exclusão. Eu ajudei a corporação, evitei, no movimento de 97, uma desgraça maior. Eu sempre fui muito tranquilo. Aquele foi o pior momento de minha vida”²⁹² e sargento Rodrigues disse que existe um documento onde eles têm autorização para participar da Comissão de Negociação, mas, entre os motivos das exclusões, estava a participação no movimento: “Excluíram aqueles PMs que mais apareceram no movimento, pelos indícios de foto e aqueles que deram entrevistas”.²⁹³

O Cabo Júlio e o sargento Rodrigues, narradores gabaritados devido ao cargo que ocupam como políticos profissionais inseriram suas narrativas em um contexto político apelando para as questões de direitos e cidadania. Para eles os praças não eram tratados como cidadãos. Sargento Rodrigues desenvolveu toda a sua narrativa apresentando conceitos como “leis”, “direitos” e “inconstitucionalidade”. Ele afirma não considerar aqueles fatos de 1997 como “greve”, visto que os serviços deixaram de ser realizados apenas durante o período de manifestações. Já cabo Júlio utiliza do termo. Ambos dizem ser contra a militarização, mas defendem a manutenção da hierarquia e da disciplina, características de uma instituição militarizada. Esses foram os principais aspectos que marcaram as diferenças entre as narrativas dos dois policiais com as narrativas dos demais participantes do movimento. Os praças entrevistados por mim não classificam os acontecimentos de 1997 como uma “greve”, embora sargento Rodrigues tenha essa mesma visão, o cabo Júlio acredita que foi greve. Diferentemente dos praças políticos e seus assessores, a maioria deles são a favor da manutenção da militarização da polícia, bem como defendem a hierarquia e a disciplina que diferencia a PM das demais instituições. Os dois praças políticos autolegitimavam-se capaz de liderar e acreditavam que não seriam expulsos, pois tinham permissão para participar da comissão de negociação e no caso do cabo Júlio afirmou ainda que ajudou a controlar o movimento. Portanto, apresentaram elementos narrativos compartilhados pelos demais praças participantes que não estiveram à frente das negociações, como também narrativas totalmente

²⁹¹ Ibid., p. 234.

²⁹² Ibid., p. p. 243 – 244.

²⁹³ Ibid., 234.

diferentes, que somente líderes políticos poderiam ter, apresentando em relação aos demais praças uma memória dividida.

Além das mudanças institucionais o movimento dos praças possibilitou a aceleração da politização dos mesmos que iniciou-se como vimos, antes mesmo da greve. Depois de irem para as ruas e das exclusões, as esposas dos praças e demais familiares desencadearam um movimento pela anistia. Cabo Júlio e sargento Rodrigues foram apoiados por Itamar Franco nas campanhas eleitorais contra Eduardo Azeredo que não quis conceder a anistia deixando essa questão a cargo da administração da própria PM. A anistia só foi conquistada no governo de Itamar Franco: “Toda a minha família esteve envolvida no movimento pela anistia dos PMs expulsos. Minha esposa e até meu menino vestiram a camisa da anistia na porta da Assembleia Legislativa de Minas Gerais” ²⁹⁴ (Sargento Rodrigues). Hoje alguns praças estão buscando na justiça a anistia completa, ou seja, o retorno à Polícia Militar.

²⁹⁴ Ibid., p. 234.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As narrativas acerca do movimento reivindicatório dos praças evidenciaram a existência de uma memória dividida: jornais, governo, oficiais e praças, cada um deles a partir dos acontecimentos, elaborou um significado diferente para aquilo que eles estavam vivenciando ou observando. A imprensa mineira apresentou entre eles mesmos, narrativas múltiplas e divididas. O governador eximindo-se da culpa pelo que considerou “rebelião” dos praças transferiu-a para o Comando da PM que, segundo ele, não soube dialogar repassando para os praças a informação de que o aumento seria estendido a eles, e quando isso aconteceu já era tarde demais. Cabo Júlio e sargento Rodrigues, narradores gabaritados devido ao cargo que ocupam como políticos profissionais inseriram suas narrativas em um contexto político apelando para as questões de direitos e cidadania. Os oficiais dão ênfase à desobediência aos regulamentos, alegando quebra de hierarquia e disciplina. Classificam o movimento usando requisitos legais enquadrando as manifestações dos praças como rebelião, greve e principalmente motim. Em contrapartida, os praças, insistem em afirmar que não realizaram uma greve, mas, um movimento reivindicatório. As narrativas dos praças evidenciaram que eles não aceitam designações que os aproximam dos civis e que eles não questionaram a disciplina e hierarquia, mas, o abuso delas por parte dos oficiais. Acredito que os praças desejavam inclusive uma reavaliação e reafirmação da hierarquia, baseada no respeito entre comando e comandados, pois, como colocaram os praças, quem desrespeitou primeiro os valores tradicionais da PM foram os oficiais, quando não zelaram pela manutenção do *espírito de corpo*, aceitando um aumento diferenciado e alegando que segurariam a tropa em caso de contestação desta.

Os praças defendem a hierarquia e a disciplina, reafirmando os princípios e valores ensinados nos quartéis, de lealdade, honra e respeito. O sentimento de dignidade pessoal, o respeito, ou seja, a honra dos policiais militares foi abalada através do abuso no manejo da hierarquia, esse abuso teve seu ápice na frase que foi difundida, – mito fundador – de suposta autoria do Comandante da PM, “nós seguramos a tropa”. O sentimento coletivo que alicerça o *espírito de corpo*, na visão dos praças, foi esquecido pelo Comando, levando-os a se manifestarem, como mostraram suas narrativas sempre modeladas por princípios morais. Apesar dos ganhos, a pesquisa evidenciou a existência de uma memória traumática, principalmente no que se refere aos desdobramentos do movimento na vida dos praças.

Os oficiais também foram muito afetados emocionalmente por aqueles acontecimentos. Houve por parte deles o temor de que aqueles fatos colocassem em risco a própria sobrevivência da instituição com o desrespeito aos regulamentos e aos princípios basilares que norteiam a Corporação. Foram desrespeitados e tiveram que submeter a um novo regulamento que reduziu as possibilidades de usarem com maior rigor a autoridade que a eles é concedida. Acreditam que tudo não passou de falta de comunicação e interesses políticos.

A cobertura do movimento apresentada pela imprensa foi de grande importância para o desenrolar do movimento, dando a ele visibilidade. A imprensa mobilizou, sendo inclusive, instrumento utilizado pelos praças para divulgarem suas ações. Acredito que dificilmente se faria um trabalho sobre o tema sem passar por ela.

A imagem pública do governador Eduardo Azeredo foi arranhada. Sua narrativa evidenciou o desgaste que o movimento causou em seu governo, apresentando-o como o pior momento.

O movimento que intensificou as discussões acerca do modelo de segurança pública instituída no Brasil, trouxe para a polícia mineira mais do que antes daqueles acontecimentos, significativas mudanças nas regras que configuram a Polícia Militar de Minas Gerais, principalmente com a substituição do RDPM pelo Código de Ética tornando possível um melhor diálogo entre praças e oficiais. Talvez essa nem fosse à intenção dos manifestantes, mas certamente foi resultado daqueles protestos. Os praças ressaltaram as melhorias advindas com o movimento que tornaram a PMMG mais democrática. O termo “hoje é diferente” ao referir-se a instituição aparecia constantemente nas narrativas dos praças, provavelmente na tentativa de dar sentido àqueles acontecimentos tanto para mim quanto para eles mesmos. Os praças tinham a consciência de que as entrevistas que me foram concedidas seriam registradas de alguma forma e isso me pareceu importante para eles. Enquanto historiadora eu poderia registrar a história do movimento da forma que eles queriam me apresentar. Ao usar a expressão “hoje é diferente” para falar das melhorias que o movimento trouxe para a instituição, eles estavam de alguma forma querendo mostrar que valeu a pena, porque a Polícia Militar ganhou com os resultados. E ao mesmo tempo dar um sentido para a vida deles, ou seja, valeu a pena porque eles participaram da construção de um novo modelo de PM.

Os resultados da pesquisa para o desenvolvimento desse trabalho foram para mim uma grande surpresa. Não realizei, como muitos estudantes, adaptações ou pequenas mudanças no projeto inicial. Todo o meu projeto foi modificado. Quando em nossa primeira reunião, meu orientador me pediu para que eu iniciasse as entrevistas, levei um susto. Achei que fosse cedo demais e que eu ainda não teria bagagem para aquela missão. Entretanto, disciplinada como sou, não contestei e fui a campo com “a cara e a coragem” encarando os desafios da História Oral. Penso hoje que ele sabia muito bem o que fazia. Logo nas primeiras entrevistas percebi que teria problemas: os praças não falavam o que eu queria ouvir. Então, meu orientador me apresentou Alessandro Portelli em suas brilhantes aulas de Leitura de História Oral. A partir daí entendi que meu problema era apenas aparente e que eu possuía uma história para desenvolver um novo projeto: aquela que meus narradores queriam contar. Portanto, desse saber escutar a experiência do outro, resultou o trabalho que aqui apresentei.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTI, Verena. O lugar da história oral: o fascínio do vivido e as possibilidades de pesquisa. In: Alberti, Verena. *Ouvir contar: textos em história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

ALMEIDA, Juniele Rabelo; NEVES, Lucília de Almeida. *Polícia Militar de Minas Gerais: trabalhadores em greve (1997)*. Anais do VI Encontro Nacional de História Oral. Tempo e Narrativa. São Paulo, 2002.

_____. *Um novo repertório da ação coletiva: movimento reivindicatório dos praças da Polícia Militar em Belo Horizonte no ano de 1997*. Dissertação. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Belo Horizonte. Belo Horizonte, 2004.

_____. *Tropas em Protesto: O ciclo de movimentos reivindicatórios dos policiais militares brasileiros no ano de 1997*. Tese. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010.

ALVITO, Marcos. Homens e meninos. In.: *As cores de Acari: uma favela carioca*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2001.

AMARAL, Juracy Costa. *A greve policial: o encadeamento dos processos políticos e sociais na Polícia Militar de Minas*. Rio de Janeiro, 2000. (Dissertação de Mestrado. Escola de Comunicação. UFRJ).

ASSIS, Celton Godinho de. *A conduta disciplinadora dos oficiais da PMMG na atualidade, analisada como efeito dos praças de 1997*. Monografia. Academia de Polícia Militar, Belo Horizonte, 2000.

BARROS, Lúcio Alves de. *Polícia e Sociedade: um estudo sobre as relações, paradoxos e dilemas cotidiano policial*. Tese. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2005.

_____. *Reminiscências da Polícia em Movimento*. Asa-Palavra (Brumadinho), VI.

BOURDIEU, Pierre. O sentido da honra. In: *Esboço de uma teoria da prática*. Precedido de três estudos de etnologia cabila. Oeiras-Portugal: Celta Editora, 2002.

CAMARGOS, Isadora Braga, MORAIS, Mariana Ramos de. *Entre a Liberdade e o controle*. Observatório da Imprensa, 05 dez., 1998. Disponível em: <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/showNews/iq051298a.htm>>. Acesso em: 22 jun. 2013.

CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

_____. *Forças Armadas e Política: 1930 – 1945*. In.: *A Revolução de 30*; Seminário Internacional. Brasília: Ed. UnB, 1983.

_____. *Por vias tortas, o caminho da discussão*. Revista Veja 30 Jul. 1997. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/300797/p_036.html>. Acesso em: 15 jun. 2013.

COTTA, Francis Albert. *Breve História da Polícia Militar de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Ed. Crisálida, 2006.

CRUZ, Heloísa de Freitas; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. *Na oficina do Historiador: conversas sobre história e imprensa*. Projeto História (PUCSP), v.1, p. 22-38, 2008.

DE MARCO FILHO, Luiz. *História Militar da PMMG*. 7ª ed.. Belo Horizonte: Centro de Pesquisa e Pós-graduação da PMMG, 2005.

FERREIRA, Marieta de Moraes. *História Oral: velhas questões, novos desafios*. In; CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Novos domínios da história*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

GOMES, Julio César. *O dia em que a polícia parou: a verdadeira história da greve da polícia mineira que parou o Brasil*. Belo Horizonte, 2006.

JAMES, Daniel. *Doña Maria: História de vida, memória e identidade política*. Buenos Aires: Manantial, 2004.

LAGE, Lorena. *O crack na mídia impressa: Análise do espaço e tratamento dado ao crack nos jornais Estado de Minas, Hoje em Dia e O Tempo*. Monografia. Centro Universitário de Belo Horizonte. Belo Horizonte, 2011.

MACHADO, João Lucas Salgado. *A Narrativa Telejornalística da Revolta dos Praças da Polícia Militar em 1997: um estudo sobre a cobertura da TV regional em Minas e da*

espetacularização do movimento. Dissertação. Faculdade de Comunicação e Artes da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2011.

MOROSINI, Liseane. *Eles não querem só dinheiro: a greve da PM e a luta dos subalternos militares*. Revista Eletrônica de História do Brasil. Juiz de Fora: UFJF, dezembro, 1997.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. História, memória e tempo presente. In; CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Novos domínios da história*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

MUNIZ, Jaqueline de Oliveira. *Ser policial é, sobretudo, uma razão de ser: cultura e cotidiano da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro*: IUPERJ, 1999.

NASCIMENTO, Saint'Clair Luiz do. 1997, Um ano para ser lembrado: o tiro que abalou Minas e aterrorizou o Brasil. Belo Horizonte. Ed. O Lutador, 2000.

PITT-RIVERS, Julian. A doença da honra. In: GAUTHERON, Marie. *A honra: imagem de si ou dom de si – um ideal equívoco*. Porto Alegre: L&PM, 1992.

POLLAK, Michael. *Memória e Identidade Social*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992.

_____. *Memória, Esquecimento, Silêncio*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2. nº 3, 1989.

PORTELLI, Alessandro. *A filosofia e os fatos: Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais*. Revista Tempo. Rio de Janeiro. v. 1, n. 2, 1996.

_____. O que faz a história oral diferente. In. *Projeto História – Cultura e Representação*. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História. SP: Educ. Fevereiro/1997.

_____. *Tentando aprender um pouquinho: Algumas reflexões sobre a ética na História Oral*. In: Projeto História, nº 15, São Paulo, PUC, 1997.

_____. *O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum*. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina. *Usos e Abusos da História Oral*. 8ª edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 103-130.

_____. *História Oral e Poder*. In: Mnemosine. Revista do Departamento de Psicologia Social e Institucional/ UERJ. Vol. 6, nº 2, p. 2-13 (2010). (Trad. e revisão de Luiz Henrique

dos Santos Blume e Heliana de Barros Conde Rodrigues). Disponível on-line em: <<http://www.mnemosine.cjb.net/mnemo/index.php/mnemo/index>>. Acessado em 27/07/2012.

_____. *O melhor limpa-latas da cidade: A vida e os tempos de Valtèro Peppoloni, trabalhador*. In.: Ensaio sobre História Oral. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

PRATA, Marcelo Rodrigues. *Greve na Polícia Militar: legalidade versus legitimidade*. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 17, n. 3152, 17 fev. 2012. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/21116>>. Acesso em: 14 jun. 2013.

PRÊMIO ESSO DE JORNALISMO [online]. Disponível em <http://www.prêmioesso.com.br/> Acesso em 20/01/2012.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora Unicamp, 2007.

ROCHA, Bibiano Alex. *Nos bastidores da PM: o efeito de um ideal*. São Paulo: Scortecci, 2006.

ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina. *Usos e Abusos da História Oral*. 8ª edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

Jornais

CARVALHO, Joaquim de; GUSMÃO, Marcos. Lições de uma greve selvagem: governador de Minas Gerais se rendeu e a PM já fala em parar nos outros Estados. *Veja*, 02 de jul., 1997.

DUTRA, Senilo Pereira. PM: Uma revolução. Por que não? *Encarte – Jornal do Nosso Clube*. Belo Horizonte, 13 de set., 1997.

ESTADO DE MINAS, Belo Horizonte, junho, 1997.

HOJE EM DIA, Belo Horizonte, junho, 1997.

LIMA, Iلسon. *Cabo Morais, presidente do CSCS é indiciado em I.P.M. por denunciar problemas na Corporação. Comando retalia denúncias de cabos da PM*. Estado de Minas. Belo Horizonte, 21 de abril de 1997.

MAAKABOUN, Bertha. Azeredo fala em traição. *Estado de Minas*. Belo Horizonte, 07 de maio, 2000, p. 04.

O TEMPO, Belo Horizonte, Junho, 1997.

PRATES, Maria Clara. *Cabo se vê obrigado a denunciar crise*. Estado de Minas. Belo Horizonte, 12 de junho de 1997, p. 28.

SANTOS, Mário Vitor. *Isa no centro do terror*. Ombudsman. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 29 de jun.; 1997. Disponível: www1.folha.uol.com.br/folha/ombudsman/omb_19970629.htm